



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90002/2026/PGT/MPT (UASG 200200)
PGEA Nº 20.02.0001.0006778/2024-30

Objeto	Seleção de fornecedor visando registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de bibliotecas de fitas (tapes libraries) e de fitas LTO para a solução de backup corporativo do Ministério Público do Trabalho, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições descritas no edital e seus anexos.
Data/Horário de Abertura do Pregão	21/05/2026, às 13h:00 (horário de Brasília-DF)
Local	Sítio eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br
Editais disponíveis:	https://www.gov.br/compras/pt-br https://mpt.mp.br/MPTransparencia/pages/portal/informacoesDetalhadas.xhtml
Esclarecimentos e Impugnações:	Até a data 18/05/2026 , direcionado ao e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br
Vistoria:	Não
Amostra:	Não

ANEXOS AO EDITAL

- Anexo I – Termo de Referência – Especificações Técnicas + Anexo I e II do TR
- Anexo II – Modelo de proposta e valores máximos admitidos
- Anexo III – Minuta do Termo de Contrato
- Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços
- Anexo V – Instrução Normativa DG/PGT nº 02/2024 – Dosimetria de penalidades
- Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar

RELAÇÃO DOS ITENS (ver Anexos I e II)

Item	Descrição	Quant.	Exclusiva ME/EPP	Cota ME/EPP	Valor Unitário (R\$)	Valor Máximo Admitido (R\$)
1	Tape Library com capacidade mínima de 380 slots para fitas LTO e 14 drives LTO9	3	Não	Não	1.460.322,00	4.380.966,00
2	Cartucho de Fita LTO9	1200	Não	Não	876,66	1.051.992,00
3	Cartucho de Fita de Limpeza	60	Sim	Não	520,00	31.200,00

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- Habilitação Jurídica tópico **15.9**
- Habilitação Técnica tópico **15.10**
- Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista tópico **15.11**
- Habilitação Econômico-financeira tópico **15.12**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

A PROCURADORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, CNPJ/MF nº 26.989.715/0055-03, situada no SAUN, Quadra 5, Lote “C”, Torre “A”, Brasília/DF - CEP: 70.040-250, por intermédio de Agente da Contratação (Pregoeiro), designado pelas Portaria nº 1167/2023 de 06 de agosto de 2023, atualizada pelas Portarias nº 2160/2023 e 194/2024 - DG/PGT, torna público para ciência dos interessados, que na data e horários estabelecidos na folha de rosto, por meio de recursos de tecnologia da informação – *Internet* e do sistema Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, utilizando o critério de julgamento **MENOR PREÇO**, sob o Sistema de Registro de Preços, visando contratação com forma de **execução indireta**. O processo licitatório obedecerá integralmente às disposições da Lei nº 14.133/2021, Resolução CNMP nº 283/2024 (TI), Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 11.462/2023 (REGISTRO DE PREÇOS), Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais normas que regem a espécie, subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Seleção de empresa visando o registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de bibliotecas de fitas (tapes libraries) e de fitas LTO para a solução de backup corporativo do Ministério Público do Trabalho, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições do edital e seus anexos.

1.2. Prevalecerão as especificações do objeto discriminadas no Termo de Referência, caso haja divergência entre elas e as informadas no sistema eletrônico.

2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2.1. O Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, integra o processo administrativo da presente contratação, servindo como documento de planejamento e fundamentação da necessidade e da solução adotada.

2.2. Em conformidade com os preceitos da Lei 14.133/2021, o edital é acompanhado do **Termo de Referência**, instrumento que reúne as especificações, quantidade, condições de execução e demais requisitos da contratação.

3. DO ORÇAMENTO

3.1. As despesas inerentes ao objeto desta licitação estão programadas em dotação orçamentária do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Geral, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026, empenhadas na modalidade ordinária, no **Programa de Trabalho** 172168 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário, classificadas no **Elemento de Despesa**: 44.90.52-43.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

4. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPUTA

4.1. Poderá participar deste Pregão qualquer pessoa interessada devidamente credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no sistema eletrônico Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) que atenda às condições e termos deste Edital e seus anexos e que atue no ramo de atividade empresarial que abranja o objeto desta licitação.

4.2. Caberá à pessoa interessada em participar da licitação observar as disposições do art. 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

4.3. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF, mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação e proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização, sob pena de desclassificação no momento da etapa de habilitação da licitação.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa (SC) deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para que possa usufruir do tratamento diferenciado favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica que esteja em alguma das situações previstas no §4º, do art. 3º, daquela Lei.

4.6. Não poderão disputar desta licitação:

4.6.1. Os enquadrados nas vedações do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, no que couber;

4.6.2. Quem não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

4.6.3. Os constituídos na forma de sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4.6.4. Quem esteja em processo de falência, dissolução, liquidação, fusão, cisão ou incorporação;

4.6.5. Sociedades estrangeiras não autorizadas a funcionarem no país;

4.6.6. Empresários ou sociedades empresariais cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto desta licitação;

4.6.7. Empresários ou sociedades empresariais que tenham sócio, gerente ou diretor que seja membro ou servidor em exercício no Ministério Público do Trabalho, ocupante de cargo de direção no Ministério Público da União, servidor cedido ou colocado à disposição deste Ministério por órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, da União, dos Estados, do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

Distrito Federal e dos Municípios ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do Ministério Público do Trabalho, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e Órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

4.6.8. Cooperativas de mão de obra que não atendam ao art. 16 da Lei 14.133/2021, às disposições da Lei 12.690/2012 e ainda ao art. 10, da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017;

4.6.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

5. DA EXCLUSIVIDADE ÀS ME, EPP, SC

5.1. Os itens 1 e 2 serão disputados de forma ampla, sem exclusividade para ME/EPP, pois seus respectivos valores máximos totais foram estimados acima do limite de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015.

5.2. O item 3 do objeto desta licitação será disputado exclusivamente por microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), pois o respectivo valor máximo total foi estimado abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 e art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.3. A obtenção do benefício a que se refere este capítulo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenham celebrado contratos cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**, **exclusivamente** por correspondência eletrônica para o endereço pgt.pregao@mpt.mp.br.

6.2. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo devido, nos termos do **tópico 6.7**, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

6.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema Compras.Gov.Br e vincularão os participantes e a Administração.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

6.4. A impugnação não possuirá efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, **decidir sobre a impugnação no prazo legal**, definido no **tópico 6.7**, contado da data de recebimento da impugnação.

6.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.6. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

6.7. A resposta ao pedido de esclarecimento ou à impugnação será divulgada no Portal da Transparência desta Procuradoria-Geral do Trabalho, bem como no endereço eletrônico www.Compras.Gov.Br, e ainda encaminhada por e-mail ao proponente, **no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. A licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

7.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado para o item, já considerados e inclusos todos os custos tais como: tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

7.2.1. Ocorrências dessa natureza não serão consideradas como fatos supervenientes para a atualização de valores na composição dos custos durante a execução do contrato, exceto se houver previsão legal.

7.3. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a licitante o compromisso de executar o objeto licitado naqueles termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.4. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

7.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

7.5.1. Com fundamento no inciso IV, do art. 15, do Decreto 11.462/2023, a licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.6. A licitante deverá firmar as seguintes declarações, diretamente no Sistema, como condição de participação e de habilitação:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

- a) Ciência do inteiro teor do instrumento e ato convocatórios;
- b) Integralidade de custos para atendimento aos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, nas leis trabalhistas e nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutos vigentes, bem como compreende todos os impostos, taxas, inclusive frete e quaisquer outras despesas estão inclusas na presente proposta;
- c) De atendimentos aos requisitos de habilitação previstos em lei e no edital;
- d) De inexistência de impedimento à habilitação e obrigação de comunicação de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;
- e) De cumprimento à reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social prevista na Lei nº 8.213/1991 e em outras normas específicas;
- f) De ciência de todas as informações e condições locais para cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação;
- g) De cumprimento à vedação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos;
- h) De cumprimento à vedação de tratamento desumano, degradante ou forçado;
- i) De cumprimento à reserva de cotas de aprendizagem estabelecida na CLT, bem como às reservas de cargos previstas em outras normas específicas;
- j) De elaboração proposta independente.

7.7. A licitante deverá firmar declaração, em campo próprio do Sistema, de que atende aos requisitos de qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006), para ter direito ao tratamento diferenciado previsto nessa Lei.

7.8. Declarações falsas prestadas no curso deste certame sujeitará a licitante às sanções previstas no **capítulo 25 deste edital** e na legislação vigente.

7.8.1. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta;

7.8.2. **As propostas deverão ter validade mínima de 90 (noventa) dias**, contados da data de encaminhamento do respectivo documento, por meio do sistema eletrônico, na fase de julgamento, após a fase de lances;

7.8.3. Caso o prazo de validade da proposta seja omitido na proposta, a licitante assumirá tacitamente e o Pregoeiro entenderá que o prazo é de 90 (noventa) dias;

7.8.4. A oposição da LICITANTE em honrar a proposta ou o lance ofertado será tratada como desistência de proposta, sujeitando-a às penalidades previstas no instrumento convocatório;



7.8.5. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da ata de registro de preços ou do termo de contrato, ficará(a) a(s) adjudicatária(as) liberadas dos compromissos assumidos.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA FASE DE LANCES E DAS COMUNICAÇÕES

8.1. O regramento acerca da abertura, da fase de lances e das formas de comunicação neste certame encontra-se disciplinado nos art. de 17 a 21, 23 e do 26 e seguintes da IN SEGES nº 73/2022.

8.2. Antes do encerramento da fase de lances, a licitante não poderá lançar qualquer elemento, símbolo ou expressão que possibilite sua identificação, sob pena de desclassificação automática, sem prejuízo de sanções legais.

8.3. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.4. Neste certame, **o modo de disputa adotado é o aberto**, assim definido no inciso I, do art. 56, da Lei n.º 14.133/2021.

8.5. O intervalo de diferença entre os lances será de **no mínimo 1,00% (um por cento)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.6. Ao final da fase de lances, o sistema ordenará e divulgará os lances em **ordem decrescente**, pois o critério de julgamento é **menor preço**.

9. DA PREFERÊNCIA À CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EMPATE FICTO

9.1. Após a fase de lances, se a licitante mais bem classificada para cada um dos itens não for microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e houver lance de empresa desse porte com valor igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

- I.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar um último lance, necessariamente inferior àquele apresentado pela primeira colocada, situação em que, atendidas às exigências de habilitação, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;
- II.** Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da alínea anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no tópico **9.1**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta condição, o sistema



fará um sorteio eletrônico e convocará automaticamente a vencedora para o encaminhamento do lance final de desempate;

- IV. A licitante convocada na forma da alínea anterior que não apresentar proposta no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

9.2. Não ocorrendo a declaração de vencedora sob os procedimentos do tópico **9.1**, a licitação prosseguirá com as demais licitantes até que o objeto licitado seja adjudicado em favor da licitante detentora da proposta mais bem classificada se, após a negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação e esta for considerada habilitada nos termos deste Edital.

10. DA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

10.1. Com fundamento no inciso III, do art. 14, da Lei 14.133/2021, encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro verificará a existência de causa de impedimento de participação em certame ou de contratação com a União aplicada ao CNPJ da sociedade empresária, da matriz, da filial, ao CPF de seu(sua) sócio(a) majoritário(a) e de seu(sua) administrador(a), nos seguintes sistemas e cadastros:

- I. SICAF;
- II. Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, ou individualmente nos seguintes cadastros:
 - a) Cadastro de Licitantes Inidôneos do TCU, no endereço eletrônico: [https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/lista-de-licitantes-inidoneos](https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/lista-de-licitantes-inidoneos;);
 - b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico: www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

10.2. O Pregoeiro desclassificará do certame a licitante ou proponente que possuir contra si sanção vigente de impedimento ou de suspensão de licitar ou contratar em âmbito da União ou da Procuradoria Geral do Trabalho ou ainda esteja em cumprimento dos efeitos de condenação por improbidade administrativa.

11. DA CONSULTA AO CADIN – CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL

11.1. Encerrada a fase de lances, a licitante mais bem classificada deverá enviar, **no mesmo prazo para envio da proposta ajustada**, Termo de Compromisso de regularização de sua situação,



conforme modelo contido no anexo II do edital (modelo de proposta).

11.1.1. Nos termos dos arts. 6º e 6º-A da Lei 10.522/2002, constitui fator impeditivo à contratação o registro da ADJUDICATÁRIA no CADIN;

11.1.2. Dentro do prazo mencionado no **tópico 11.1**, a ausência de manifestação ou a manifestação expressa de desinteresse em regularizar sua situação junto ao CADIN, acarretará a desclassificação da licitante e o prosseguimento do certame com a convocação, pelo Pregoeiro, da próxima licitante, seguindo a ordem de classificação da fase de lances.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Superada a fase anterior, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante mais bem classificada, visando obter melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, vedado negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

12.3. Ficará facultado ao Pregoeiro estabelecer um prazo máximo para que a licitante se manifeste no *chat* do sistema eletrônico Compras.gov.br, quando convocada à negociação ou ao esclarecimento de dúvidas.

12.3.1. A ausência de manifestação da licitante poderá ocasionar sua desclassificação.

13. DO ENVIO E DA ANÁLISE DA PROPOSTA AJUSTADA

13.1. Após a negociação, a licitante arrematante deverá enviar, após solicitação formal do Pregoeiro pelo sistema, sua proposta de preços formalizada e ajustada ao seu último lance válido ou ao valor negociado, preferencialmente em arquivo único no formato PDF ou ZIP, **exclusivamente** por meio da opção **Enviar Anexo** do sistema eletrônico.

13.1.1. Faculta-se à arrematante convocada, o envio de sua documentação de habilitação conjuntamente à sua proposta de preços, o que não exclui a possibilidade de disponibilização do prazo legal de envio da documentação quando da fase de habilitação.

13.1.2. O prazo para envio da proposta ajustada ao seu menor preço ou ao valor negociado será de 2 horas.

13.1.2.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela licitante no quadro de diálogos do sistema (*chat*), antes de findo o prazo;

13.1.2.2. Caso o prazo seja dilatado, será observada a isonomia a todas as licitantes;

13.1.2.3. O termo inicial da contagem do prazo para envio da proposta ajustada será o momento em que o sistema registrar a primeira ou única convocação do arquivo;



13.1.2.4. Durante o prazo máximo para anexar o arquivo, a licitante poderá complementar documentos relativos à proposta de preços, desde que não extrapole o limite de tempo pré-definido, salvo ocorra fato superveniente devidamente atestado pelo Pregoeiro.

13.1.2.5. A arrematante deverá enviar o catálogo ou encarte técnico do produto juntamente com sua proposta ajustada, para que o Pregoeiro possa analisar, junto à área técnica, as características do produto ofertado frente às especificações estabelecidas no Termo de Referência.

13.2. O envio da proposta de preços por meio da opção **Enviar Anexo** do sistema **Compras.gov.br** **dispensa a remessa dos originais ou das cópias autenticadas.**

13.2.1. A entrega dos documentos originais em meio físico será obrigatória quando for exigida pelo Pregoeiro para sanar dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

13.3. O não envio da proposta de preços ou da documentação de habilitação nos termos deste edital, ou o envio após o prazo estabelecido, implicará a desclassificação ou inabilitação da licitante neste certame, conforme o caso.

13.4. A **proposta de preços ajustada** a ser enviada após a solicitação formal do Pregoeiro deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverão constar:

- a) Identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários, fac-símile e, se houver, indicação de endereço eletrônico (e-mail);
- b) Descrição clara do objeto licitado, com indicação da quantidade, da marca e do modelo, quando for o caso, **de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital;**
- c) Indicação única de preço para o item, com exibição do valor unitário e total em algarismos e do valor total da proposta em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, conforme o lance final respectivo, podendo as licitantes elaborar suas **propostas com base no modelo Anexo II deste Edital.**
- d) Todas as declarações presentes no modelo de proposta constante no anexo II do edital, **inclusive o termo de compromisso de comprovação das exigências relativas à certificação técnica dos profissionais da empresa contratada para a execução dos serviços (subitens 22.1 e 23.1 do Termo de Referência).**

13.5. Caso a proposta de preço não inclua alguma das declarações constantes do modelo de proposta de preços do anexo II do edital, o pregoeiro estabelecerá prazo adicional para tal inclusão. A recusa por parte do licitante em fazê-lo, ocasionará a desclassificação do licitante.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

13.6. O preço firmado na fase de negociação deverá compreender a integralidade dos custos para atendimento aos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, nas leis trabalhistas e nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutos vigentes, bem como compreende todos os impostos, taxas, inclusive frete e quaisquer outras despesas e encargos para o efetivo fornecimento do objeto ou prestação do serviço, sem ressalvas.

14. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

14.1. Recebido o arquivo contendo a proposta de preços ajustada ao último lance válido da arrematante, o Pregoeiro a examinará quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estimado para a contratação e às especificações técnicas do objeto.

14.1.1. Deverá a licitante enviar sua proposta formalizada por escrito e ajustada ao seu último lance válido ou ao valor negociado, conforme o caso, vedada a negociação de preços superiores àquele seu lance, sob pena de desclassificação.

14.2. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública a qualquer momento, quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas ou dos documentos de habilitação demandar tempo superior ao horário de encerramento do expediente no órgão promotor da licitação.

14.2.1. Ao suspender a sessão pública, o Pregoeiro informará às licitantes, via mensagem instantânea do sistema (chat), a data e o horário previstos para a reabertura da sessão e o início da oferta de lances.

14.3. Será adotado o critério de julgamento do tipo **MENOR VALOR POR ITEM.**

14.4. Conforme art. 59 da Lei 14.133/2021, serão desclassificadas as propostas que:

- I.** Contiverem vícios insanáveis;
- II.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III.** Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- VI.** Apresentarem as especificações técnicas mínimas em desacordo com as exigidas pelo Termo de Referência;
- VII.** Apresentarem valores irrisórios, ou valor zero, ou manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

VIII. Apresentarem preços unitário ou total superiores ao máximo aceitável dispostos no Anexo II do Edital. Os critérios de aceitabilidade quanto aos valores são cumulativos e serão verificados tanto o valor global quanto os valores unitários estimados para a contratação.

14.5. Considerar-se-á inexequível a proposta cujo valor irrisório não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação idônea que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os praticados pelo mercado.

14.6. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas nem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

14.6.1. Nenhuma licitante será desclassificada do certame em razão de simples erro de preenchimento de sua proposta;

14.6.2. O saneamento da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global ou alterar características substanciais da proposta e do objeto licitado.

14.7. Havendo divergência entre a marca e/ou modelo inseridos inicialmente pela licitante no sistema eletrônico e o apresentado na proposta formalizada e enviada via anexo do sistema, o Pregoeiro optará pela marca e/ou modelo que julgar mais vantajoso para a Administração, permanecendo inalterado o preço alcançado após a fase de negociação.

14.8. Não será aceita qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

14.9. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do MPT ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar sua decisão.

14.10. O Pregoeiro declarará aceita a proposta se esta atender às especificações técnicas e às exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

14.11. Se a proposta não for aceita ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro convocará pelo chat do sistema eletrônico a licitante subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem final de classificação dos lances, para negociação de preços e envio da proposta comercial e documentos de habilitação, até a seleção da licitante cuja proposta e documentos de habilitação atendam aos requisitos deste Edital.

14.12. Não poderá haver desistência de proposta, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades legalmente previstas.

14.12.1. Não apresentar sua proposta formalizada e ajustada ao seu menor lance válido ou ao valor negociado dentro do prazo estabelecido neste Edital acarretará automaticamente a desclassificação da licitante do certame e poderá caracterizar desistência de proposta;

14.12.2. Deixar de enviar a proposta ou a documentação indicada neste Edital caracterizará abandono do certame e sujeitará a licitante às sanções previstas neste instrumento.



15. DA HABILITAÇÃO

15.1. A **habilitação** das licitantes será verificada por meio de consulta online ao SICAF (habilitação parcial) e dos demais documentos especificados neste capítulo.

15.1.1. Nos termos do art. 70, inciso II da Lei 14.133/2021, a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

15.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema Compras.gov.br, quando solicitado pelo Pregoeiro.

15.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante arrematante.

15.3.1. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- II.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

15.4. **Os documentos da fase de habilitação** deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro, prorrogável a critério do Pregoeiro garantida a isonomia a todas as licitantes.

15.5. A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.6. O Pregoeiro poderá consultar a certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emissao-de-certidao-cota-pcd> para verificar a veracidade da declaração da licitante quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, a qual poderá ainda ser comprovada por outros meios de prova.

15.7. Com fundamento no §1º, do art. 64, da Lei 14.133/2021, durante a análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.8. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo isonômico.



15.9. Em relação à habilitação jurídica: será realizada verificação da capacidade de a licitante exercer direito e assumir obrigações, inclusive quanto às vedações elencadas no tópico **4.6** deste edital, por meio de consulta ao:

- a) Cartão CNPJ, Contrato Social, Estatuto Social, Certificado da Condição MEI;
- a) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).

15.10. No quesito habilitação técnica, a licitante deverá enviar documentação que comprove às exigências do **tópico 41** do Termo de Referência, da seguinte forma:

- I. A licitante vencedora de cada item deverá apresentar atestado ou conjunto de atestados de capacidade técnico-operacional, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, os quais comprovem o atendimento aos requisitos listados abaixo:

Requisito	Aplica-se ao	Quantidade	Comprovação
1	Item 1	Ter fornecido ao menos 1(um) equipamento tape library de natureza similar ao objeto desta licitação.	Ao menos um atestado de capacidade técnica
2	Item 2	Ter fornecido ao menos 500 (quinhentos) cartuchos de fita de backup LTO.	Ao menos um atestado de capacidade técnica
3	Item 3	Ter fornecido ao menos 20 (vinte) cartuchos de fita de limpeza de drive LTO.	Ao menos um atestado de capacidade técnica

- II. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.10.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

15.10.2. Serão aceitos atestados ou documentos emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

15.11. Habilitações fiscal, social e trabalhista, conforme art. 68, da Lei 14.133/2021, será realizada mediante a análise dos documentos abaixo:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

objeto contratual;

- c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 c/c art. 3º da Lei nº 12.440/2011;
- f) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

15.11.1. Com fundamento no art. 4º, do Decreto 8.538/2015, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, nos seguintes termos:

- I. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal, será assegurado **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, **para a regularização da documentação fiscal**, o pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- II. O prazo para regularização fiscal acima mencionado será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação, na licitação na modalidade pregão;
- III. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa;
- IV. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os **incisos I e III** acima;
- V. A não regularização da documentação no prazo previsto nos **incisos I e III** acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, sendo facultado à Administração Pública convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

15.11.2. Os documentos de regularidade tributária e fiscal apresentados nesta licitação deverão estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e deverão estar em nome da licitante cujo número do CNPJ corresponda ao estabelecimento empresarial que executará o contrato, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

15.12. A Habilitação econômico-financeira deverá ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

- I. Balanco patrimonial registrado na forma da lei, relativa aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprove capital social mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total anual estimado para o item que estiver arrematando;
- II. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante.

15.13. Pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos da data da abertura da licitação, deverá apresentar o balanço patrimonial referente ao último exercício financeiro;

15.14. Pessoa jurídica constituída a menos de 1 (um) ano da data de abertura da licitação está dispensada da apresentação do balanço patrimonial do exercício financeiro anterior, no entanto deverá apresentar seu balanço de abertura.

15.15. Conforme parágrafo 19 do Acórdão nº 2586/2024 TCU-Plenário, a licitante enquadrada como ME/EPP/SC não está desobrigada de apresentar balanço patrimonial em licitações públicas.

15.16. Com fundamento do inciso II, do art. 70, da Lei 14133/2021, a comprovação do capital social mínimo poderá se dar por meio do contrato social da licitante cujo CNPJ seja o do estabelecimento que executará o contrato, desde que esteja devidamente registrado na Junta Comercial competente.

15.17. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, os quais constituirão meio legal de prova.

15.18. Quando não se tratar de certidões vencíveis, os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data de abertura da sessão deste certame serão considerados válidos, facultado ao Pregoeiro a realização de consulta online, nos termos do **tópico 15.17**.

15.19. Certidões vencíveis cuja data de validade não esteja expressa, serão também analisadas nos termos do **tópico 15.18**.

15.20. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

15.21. A licitante que deixar de apresentar algum dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital será **INABILITADA**, não se admitindo complementação posterior.

16. DA DECLARAÇÃO DE VENCEDOR

16.1. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante arrematante e devidamente habilitada será declarada vencedora pelo Pregoeiro.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS NA LICITAÇÃO

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº



14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou lavratura da ata.

17.3. Quando o recurso interposto se fundar contra o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante, serão observadas as seguintes disposições:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) O prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- c) O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado:
 - c1) na data de intimação;
 - c2) na data de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - c3) na data da ata de julgamento, quando tiver sido adotada a antecipação da fase de habilitação prevista no §1º do art. 17 da Lei 14.133/2021;
- d) A apreciação recursal dar-se-á em fase única;
- e) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- f) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio do Protocolo Administrativo Eletrônico do MPT, disponível no endereço eletrônico <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>.



18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1. O objeto deste Pregão Eletrônico será adjudicado e homologado pela autoridade competente.

18.2. Analisado(s) o(s) recurso(s) porventura interposto(s), a autoridade competente:

18.2.1. Caso constate a regularidade dos atos praticados, adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

18.2.2. Caso constate irregularidade nos atos praticados, determinará a invalidação destes e o saneamento do procedimento licitatório.

18.3. A autoridade competente para a adjudicação e homologação de todos os processos licitatórios desta PGT é a Diretora de Administração da Procuradoria-Geral do Trabalho.

19. DO REGISTRO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1. Conforme art. 3º do Decreto 11.462/2023, a adoção do Sistema de Registro de Preços nesta licitação se dá em razão:

19.1.1. De não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, havendo assim a necessidade de contratações permanentes e frequentes.

19.2. A Procuradoria Geral do Trabalho é o órgão gerenciador responsável pela condução do certame licitatório para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente.

19.3. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, como anexo, o registro das licitantes que integrarão o cadastro de reserva na seguinte forma:

19.3.1. Relação I - Licitantes que quiserem compor o cadastro de reserva para o(s) item(ns) de seu interesse pelo mesmo preço da adjudicatária, observada a classificação na licitação; e

19.3.2. Relação II - Licitantes que quiserem participar do cadastro de reserva mantendo seu menor lance válido para o(s) item(ns) de seu interesse.

19.4. Enquanto não estiver disponível funcionalidade específica no sistema eletrônico Compras.gov.br, as licitantes que quiserem compor o cadastro de reserva com o preço igual ao da adjudicatária para cada item de seu interesse deverão, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data de encerramento da sessão (declarada e informada pelo Pregoeiro durante a própria sessão), encaminhar manifestação para o endereço eletrônico: pgt.pregao@mpt.mp.br, informando, de forma clara, no corpo do e-mail, a seguinte declaração:

“Tenho interesse em participar do cadastro de reserva e aceito cotar o objeto da minha proposta pelo preço igual ao da adjudicatária do item ... ou grupo ...”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

19.5. As licitantes que não manifestarem interesse em igualar seu preço ao do vencedor integrarão automaticamente a listagem de cadastro de reserva correspondente ao **tópico 19.3.2**, com seus respectivos valores finais em cada item ou grupo que tiver participado.

19.5.1. Nas contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços, será respeitada a ordem de classificação das licitantes ou fornecedores registrados na ata.

19.5.2. A manifestação de cotar o preço igual ao do adjudicatário na participação do cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificado.

19.5.3. Para fins de definição da ordem de classificação, as licitantes que aceitarem cotar o objeto pelo preço igual ao do adjudicatário terão precedência sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

19.5.4. As licitantes que não desejarem compor a lista de cadastro de reserva em hipótese alguma, deverão manifestar-se por e-mail nesse sentido, no prazo e condições estabelecidas no **tópico 19.4**.

19.6. A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva será realizada somente quando houver necessidade de contratação dos remanescentes, nas seguintes hipóteses:

19.6.1. Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

19.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 25 e art. 26 da Portaria PGR/MPU nº 158, de 27 de setembro de 2024.

19.7. Caso nenhuma das licitantes da **Relação I** concorde com a contratação, nos mesmos prazos e condições propostas pela primeira classificada, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, nos termos do edital, poderá:

19.7.1. Convocar as licitantes **da Relação II** para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, ainda que superior ao do adjudicatário; ou

19.7.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observadas a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

20. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Após a homologação do procedimento licitatório, a(s) licitante(s) mais bem classificada(s) em cada item será(ão) convocada(s) para assinar(em) a ata de registro de preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis e nas condições estabelecidas neste edital de licitação, sob pena de decadência de seu direito e sujeição às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

20.2. Na hipótese de a convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da notificação, fica facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observando-se o disposto previsto no inciso II, Parágrafo Único, do art. 20 do Decreto nº 11.462/2023.

20.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

20.3.1. A Procuradoria Geral do Trabalho, sua sede situa-se no Setor de Autarquias Norte – SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, Centro Empresarial CNC, Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70.040-250.

20.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

20.4. A ata de registro de preços deverá ser assinada pelo representante legal da ADJUDICATÁRIA, que deverá apresentar documento de procuração pública ou particular com firma reconhecida que comprove os necessários poderes para contratar com a Administração Pública.

20.4.1. No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.

21. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

21.1. A Adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para **assinatura do termo de contrato**.

21.1.1. O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação motivada da adjudicatária antes do seu esgotamento, desde que o motivo seja aceito pela PGT.

21.1.2. A assinatura do termo de contrato deverá ocorrer no sistema de peticionamento eletrônico da PGT acessível pelo endereço: <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>, mediante cadastro prévio para obtenção de login e senha.

21.1.3. Quando a adjudicatária **não assinar o termo de contrato** no prazo de 5 (cinco) dias úteis e nas condições estabelecidas neste edital, poderá a Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato, na forma disposta no art. 90 da Lei 14.133/2021.

21.2. Constitui **condição impeditiva para celebração de contratos** e respectivos aditamentos com a Administração Pública:

- I. Não manutenção das condições de habilitação;
- II. A existência de registro da licitante junto ao CADIN, com fundamento nos arts. 6º e 6º-A da Lei 10.522/2022.



21.3. O termo de contrato será enviado à ADJUDICATÁRIA por meio de expedição eletrônica pelo Sistema Digital Administrativo da PGT para assinatura no **prazo previsto no tópico 21.1.**

21.3.1. Dentro do referido prazo, a adjudicatária deverá regularizar as condições impeditivas dispostas no **tópico 21.2** para fins de formalização de contrato.

21.3.2. Decairá do direito à contratação a licitante que não regularizar suas condições impeditivas previstas, o que autorizará a Administração a convocar a próxima licitante, seguindo a ordem de classificação da fase de lances, para formalização da contratação, desde que atendidas todas as condições estabelecidas neste edital e anexos;

21.3.3. A não regularização das condições impeditivas que obstem a contratação ensejará a instauração de Procedimento Administrativo para Apuração de Responsabilidades (PAAR);

21.4. Para fins de execução do objeto a ADJUDICATÁRIA deverá observar as obrigações e responsabilidades das partes contratantes, em conformidade com sua proposta comercial e com este instrumento e seus anexos.

21.5. O termo de contrato deverá ser assinado, assim como a nota de empenho deverá ser retirada ou confirmado seu recebimento, **pelo representante legal da CONTRATADA**, que deverá apresentar procuração pública ou particular com firma reconhecida que comprove os necessários poderes para contratar com a Administração Pública.

21.5.1. No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O regramento acerca do pagamento das despesas relacionadas ao objeto desta licitação está disciplinado na minuta do Termo de Contrato (**Anexo III deste Edital**).

23. DA GARANTIA CONTRATUAL FINANCEIRA

23.1. Será exigida a constituição de garantia contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratado, em uma das modalidades legalmente previstas, para assegurar o pleno cumprimento das obrigações e do objeto contratado.

24. DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE RESERVAS DE CARGOS

24.1. Com fundamento no caput do art. 116, da Lei 14.133/2021, ao longo de toda a execução do contrato, o(a) contratado(a) deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

24.1.1. Sempre que solicitado pela Administração, o(a) contratado(a) deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

25. DAS SANÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

25.1. Nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e da IN DG/PGT nº 02/2024, a licitante e a contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

25.2. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação qualquer sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como efetuar o correspondente registro da penalidade no SICAF.

25.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, observando a gravidade da falta cometida por parte da CONTRATADA, a não regularização imediata a partir da notificação apresentada pela fiscalização, a ocorrência de prejuízo de qualquer natureza ou a prática de forma reiterada, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:



I. Advertência;

II. Multa, na forma prevista neste instrumento;

- a)** Multa moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia corrido de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida do objeto, no caso de incorrer na infração disposta no inciso VII do **tópico 25.1**, limitado a 15 (quinze) dias corridos;
- b)** Multa moratória de 1,0% (um por cento) por dia corrido de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida do objeto, no caso de incorrer na infração disposta no inciso VII do **tópico 25.1**, a partir do 16º (décimo sexto) dia corrido, limitado até o 30º (trigésimo) dias, podendo ensejar a rescisão contratual unilateral.
- c)** Multa compensatória de 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total anual do contrato ou documento equivalente, pelas infrações previstas nos incisos I e VII do **tópico 25.1**.
- d)** Multa compensatória de 11% (onze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total a anual do contrato ou documento equivalente no caso de incorrer nas infrações dispostas aos incisos IV, V, VI e VIII do **tópico 25.1**;
- e)** Multa compensatória de 21% (vinte e um por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total anual do contrato para os comportamentos previstos nos incisos II, III, IX, X, XI e XII do **tópico 25.1**.

III. Impedimento de licitar e contratar aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos de II a VII do **tópico 25.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV. Declaração de inidoneidade pelas infrações administrativas previstas nos incisos de VIII a XII do **tópico 25.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III e VII daquele tópico que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

25.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II.** As peculiaridades do caso concreto;
- III.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- VI. O caráter educativo da sanção;
- VII. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

25.5. A aplicação das sanções previstas no termo de contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

25.6. Na aplicação das sanções, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

25.7. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **tópico 25.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

25.8. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas neste Edital.

25.9. A sanção de declaração de inidoneidade será precedida de análise jurídica e quando aplicada pelo Ministério Público no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva do Procurador-Geral do Trabalho, na forma de regulamento.

25.10. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

25.11. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

25.12. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

25.13. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

25.14. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização;
- II. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013;
- III. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

25.15. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

25.16. É admitida a reabilitação da licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I.** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II.** Pagamento da multa;
- III.** Transcurso do prazo mínimo de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V.** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos acima.

25.17. A sanção decorrente das infrações previstas nos incisos VIII e XII do **tópico 25.1** exigirá, como condição de reabilitação da licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

25.18. O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou do crédito existente na PGT em relação à CONTRATADA, ou da garantia financeira prestada, ou ser recolhido em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU indicada pelo CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias corridos de sua intimação por ofício, ou ainda cobrado na forma da lei.

25.19. Após o decurso do prazo estabelecido no parágrafo anterior, incidirá atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União.

25.20. Se não for possível a quitação da multa ou do dano à Administração nas formas estabelecidas neste instrumento, será providenciada a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e encaminhar-se-á cópia do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

25.21. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

25.22. Ao longo do período de vigência contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, bem como as reincidências, de mesma classificação ou não, poderão ensejar a aplicação de penalidade de maior gravidade.

25.23. Havendo conflito entre o enquadramento da conduta e a sanção a ser aplicada, será adotada a solução que decorra o menor ônus para a CONTRATADA, exceto nas hipóteses que ensejaram a rescisão contratual.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

25.24. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato realizar-se-á mediante processo administrativo que assegurará à licitante/contratada o contraditório e a ampla defesa, observando-se os procedimentos previstos na Lei 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/1999, assim como o disposto na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023.

25.25. Não haverá aplicação de multas durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela Administração, em virtude de caso fortuito, força maior ou impedimento causado pela Administração.

25.26. Da decisão que aplicar qualquer sanção, cabe a interposição de recurso ou pedido de reconsideração, conforme o caso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, processados na forma prevista nos art. 166 a 168 da Lei 14.133/2021.

25.27. Os atos previstos como infrações administrativas na legislação que rege licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

26. DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS

26.1. A CONTRATADA é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações fornecidos pelo Ministério Público do Trabalho ou contidos em quaisquer documentos e mídias de que venha a ter acesso durante a etapa de repasse, de execução dos serviços e de encerramento contratual, não podendo, sob qualquer pretexto e forma, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los para fins alheios à exclusiva necessidade dos serviços contratados.

26.2. Ao participar desta licitação, a CONTRATADA assume o compromisso de manter em sigilo, bem como não fazer uso indevido de qualquer configuração do ambiente e informações prestadas por técnicos do Ministério Público do Trabalho e quaisquer outras informações pertencentes à CONTRATANTE.

26.3. A CONTRATADA, na execução do contrato, deverá observar a Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE, bem como a Lei Geral de Proteção de Dados, os normativos vigentes e as boas práticas relativas à segurança da informação e privacidade de dados, especialmente as indicadas nos normativos internos da Administração Pública Federal, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público do Trabalho, em todas as atividades executadas.

26.4. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

26.5. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

26.6. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

26.7. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

26.8. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

26.9. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

26.10. A CONTRATADA, quando do encerramento do contrato, exceto se abrigada pelo disposto nos incisos do artigo 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. O CONTRATANTE deverá ser formal e justificadamente comunicado da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

26.11. É dever da CONTRATADA o cumprimento de ações necessárias à proteção de dados pessoais por concepção e por padrão, incluindo-se quando o caso, a capacitação regular de seus colaboradores sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. O edital estará à disposição dos interessados na internet para *download*, nos sítios eletrônicos: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <http://portal.mpt.mp.br/MPTransparencia>.

27.2. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados diretamente no Sistema de Procedimentos de Gestão Eletrônica Administrativa (PGEA), bem como por cópia a ser enviada por e-mail.

27.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília–DF, e dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

27.4. Nenhuma indenização ou contraprestação será devida às licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

27.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

27.6. O Pregoeiro ou a autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

27.7. O Pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar suas decisões em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

27.8. Nos termos do art. 4º da Resolução nº 177, de 5 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da citada norma.

27.9. Toda comunicação oficial durante a realização deste certame ocorrerá por correspondência eletrônica (e-mail) institucional, pelo sítios eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://portal.mpt.mp.br/MPTransparencia/>, ou por publicação oficial, nos termos da legislação.

27.10. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

28. DO FORO

28.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, exceto nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília-DF, 5 de maio de 2026.

ALEXANDRE ALBERTO LEAL DE ALMEIDA
Pregoeiro/Agente de Contratação



TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do Edital
AQUISIÇÃO AT.54/2025
PGEA 20.02.0001.0006778/2024-30

1. OBJETO

1.1 Registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de bibliotecas de fitas (*tape libraries*) e de fitas LTO para a solução de *backup* corporativo do Ministério Público do Trabalho, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições deste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI

2.1 Aquisição de bibliotecas de fitas e fitas LTO para expansão da infraestrutura de backup corporativo do Ministério Público do Trabalho nos Datacenters Primário e da PGT, de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo I deste Termo de Referência.

3. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO

3.1 Propõe-se o registro de:

Item	Descrição	Quantidade	Código CATSER
1	Tape library com capacidade mínima de 380 slots para fitas LTO e 14 drives LTO9	3	14381
2	Cartucho de Fita LTO9	1200	220
3	Cartucho de Fita de limpeza	60	220

Tabela 1 – Itens a serem contratados

3.2 O presente contrato deverá ser classificado na natureza despesa 44.90.52-43 - Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e 33.90.30-17 - Material de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), empenhados na modalidade ordinária.

3.3 A previsão dos códigos do CATSER dos itens constantes deste Termo de Referência foi elaborada pela Equipe de Planejamento da Contratação conforme atribuições previstas no art. 15, inciso IV da Resolução nº 283 do Conselho Nacional do Ministério Público. Os códigos deverão ser atualizados pela área competente conforme incumbências previstas no Regimento Interno Administrativo do Ministério Público do Trabalho.

3.4 Os bens descritos na Tabela 1 são considerados comuns, porque possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e baseados em especificações usuais de mercado.

4. ANEXOS

4.1 É parte integrante deste Termo de Referência:

4.1.1 ANEXO I, contendo as especificações técnicas dos itens.



4.1.2 ANEXO II, contendo o modelo do Termo de Confidencialidade.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1 O Ministério Público do Trabalho (MPT) tem a responsabilidade de garantir uma infraestrutura tecnológica robusta e segura para atender às demandas de salvaguarda dos dados dos sistemas e aplicações do órgão.

5.2 Desde a implantação da solução de backup atual, o Comitê estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) tem decidido pela migração da maioria dos serviços do Datacenter PGT, localizado em Brasília, para o Datacenter Primário, localizado em São Paulo. Similarmente, o CETI também decidiu que todas as máquinas virtuais relacionadas ao serviço finalístico do MPT (MPTDigital) deveriam ser transferidas das Unidades Regionais (PRT) para o Datacenter Primário.

5.3 Essas decisões estratégicas trouxeram benefícios imediatos de disponibilidade e continuidade aos serviços finalísticos e administrativos do MPT. Porém, aumentaram consideravelmente os esforços para manutenção da ferramenta de backup no Datacenter Primário do MPT.

5.4 Além disso, a criação de novos serviços como o MPT Cosmos, MPU Cosmos, MPT Digital Administrativo e serviços de Big Data ligados à Secretaria de Pesquisa e Análise de Informações (SPAI) trouxeram um aumento substancial na quantidade de dados hospedadas no Datacenter Primário.

5.5 Outro fato importante é que, com o objetivo de aumentar a resiliência dos serviços suportados pelo Datacenter Primário, foi recentemente implementada a replicação dos backups dos sistemas críticos entre este Datacenter e o Datacenter da PGT. Com essa medida, o aumento no volume de dados protegidos no Datacenter Primário é percebido também no Datacenter PGT.

5.6 Por conseguinte, o cenário de armazenamento dos backups é de saturação da capacidade de armazenamento das bibliotecas de fita em ambos os Datacenters.

5.7 A tabela a seguir detalha a situação das bibliotecas de fitas:

Equipamento	Aquisição	Capacidade (TB)	Utilização %	Capacidade utilizada (TB)	Datacenter
Tape Library TS4300 - SP	2019	3084	97,3%	3000	Datacenter MPT
Tape Library TS4300 - DF	2019	1824	98,7%	1800	Datacenter PGT

Tabela 2 – Situação das bibliotecas de fitas nos Datacenters Primário e PGT

5.8 Diante do quadro apresentado, faz-se necessário que sejam feitas ampliações urgentes na capacidade de armazenamento dos backups em fita nos Datacenters Primário e da PGT para suportarem a operação atual e a crescente demanda do ambiente de backup.

6. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS

6.1 A contratação pleiteada está em consonância com os seguintes objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico do MPT:

6.1.1 Objetivo Estratégico 14 (OE14): Prover e manter soluções de tecnologia da informação e comunicação inovadoras, eficientes e eficazes;



6.1.2 Objetivo Estratégico 15 (OE15) - Otimizar o orçamento necessário para o alcance dos objetivos do MPT.

6.2 Já em relação ao Plano Diretor Nacional de Tecnologia da Informação, a contratação encontra-se alinhada com as seguintes iniciativas:

6.2.1 TI-Continuidade – Implementar o processo de Gestão da Continuidade de Serviços de TIC.

7. ESTIMATIVA DA DEMANDA

7.1 Conforme consta do Estudo Técnico Preliminar, a demanda para o atual parque tecnológico do MPT é a seguinte:

Item	Descrição	Quantidade
1	Tape library com capacidade mínima de 380 slots para fitas LTO e 14 drives LTO9	3
2	Cartucho de Fita LTO9	1200
3	Cartucho de Fita de limpeza	60

Tabela 3 – Necessidade de suporte por modelo de equipamento

8. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PROPOSTA DO OBJETO

8.1 Os itens da solução a ser adquirida serão licitados separadamente visando ampliar a competitividade.

8.2 A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias e apresentar preços, unitário e total, expressos em moeda nacional, já considerando todas as despesas com tributos, transportes e demais custos que incidam direta ou indiretamente sobre o preço dos produtos/serviços.

8.3 O preço apresentado deverá ser único para cada item relacionado, independentemente da localidade, região, estado ou endereço de fornecimento e deverá incluir o custo de deslocamento para suporte da solução.

8.4 O preço estabelecido na proposta final será fixo e irrevogável, exceto nas hipóteses previstas em lei.

8.5 Será desclassificada a proposta elaborada em desacordo com este Termo de Referência, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços simbólicos ou irrisórios, e ainda, vantagens ou preços baseados nas ofertas dos demais licitantes.

8.6 Não serão consideradas as propostas que impuserem condições diferentes das dispostas no edital de licitação, que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que não atenderem aos requisitos mínimos discriminados no edital.

9. REGIME, TIPO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO

9.1 Registro de preços para aquisição de equipamentos, conforme especificações técnicas detalhadas no Anexo I deste Termo de Referência, observando as condições, critérios e exigências estabelecidas, com



julgamento pelo critério de **menor preço por item**, por meio da **modalidade pregão eletrônico**, conforme previsto no Art. 28 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2 O regime de execução será por **empreitada por preço unitário**, compreendendo o fornecimento dos bens por valor certo e total, conforme definido neste Termo de Referência.

9.3 Considerando que a demanda geral é significativa, as aquisições ocorrerão conforme disponibilidade orçamentária e prioridades definidas pelo Comitê Estratégico de TI do MPT. Considerando também que a aquisição deve atender as demandas das unidades da PGT e das PRTs, verifica-se vantajosa a utilização do Sistema de Registro de Preços, de acordo com os artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Portaria PGR/MPU Nº 158/2024, que regulamenta o registro de preço no MPU.

10. DIREITO DE PREFERÊNCIA (CICS)

10.1 Em observância ao art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto nº 11.890/2024, não será aplicada margem de preferência para a presente contratação, pois não foi instituída até a presente data qualquer Resolução da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

11. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

11.1 Garantia da continuidade dos serviços de backup para salvaguarda dos dados dos sistemas e aplicações do MPT.

11.2 Garantia da disponibilidade dos dados contidos nos equipamentos de armazenamento utilizados na infraestrutura de backup do MPT.

12. REQUISITOS DE NEGÓCIO

12.1 Garantir a salvaguarda dos dados dos sistemas e aplicações do MPT.

12.2 Garantir a continuidade dos serviços e disponibilidade das informações dos sistemas e aplicações do MPT.

13. REQUISITOS LEGAIS

13.1 São legislações aplicáveis à contratação:

13.1.1 Lei 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos

13.1.2 Resolução CNMP Nº 283, de 5 de fevereiro de 2024 e o respectivo Manual de Orientações Técnicas para Contratação de Tecnologia da Informação no Ministério Público brasileiro: Orientações e direcionamentos para contratações de TI;

13.1.3 Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, que dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União;



13.1.4 Instrução Normativa DG nº 2/2024, que trata da dosimetria nos procedimentos de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratação com a União e declaração de inidoneidade;

13.1.5 Plano Diretor Nacional de Tecnologia da Informação Ministério Público do Trabalho – PDNTI 2024-2025;

13.1.6 Lei nº 13.709/2018 que trata da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

14. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

14.1 Para atendimento das demandas de manutenção, deverá ser prestado o serviço na modalidade corretiva e preventiva, de acordo com este Termo de Referência e seus anexos.

15. REQUISITOS TEMPORAIS

15.1 Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos após a emissão de Ordem de Fornecimento.

15.2 Após a entrega dos equipamentos nas localidades, a CONTRATADA deverá realizar a instalação em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data da entrega.

15.3 Caso a CONTRATADA não consiga executar conforme as condições de prazo demandado, deverá comunicar à CONTRATANTE por escrito e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para término do prazo especificado, justificando os fatos e motivos que impedirão sua execução, cabendo à CONTRATANTE acatar ou não a justificativa.

16. REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE

16.1 CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - As partes deverão atender à Lei nº 13.709/18 (LGPD) e observar o disposto abaixo:

16.1.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.1.2 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

16.1.3 As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

16.1.4 Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da



CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

16.1.5 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.1.6 É dever da CONTRATADA o cumprimento de ações necessárias à proteção de dados pessoais por concepção e por padrão, incluindo-se, quando o caso, a capacitação regular de seus colaboradores sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.1.7 A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

16.1.8 A CONTRATADA, quando do encerramento do contrato, exceto se abrigados pelo disposto nos incisos do artigo 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. O CONTRATANTE deverá ser formal e justificadamente comunicado da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

17. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS, CULTURAIS E DE SUSTENTABILIDADE

17.1 Com fundamento no art. 116, da Lei 14.133/2021, ao longo de toda a execução do contrato, a CONTRATADA deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

17.2 Quando compatível, a CONTRATADA deverá implementar quesitos de sustentabilidade e de economia alinhados às diretrizes e aos objetivos do Plano Logístico Sustentável do Ministério Público do Trabalho, em consonância com o arts. 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, especialmente o uso racional dos recursos naturais disponíveis e a redução de desperdícios.

17.3 A CONTRATADA deverá evitar e/ou reduzir a geração de quaisquer resíduos envolvidos na execução dos serviços objeto deste contrato.

17.4 Preferencialmente, a CONTRATADA deverá utilizar insumos, materiais e equipamentos ecologicamente corretos, com selos ou certificados de responsabilidade ambiental.

17.5 O descarte de qualquer resíduo, equipamento inservível ou demais produtos resultantes da execução dos serviços deverão atender às normas ambientais e à legislação sanitária, observada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010).

17.6 Os equipamentos e peças fornecidos não deverão conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Europeia RoHS - Restriction of Certain Hazardous Substances.



17.7 A CONTRATADA, no que couber, deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

18. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

18.1 Todos os equipamentos ou componentes a serem fornecidos de todos os itens deverão ser novos, de primeiro uso, com a embalagem original de fábrica lacrada. Não serão aceitos equipamentos reconicionados ou já utilizados anteriormente.

18.2 Os equipamentos fornecidos, além da compatibilidade, deverão pertencer a família mais recente disponível para atendimento aos requisitos do edital.

18.3 Os equipamentos deverão ser instalados nos locais indicados pela CONTRATANTE.

19. REQUISITOS DE PROJETO

19.1 A gestão do contrato deverá ser realizada de forma centralizada, pela equipe do departamento de infraestrutura da SE/SETIC.

20. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

20.1 As localidades de entrega e instalação dos itens do objeto deste edital serão definidas no momento que for emitida a ordem de fornecimento, podendo ocorrer em quaisquer das localidades descritas no quadro abaixo:

Órgão	CNPJ	Unidade	Endereço
PGT	26.989.715/0055-03	Datacenter PGT - Brasília - DF	SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília - DF, CEP 70040-250
		Datacenter Primário – São Paulo (Lapa) – SP	Rua Aldo de Azevedo, 200 – Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05453-030

Tabela 4 – Localidades de entrega e instalação

20.2 Os quantitativos referentes aos itens 1, 2 e 3 do tópico 3 de TR podem ser divididos entre as duas unidades indicadas na tabela acima.

20.3 As intervenções para implantação devem ser realizadas de forma a manter a continuidade e disponibilidade dos serviços de TI.

20.4 Em caso de necessidade de interrupção ou migração de dados na implantação dos equipamentos, deve haver um planejamento de forma a diminuir os impactos para os usuários dos sistemas.

21. REQUISITOS DE GARANTIA TECNOLÓGICA

21.1 Os serviços de manutenção e assistência técnica deverão ser prestados na modalidade on-site, nas dependências onde os equipamentos estiverem instalados, observadas eventuais mudanças de endereços.

21.2 Os itens deverão possuir garantia mínima conforme prazos estipulados no Anexo I.



21.3 Os produtos deste Termo de Referência deverão possuir a Garantia Legal contra defeitos de fabricação.

21.4 A CONTRATADA deverá fornecer termo de garantia contendo a relação de equipamentos e os prazos de início e fim da vigência em até 10 dias úteis após a notificação da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

21.5 Qualquer despesa decorrente da execução dos serviços de manutenção ou suporte realizados durante o período mencionado será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

21.6 Durante a vigência da garantia, os chamados técnicos, sem limite de quantidade, poderão ser abertos em regime 24x7 via chamada telefônica ou via sistema próprio da CONTRATADA, disponível em ambiente web e acessível através da Internet, caracterizando a abertura do chamado.

21.7 Em todas as atividades de assistência técnica e suporte, os atendentes deverão empregar a língua portuguesa, exceto no uso de termos técnicos e na utilização de textos técnicos, que poderão estar redigidos em inglês.

21.8 Os chamados técnicos deverão ser atendidos e solucionados levando em consideração os níveis mínimos de serviço descritos a seguir.

21.9 O **Tempo de Atendimento** será mensurado entre o momento de abertura do chamado e o primeiro atendimento da CONTRATADA;

21.10 O **Tempo de Solução** será mensurado entre o momento da abertura do chamado e a solução completa do problema (restabelecimento do equipamento à sua funcionalidade nominal).

21.11 Para o item 1 do tópico 3 deste TR:

SLA	Tempo de Atendimento		Tempo de Solução	
	6 (seis) horas úteis*		Próximo dia útil (NBD)	

* Hora útil é definida como aquela compreendida entre o horário comercial em dias úteis
Tabela 5 – SLA para o item 1

21.12 O atendimento poderá ser realizado inicialmente de forma remota (troubleshooting), sendo necessário atendimento no local quando todas as possibilidades de restabelecimento remoto do equipamento tenham sido exauridas.

21.13 O uso da modalidade remota não afeta de forma alguma a contagem do prazo estipulado.

21.14 Os reparos necessários deverão ser realizados no próprio local de instalação do equipamento (modalidade on-site).

21.15 O problema de equipamento defeituoso, caso comprovado, deverá ser sanado dentro dos prazos estipulados neste TR.

21.16 Quando não for possível solucionar o problema no prazo estipulado, caso autorizado pela CONTRATANTE, deverá ser fornecido outro equipamento de igual configuração ou superior, até resolução definitiva do problema.



21.17 Em caso de substituição temporária ou definitiva de equipamentos defeituosos, a CONTRATADA será responsável pela instalação física e montagem em rack; provimento e instalação de todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento; energização; conexão e configuração física e lógica, com apoio da equipe técnica do MPT.

21.18 Durante a execução dos serviços de suporte técnico, somente poderão ser utilizadas peças e componentes novos e originais, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pela CONTRATANTE.

21.19 Durante todo o período da prestação de serviços de garantia e suporte técnico, a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE acesso ao sítio internet do fabricante, e em área própria para o modelo ofertado, recursos para consulta e download de:

21.19.1 Softwares, drivers e firmwares (atualizações e/ou versões completas);

21.19.2 Manuais de usuário e dos equipamentos;

21.19.3 Banco de solução para suporte ao software e hardware instalados de fábrica.

21.20 Durante o período da prestação de serviços de manutenção e suporte técnico, devem ser instaladas, sem ônus à CONTRATANTE, todas as atualizações de software e firmware para os equipamentos.

22. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

22.1 A instalação e as demais intervenções nos equipamentos deverão ser realizada por profissionais certificados com capacidade técnica para a realização dos serviços, comprovada por meio de apresentação de certificação emitido pela própria fabricante do equipamento ou por empresa de treinamento reconhecida pelo fabricante.

23. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

23.1 A certificação da capacidade técnica dos profissionais da empresa contratada deverá ser comprovada após a assinatura do contrato em até 5 dias úteis.

24. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

24.1 A CONTRATADA deve monitorar continuamente os equipamentos por meio de recebimento de alertas. Em caso de detecção de falhas, a equipe responsável pela infraestrutura de TI do MPT deve ser imediatamente notificada.

24.2 A CONTRATADA deve fornecer, sob demanda do MPT, relatórios com o histórico das falhas dos equipamentos e soluções dadas em atendimento aos chamados.

25. REQUISITOS DE SEGURANÇA DOS ATIVOS DE TI

25.1 Os acessos físicos às salas dos datacenters onde os equipamentos estão instalados apenas ocorrerão supervisionados pela equipe responsável pela infraestrutura de TI local do MPT.



25.2 Os acessos lógicos aos equipamentos ocorrerão somente mediante solicitação do MPT via chamado de suporte técnico e serão realizados com acompanhamento da equipe responsável pela infraestrutura de TI do órgão.

25.3 No caso de substituição de partes de equipamento que possuam informações sensíveis, deverá ser realizado procedimento de sanitização dos dados para posterior descarte.

25.4 Os profissionais da CONTRATADA que tenham necessidade de acesso a informações sensíveis do MPT na prestação dos serviços devem assinar termo de sigilo e confidencialidade.

26. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

26.1 Além das obrigações previstas neste Termo de Referência e de outras decorrentes da natureza do ajuste, a CONTRATANTE se obriga a:

26.1.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, conforme disposto em regulamento próprio da CONTRATANTE.

26.1.2 Encaminhar formalmente as demandas, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste TR.

26.1.3 Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido, desde que atendidas as condições de execução pactuadas e de que inexistam obrigações pendentes.

26.1.4 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

26.1.5 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

26.1.6 Permitir, durante a vigência do contrato, o acesso do representante ou preposto da contratada ao local de reuniões, desde que devidamente identificado e acompanhado por representante da CONTRATANTE.

26.1.7 Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço.

26.1.8 Emitir o aceite do objeto contratado após a verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à contratada.

26.1.9 Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

26.1.10 Anotar, em registro próprio, todas as intercorrências relacionadas à execução do objeto.

26.1.11 Não permitir a execução do objeto em desacordo com as obrigações assumidas.

26.1.12 Fazer cumprir as disposições do Termo de Referência e contrato resultante.

26.1.13 Manter atualizados os dados dos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato, informando-os à contratada.



26.1.14 Garantir uma comunicação eficiente com a contratada.

26.1.15 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

26.1.16 Recusar, com a devida justificativa, de forma fundamentada, objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA, assinalando prazo para que sejam promovidos os ajustes necessários à correta prestação dos serviços contratados.

26.1.17 Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

26.1.18 Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas à prestação do serviço que possam ter reflexos, de forma direta ou indireta, no cumprimento das obrigações avençadas, bem assim aquelas que possam comprometer o desempenho do objeto contratado.

26.1.19 Comunicar à CONTRATADA todas as informações pertinentes à prestação dos serviços, tais como informações para assinatura de contrato, endereço para recolhimento da nota de empenho, equipe de fiscalização e outras informações que se façam necessárias.

26.1.20 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis em razão de descumprimento das obrigações pactuadas.

27. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

27.1 São deveres e responsabilidades da contratada:

27.1.1 Fornecer o objeto adjudicado em estrita conformidade com as especificações e condições exigidas neste Termo de Referência e no contrato pertinente, bem como naquelas resultantes de sua proposta, devendo já estar inclusos nos valores propostos todos os custos, impostos, taxas e demais encargos pertinentes à formação do preço.

27.1.2 Designar um preposto responsável pelo atendimento à CONTRATANTE, devidamente capacitado com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto deste instrumento.

27.1.3 Receber, diligenciar, encaminhar e responder, na figura do preposto, às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

27.1.4 Atender prontamente a quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato inerentes à execução do objeto contratual.

27.1.5 Disponibilizar todos os meios e facilidades indispensáveis à fiscalização da Solução de TI pela contratante.

27.1.6 Cumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), conforme estabelecido no capítulo 16 deste Termo de Referência.

27.1.7 Manter sigilo acerca das informações obtidas em decorrência da execução do presente Termo, não podendo qualquer partícipe as divulgar fora do âmbito deste instrumento.



27.1.8 Informar, oficialmente à CONTRATANTE, quaisquer irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços prestados, o alcance dos níveis de serviços ou o bom andamento das atividades.

27.1.9 Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medida cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer.

27.1.10 Comunicar à fiscalização do contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis:

27.1.11 Qualquer alteração no seu quadro de sócios;

27.1.12 A sua fusão, cisão, incorporação ou transformação;

27.1.13 A mudança de localização de seu estabelecimento;

27.1.14 Alterações referentes aos números de telefone, aos endereços eletrônicos e aos demais meios utilizados pelas partes para comunicação.

27.1.15 Encaminhar qualquer solicitação à CONTRATANTE por intermédio da fiscalização do contrato.

27.1.16 Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte da equipe de fiscalização da CONTRATANTE.

27.1.17 Arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre a presente contratação, inclusive os trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, devendo apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos.

27.1.18 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, necessárias para que todos os níveis de serviços acordados sejam cumpridos com utilização eficiente dos recursos disponíveis.

27.1.19 Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados, ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados. Nesse caso, a CONTRATADA assume a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano, ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias úteis, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês.

27.1.20 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

27.1.21 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na forma prevista no art. 116 da Lei 14.133/2021.



27.1.22 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

27.1.23 Obedecer às normas e rotinas da CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, guarda, manutenção e integridade dos dados, programas e procedimento físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou produzidas durante a execução dos serviços.

27.1.24 Substituir os itens defeituosos durante os prazos de garantia pactuados, responsabilizando-se pelo ônus do envio e retirada dos itens defeituosos nas localidades da CONTRATANTE, sem custo adicional, observando a necessidade de atender aos níveis de serviço (tempo de atendimento e de solução) pactuados no contrato.

27.1.25 Cumprir todos os requisitos referentes às condições gerais e aos prazos para prestação dos serviços, responsabilizando-se pelas eventuais despesas de deslocamento de técnicos, diárias, transporte, hospedagem e demais custos operacionais, sem qualquer custo adicional a CONTRATANTE.

27.2 É vedado à CONTRATADA:

27.2.1 Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público do Trabalho, sob pena de rescisão contratual.

27.2.2 Contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

27.2.3 Utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de contratada, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito da contratante.

27.2.4 Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATADA.

27.2.5 Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

27.2.6 Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, da CONTRATANTE.

27.2.7 A subcontratação do objeto, no todo ou em parte, exceto quando for previamente autorizado pela CONTRATANTE.



28. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

28.1 A Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos** após a emissão de Ordem de Fornecimento.

28.1.1 Após a entrega dos equipamentos nas localidades, a CONTRATADA deverá realizar a instalação em até **10 (dez) dias corridos** contados a partir da data da entrega.

28.1.2 Caso a CONTRATADA não consiga executar conforme as condições de prazo demandado, deverá comunicar à CONTRATANTE por escrito e com antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis** para término do prazo especificado, justificando os fatos e motivos que impedirão sua execução, cabendo à CONTRATANTE acatar ou não a justificativa.

28.2 Em conformidade com o artigo 140 da Lei 14.133/21, o aceite dos objetos do presente instrumento se dará em duas etapas:

28.3 Aceite Provisório, para efeito de posterior verificação detalhada da conformidade do objeto recebido com o especificado, imediatamente após:

28.3.1 A conclusão da instalação e do recebimento do relatório de instalação emitido pela CONTRATADA.

28.4 Aceite Definitivo, após:

28.4.1 Verificação da qualidade e quantidade dos equipamentos recebidos em total consonância com os requisitos e especificações deste Termo de Referência e aprovação nos testes de aceitação.

28.4.2 O Termo de Recebimento Definitivo será emitido em até 10 (dez) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

28.5 Se, após o recebimento provisório constatar-se que os itens fornecidos estão em desacordo com o contrato, com o edital e seus anexos ou com a proposta, com incorreção, ou incompleto, após notificação por escrito à CONTRATADA, serão interrompidos os prazos de aceite até que seja sanada a situação.

28.6 Caso os itens recebidos não sejam aprovados mediante testes de aceitação estabelecidos no tópico 29, estes serão considerados como não entregues e a contagem do prazo de entrega a partir da emissão da ordem de fornecimento não será interrompida devido à rejeição destes para fins de aplicação de sanções.

29. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

29.1 Os bens serão recebidos após a verificação do atendimento dos requisitos deste Termo de Referência e seu ANEXO I – Especificações Técnicas.

30. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

30.1 A disponibilização do objeto será solicitada mediante emissão de Ordem de Fornecimento por parte da CONTRATANTE.



30.2 A comunicação ocorrerá, em regra, por meio eletrônico, valendo a expedição eletrônica como meio oficial de comunicação da CONTRATANTE para todos os efeitos legais.

30.3 É dever da CONTRATADA manter atualizado o seu cadastrado perante a CONTRATANTE e indicar endereço eletrônico válido durante toda a vigência da relação contratual.

31. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1 Nos termos dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, da Portaria PGR/MPU Nº 178/2023 e da IN DG/PGT nº 02/2024, as licitantes e a futura CONTRATADA serão responsabilizadas administrativamente pelas infrações legalmente previstas, sendo que a sistemática a ser adotada está estabelecida na minuta do termo de contrato, que consta como anexo ao edital de licitação.

32. FATURAMENTO

32.1 Os pagamentos serão realizados por Ordem de Fornecimento/Serviço concluída, vinculada à respectiva assinatura do Termo de Recebimento Definitivo – TRD.

32.2 Assim que emitido o TRD pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá emitir a nota fiscal correspondente.

32.3 A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura/Fatura exclusivamente através de peticionamento no Sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico do MPT, disponível no endereço <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>. Não serão aceitas Notas Fiscais/Faturas protocoladas por outros canais.

32.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

32.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

32.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, expedida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão).

32.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

32.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do



contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

32.9 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

32.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

33. PAGAMENTO

33.1 O pagamento será efetuado à CONTRATADA mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente discriminada, emitida em nome da Diretoria de Administração da Procuradoria-Geral do Trabalho, CNPJ nº 26.989.715/0055-03, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento definitivo, desde que não haja fator impeditivo por parte da CONTRATADA, mediante depósito bancário na conta corrente indicada.

33.2 Fica a empresa, quando assim couber, ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples, obedecendo ao disposto nas Instruções Normativas SRF n.º 480/2004, 1.234/2012 e 1540/2015.

33.2.1 A declaração deverá ser assinada pelo representante legal da empresa, a ser apresentada no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, esclarecendo que a não apresentação do documento em questão ocasionará o desconto no pagamento devido às empresas do valor referente ao encargo previsto na Lei n.º 9.430/96.

33.2.2 Alternativamente, a critério da CONTRATANTE, a comprovação da regularidade de inscrição no Regime Especial Unificado, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, poderá ser substituída por consulta ao portal na internet, na forma do Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 263/2015.

33.3 A liberação da Nota Fiscal/Fatura para pagamento ficará condicionada ao atesto do fiscal do contrato, conforme disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/21.

33.4 Será considerada como data do efetivo pagamento o dia de emissão da ordem bancária para pagamento.

33.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

33.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, será calculada, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos Moratórios



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e o efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: (6/100)/365

34. GARANTIA CONTRATUAL

34.1 Será exigida a constituição de garantia contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratado, em uma das modalidades previstas na Lei 14.133/21, na forma do art. 96, para assegurar o pleno cumprimento das obrigações e do objeto contratado.

35. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

35.1 A despesa está prevista no Planejamento de Contratações Anual (PCA), item 41755.

35.2 As despesas decorrentes de cada contratação correrão à conta dos recursos específicos para bens e serviços de Tecnologia da Informação, consignados no orçamento da Procuradoria Geral do Trabalho.

35.3 As despesas deverão ser classificadas conforme segue abaixo:

35.3.1 Gestão/unidade: 00001 / UG 200200;

35.3.2 Fonte de Recursos: 10000000000;

35.3.3 Programa de Trabalho: 172168;

35.3.4 Elemento de despesa: 44.90.52-43 - Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e 33.90.30-17 - Material de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);

35.3.5 Modalidade de empenho: ordinária;

35.3.6 Plano Interno: TIC-INFR-02.

36. ESTIMATIVA DE PREÇOS

36.1 Estima-se que o valor dos itens seja da ordem de:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Tape library com capacidade mínima de 380 slots para fitas LTO e 14 drives LTO9	3	R\$ 1.460.322,00	R\$ 4.380.966,00
2	Cartucho de Fita LTO9	1200	R\$ 876,66	R\$ 1.051.992,00
3	Cartucho de Fita de limpeza	60	R\$ 520,00	R\$ 31.200,00

Tabela 6 - Estimativa de preço

36.2 Desta forma, o valor total desta contratação poderá alcançar um montante de **R\$ 5.464.158,00 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, cento e cinquenta e oito reais)**.



36.3 A previsão de custo inicial foi elaborada pela Equipe de Planejamento da Contratação conforme atribuições previstas no art. 15, inciso IV da Resolução nº 283 do Conselho Nacional do Ministério Público. **Porém, os preços estimados aqui dispostos foram atualizados pela área competente conforme incumbências previstas no Regimento Interno Administrativo do Ministério Público do Trabalho.**

37. VIGÊNCIA DO CONTRATO

37.1 Para o fornecimento especificado, será firmado Contrato Administrativo entre a Administração (Contratante) e a CONTRATADA.

37.2 O Contrato Administrativo a ser firmado terá vigência de 12 (doze meses), contados a partir de sua assinatura, e poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

38. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

38.1 Ao final da licitação, será formalizada Ata de Registro de Preços, na forma disciplinada pela Portaria PGR/MPU N ° 158/2024, que regulamentou os arts. 82 a 86 da Lei 14.1333/2021, nos termos abaixo disciplinados:

38.1.1 O registro de preço justifica-se pelo fato de não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, havendo, assim, a necessidade de contratações permanentes e frequentes, nos termos previstos nos incisos I e IV da Portaria 158/2024.

38.1.2 O órgão gerenciador não está obrigado a firmar os contratos em decorrência da ata de registro de preço firmada.

38.1.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

38.1.4 As penalidades a serem aplicadas por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços e em relação às obrigações contratuais constarão de anexo do edital;

38.1.5 As hipóteses de cancelamento do registro, reajuste de preços, convocação do cadastro de reserva, dentre outras, constarão de minuta de ata de registro de preço, documento anexo ao edital.

38.2 Para o fornecimento especificado, será firmado Contrato Administrativo entre a Administração (Contratante) e a CONTRATADA, nos termos abaixo disciplinados:

38.2.1 O Contrato Administrativo a ser firmado terá vigência de 12 (doze meses), contados a partir de sua assinatura, e poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

38.2.2 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

38.2.3 Além das condições previstas no item anterior, será realizada consulta junto ao CADASTRO INFORMATIVO DOS CRÉDITOS DE ORGÃO E ENTIDADES FEDERAIS - CADIN. A existência de registro no



CADIN constitui fator impeditivo para a realização de contratos e respectivos aditamentos, na forma prevista no art. 6º-A da Lei 10.522/2002.

38.2.4 Na hipótese de irregularidades constantes dos registros cadastrais previstos nos itens 38.2.2. e 38.2.3, o prazo para regularização será o mesmo concedido para assinatura do contrato, ou seja, 5 (cinco) dias úteis, prazo comum, contado da notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos.

38.2.5 Caso a empresa convocada para assinatura do contrato não regularize a situação no prazo concedido pela Administração, será convocado a próxima empresa participante do processo licitatório, observado a ordem de classificação e as demais condições estabelecidas no edital.

38.2.6 Caso a vencedora seja microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal será exigida para efeito de contratação e não para participação na licitação, nos termos do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

38.2.7 A Administração poderá, excepcionalmente, firmar aditivo de prorrogação com empresa detendo registro ativo no CADIN, consignando-se prazo no aditivo para regularização das pendências, desde que justificado nos autos que as alternativas existentes não atendem às necessidades ou são mais gravosas à Administração. A não regularização da pendência no prazo consignado no termo aditivo ensejará a rescisão do contrato, que será efetivada após à conclusão da nova contratação.

38.2.8 As demais condições da contratação ocorrerão na forma prevista na minuta de contrato anexa ao edital.

39. EXTINÇÃO DO CONTRATO

39.1 Constituem motivos para a extinção do contrato as hipóteses previstas no art. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, e serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

39.2 Além das hipóteses no art. 137 da Lei 14.133/2021, constituem motivo para extinção do contrato:

39.2.1 Caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

39.3 Com fundamento nos artigos 138 e 139 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

39.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

39.3.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



39.3.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

39.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

39.5 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, sendo-lhe devida a devolução da garantia, pagamento pela execução até a data da extinção e o pagamento de custos da desmobilização.

39.6 Serão asseguradas as prerrogativas previstas no art. 139 da Lei 14.133/2021 quando a extinção do contrato ocorrer de forma unilateral.

40. REAJUSTE DE PREÇOS

40.1 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados. (art. 134 da Lei 14.133).

40.2 Após o interregno de um ano a contar da data do orçamento estimado elaborado pela PGT, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação pela CONTRATANTE do índice IPEA- ICTI (Índice de Custo de Tecnologia da Informação), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos previstos no art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

41. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

41.1 Critérios de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista:

41.1.1 Os regramentos acerca da habilitação jurídica e da habilitação fiscal, social e trabalhista constarão em cláusulas específicas e padronizadas institucionalmente no edital de licitação.

41.2 Critérios de qualificação técnica:

41.2.1 A licitante vencedora de cada item deverá apresentar atestado ou conjunto de atestados de capacidade técnico-operacional, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, os quais comprovem o atendimento aos requisitos abaixo listados:

Requisito	Aplica-se ao item	Quantidade	Comprovação
1	Item 1	Ter fornecido ao menos 1 equipamento tape library de natureza similar ao objeto desta licitação.	Ao menos um atestado de capacidade técnica
2	Item 2	Ter fornecido ao menos 500 (quinhentos) cartuchos de fita de backup LTO	Ao menos um atestado de capacidade técnica
3	Item 3	Ter fornecido ao menos 20 (vinte) cartuchos de fita de limpeza de drive LTO	Ao menos um atestado de capacidade técnica



Tabela 7 - Atestados de capacidade técnica

41.2.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

41.3 Critérios de qualificação econômico-financeira:

41.3.1 O licitante deverá comprovar a habilitação econômico-financeira mediante a apresentação dos seguintes documentos:

41.3.1.1 Balanço patrimonial registrado na forma da lei, relativa aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprove capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total anual estimado para o(s) grupo(s) que estiver arrematando; e

41.3.1.2 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante.

41.3.2 Pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos da data da abertura da licitação, deverá apresentar o balanço patrimonial referente ao último exercício financeiro.

41.3.3 Pessoa jurídica constituída a menos de 1 (um) ano da data de abertura da licitação está dispensada da apresentação do balanço patrimonial do exercício financeiro anterior, no entanto deverá apresentar seu balanço de abertura.

41.3.4 Com fundamento do inciso II, do art. 70, da Lei 14133/2021, a comprovação do capital social mínimo poderá se dar por meio do contrato social da licitante cujo CNPJ seja o do estabelecimento que executará o contrato, desde que esteja devidamente registrado na Junta Comercial competente.

41.3.5 O agente da contratação poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, os quais constituirão meio legal de prova.

41.3.6 Quando não se tratar de certidões vencíveis, os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data de abertura da sessão deste certame serão considerados válidos, facultado ao Pregoeiro a realização de consulta online, nos termos do parágrafo anterior.

41.3.7 Certidões vencíveis cuja data de validade não esteja expressa, serão também analisadas nos termos do parágrafo imediatamente anterior.

41.3.8 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

41.3.9 A licitante que deixar de apresentar algum dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital será INABILITADA, não se admitindo complementação posterior.

42. APROVAÇÃO

42.1 A Equipe de Planejamento da Contratação AT.54 foi instituída pela Portaria SE/SETIC nº 1045.2025, de 21 de julho de 2025.



ANEXO I do TR – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
AQUISIÇÃO AT.54/2025
PGEA 20.02.0001.0006778/2024-30

Item 01 – Tape Library Modular

Requisitos obrigatórios

1 Características gerais do sistema

- 1.1 A tape library modular deve executar a função de gerência de solução modular** (*Controller Module, Base Module* ou equivalente), e permitir a expansão da capacidade da solução através da adição de módulos compostos por *tape drives* e *slots* para cartuchos de fitas, conforme especificações do fabricante;
- 1.2 Deve suportar**, incluindo expansões, pelo menos **380 (trezentos e oitenta) slots para cartuchos de fita e 14 (quatorze) tape drives LTO-9**;
 - 1.2.1** A biblioteca de fita deve possuir mecanismo para inserção e retirada de cartuchos por meio de "I/O Port". Este mecanismo deve suportar a inserção e retirada de no mínimo 05 (cinco) cartuchos por ação;
 - 1.2.1.1** Os slots de "I/O Port" não devem ser considerados no quantitativo definido no item 1.2;
- 1.3** Deve realizar a descoberta e a configuração de componentes adicionados/instalados e removidos (módulos de expansão, cartuchos de fita e demais funcionalidades).
- 1.4 Deve possuir garantia de 60 (sessenta) meses.**

2 Capacidade

- 2.1 Possuir 14 (quatorze) drives Ultrium LTO-9.**
- 2.2 Cada drive LTO-9 deve possuir 1 porta de conectividade no padrão FC (Fibre Channel)**, com velocidade de no mínimo 8Gbps (oito gigabits por segundo).
- 2.3** Deve acompanhar todos os *transceivers* necessários.
- 2.4** Cada drive deverá permitir taxa de transferência de dados nativa (sem compressão) de 400MB/s (quatrocentos megabytes por segundo) ou superior, considerando cartuchos de fita tipo LTO-9.
- 2.5** Deve possuir pelo menos **380 (trezentos e oitenta) slots para cartuchos de fita**, sem considerar os "I/O Ports".
- 2.6** Deve suportar cartuchos de fita no padrão Ultrium LTO-9 com capacidade de



18 TB (dezoito *terabytes*), sem compressão; e 45 TB (quarenta e cinco *terabytes*), com compressão na taxa de 2,5:1.

- 2.7** Deve estar incluso todo o licenciamento de uso perpétuo necessário para a utilização dos drives, slots para cartuchos e software de gerenciamento do equipamento ofertado.

3 Outras Funcionalidades

- 3.1** Possuir biblioteca interna de cartuchos de fita com mecanismo robotizado para a montagem automática das fitas nos *tape drives* sem a intervenção do operador. Deverão ser capazes de efetuar as montagens tanto de cartuchos de fita de dados quanto de cartuchos de fita de limpeza (*tape cleaner cartridge*);
- 3.2** Deve possuir painel frontal para operações de configuração, diagnóstico e visualização de status;
- 3.3** Deve realizar o inventário de todas as fitas da fitoteca e o carregamento das fitas existentes na estação de entrada/saída (I/O Slot ou Magazine) de fitas – sem a interrupção do funcionamento e na condição ativa ou online;
- 3.4** Deve possuir suporte nativo ao particionamento, permitindo que o equipamento seja particionado, desde que tenha ao menos um *tape drive* em cada partição;
- 3.5** Deve possuir leitor de código de barras (*bar code reader*), para reconhecimento dos cartuchos de fita através da leitura do código de barras nas etiquetas (*labels*) padrão de mercado.

4 Gerenciamento

- 4.1** Deve possuir interface de rede dedicada para gerenciamento remoto de no mínimo 1000 Mbps (1000BASE-TX).
- 4.2** Deve suportar conectividade de rede padrão TCP compatível com IPv4.
- 4.3** Deve possuir software de gerenciamento remoto acessível através de navegadores (*browser*) padrão de mercado que permita pelo menos:
- 4.3.1** Gerar alertas relacionados a qualquer evento que possa afetar o bom funcionamento do equipamento, incluindo *tape drives* e cartuchos de fitas.
- 4.4** Suportar protocolo SNMP, permitindo configuração de alertas.
- 4.5** Permitir atualização de *firmware* de todos os componentes da *tape library*. As atualizações de *firmware* deverão ser fornecidas e instaladas pela CONTRATADA durante o período de garantia, sempre que necessário.



5 Compatibilidade

- 5.1 Deve ser comprovadamente compatível e ser suportado para uso com o software **Commvault Backup and Recovery** versão 11.
- 5.2 A compatibilidade será comprovada através de consulta à Matriz de Compatibilidade Commvault referente ao dispositivo tipo *Libraries*, disponível no sítio: <https://ma.commvault.com/Support/CompatibilityMatrices>.
- 5.3 Compatível com equipamento servidor DELL R650, com Windows Server 2016 ou superior.

6 Características Físicas

- 6.1 Deve ser compatível e instalável em rack padrão 19”.
- 6.2 Deve vir acompanhado de todos os acessórios necessários à sua instalação (trilhos, parafusos, etc.), assim como cabos elétricos (extremidade externa C14 para conexão em PDU já existente) e lógicos apropriados.
- 6.3 Possuir **02 (duas) fontes de alimentação elétrica, para cada módulo que contenha drive instalado**, independentes e redundantes, capazes de operar entre 100 a 240 VAC, por reconhecimento automático do nível de tensão.
- 6.4 **Possuir tamanho máximo de 30U** (1U=4,45cm).

7 Cabos

- 7.1 Devem ser fornecidos **todos os cabos** necessários para realizar a conexão dos tape drives com servidor ou switch Fibre Channel, considerando:
 - 7.1.1 Permitir conexão na velocidade nominal de no mínimo 8 Gbps (oito gigabits por segundo);
 - 7.1.2 Possuir comprimento mínimo de 5 (cinco) metros;
 - 7.1.3 Compatível com short wave lasers;
 - 7.1.4 Possuir conectores LC-to-LC apropriados para conexão da solução.
- 7.2 Deve ser fornecido 1 (um) cabo UTP para interface de gerência, considerando:
 - 7.2.1 Deve atender ao padrão Cat 6;
 - 7.2.2 Deve ser resistente à tração;
 - 7.2.3 Conectorizado com RJ45;
 - 7.2.4 Possuir padrão de montagem T568A/B;
 - 7.2.5 Deve possuir 5 (cinco) metros de comprimento;



7.2.6 Montado e testado 100% em fábrica;

7.2.7 Certificado Anatel.

8 Requisitos da Instalação

8.1 A instalação deve ser realizada por técnicos da Contratada e deve ocorrer em **até 10 (dez) dias corridos** a partir da data de entrega dos equipamentos na localidade da CONTRATANTE.

8.2 A instalação deve abranger ao menos as seguintes atividades:

8.2.1 Instalação física e montagem em rack;

8.2.2 Instalação de todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento;

8.2.3 Integração ao equipamento servidor de backup;

8.2.4 Conexão e configuração, com apoio da equipe técnica do MPT, dos mecanismos de acesso remoto necessários à configuração do equipamento;

8.2.5 Deverão ser entregues o endereçamento IP e login que possibilite a gerência remota.

9 Transferência de conhecimento da *Tape Library*

9.1 A Contratada deverá apresentar um Plano de Transferência de Conhecimento que será avaliado e aprovado pela equipe técnica da CONTRATANTE.

9.2 A transferência de conhecimento será agendada pela CONTRATANTE após a instalação do equipamento.

9.3 A carga horária não poderá ser inferior a 6 (seis) horas.

9.4 A transferência de conhecimento deverá ser ofertada em turma para até 05 (cinco) pessoas, em agenda a ser definida a critério da CONTRATANTE.

9.5 A transferência de conhecimento deverá ser realizada na modalidade “in company” (nas dependências da CONTRATANTE), ou na modalidade à distância a pedido da CONTRATANTE.

9.6 A capacitação deverá oferecer o treinamento baseado no oficial do fabricante (material e ementa).

9.7 O conteúdo programático deverá abordar:

9.7.1 Configuração – melhores práticas.

9.7.2 Configuração e operação básica – comandos básicos.

9.7.3 Conceitos básicos e avançados como: criptografia das fitas, configuração de acesso (usuários e senhas), configuração de alerta



de eventos via e-mail, procedimentos para backup das configurações do sistema, configuração de compartilhamento e particionamento, configuração com servidores e análise de relatórios e desempenho.

- 9.8** Todo material didático disponibilizado na transferência de conhecimento deverá ser fornecido pela CONTRATADA em meio eletrônico e deverá estar incluso no escopo da transferência de conhecimento.
- 9.9** A CONTRATADA arcará com todas as despesas relativas aos seus profissionais e técnicos envolvidos nas atividades da transferência de conhecimento.

Item 02 – Cartucho de Fita LTO-9

Requisitos obrigatórios

1 Requisitos Gerais

- 1.1** Cartucho de fita padrão **Ultrium LTO-9** com capacidade nativa (sem compressão) de 18 TB (dezoito terabytes);
- 1.2** Deve permitir compressão no padrão 2,5:1, totalizando 45 TB (quarenta e cinco terabytes) de capacidade;
- 1.3** Deve ser novo e não remanufaturado;
- 1.4** Compatível com drive LTO-9;
- 1.5** Deve ser acompanhado por etiqueta (código de barra), cuja numeração será definida pela CONTRATANTE no momento da solicitação do fornecimento;
- 1.6** **Deve possuir garantia de 12 (doze) meses.**

Item 03 – Cartucho de Fita de limpeza

Requisitos obrigatórios

1 Requisitos Gerais

- 1.1** Cartucho de **fita de limpeza LTO** (*tape cleaner cartridge*);
- 1.2** Compatível com drive LTO-9;
- 1.3** Deve ser novo e não remanufaturado;
- 1.4** Deve ser acompanhado por etiqueta (código de barra), cuja numeração será definida pela CONTRATANTE no momento da solicitação do fornecimento;
- 1.5** **Deve possuir garantia de 12 (doze) meses.**



TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATAÇÃO AT.54/2025
PGEA 20.02.0001.0006778/2024-30

Anexo II do TR – Modelo de Termo de Sigilo e Confidencialidade

O(a) Sr.(a) CPF nº..... endereço
....., profissional responsável pela
execução do contrato nº ____/____, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, expressamente:

1. Ter conhecimento inequívoco e assumir inteira responsabilidade pelo cumprimento das obrigações estabelecidas na legislação sobre o tratamento da informação não pública, comprometendo-se a preservar sua confidencialidade, nos termos, Lei nº 13.709 de 2018, da Lei nº 12.527 de 2011, da Lei nº 8.112 de 1990, da Resolução nº 89 do CNMP e das Resoluções do CETI do MPT que dispõem sobre a Política e as Normas de Segurança da Informação e Comunicação do MPT, assim como todos os requisitos de segurança e sigilo expressos no Contrato.

2. E, se compromete a:

2.1.1. adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades, no que concerne a manter o sigilo sobre dados e/ou informações de natureza sigilosa ou sensível, tratados no âmbito do MPT, relativo à prestação de serviço efetivo, bem como sobre todas as informações que, por força de sua função, venha a ser do seu conhecimento, comprometendo-se a guardar o sigilo necessário a que é obrigado nos termos da legislação vigente, conforme termos do Contrato vigente.

2.1.2. zelar pela proteção dos equipamentos, documentos, processos e sistemas de informação sob sua responsabilidade ou os quais o forem disponibilizados para uso, especialmente as informações constantes na base de dados dos Sistemas Corporativos de Informação do Ministério Público do Trabalho, fazendo-o em estrito interesse e razões do serviço desta Instituição.

3. A vigência da obrigação de manutenção do sigilo, assumida pela sua pessoa por meio deste termo, será enquanto os dados e/ou informações estiverem classificados como sigilosos, ou, quando esta classificação for suspensa, mediante autorização escrita, concedida à sua pessoa por autoridade competente para tal suspensão.

4. E por estar de acordo com o presente termo, assina-o na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Local e Data

ASSINATURA DO DECLARANTE



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

**ANEXO II DO EDITAL
MODELO DE PROPOSTA E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90002/2026/PGT/MPT**

PGEA 20.02.0001.0006778/2024-30

Item	Descrição	Qtd	Prç Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
1	Tape Library com capacidade mínima de 380 slots para fitas LTO e 14 drives LTO9, conforme descritivo do Termo de Referência.	3	1.460.322,00	4.380.966,00
2	Cartucho de Fita LTO9, conforme descritivo do Termo de Referência.	1200	876,66	1.051.992,00
3	Cartucho de Fita de Limpeza, conforme descritivo do Termo de Referência.	60	520,00	31.200,00

Valor Total Estimado: R\$5.464.158,00

Validade da Proposta: ____/____/____ (mínimo 90 dias, conforme tópico 7.8.2 do edital)

Valor Total da Proposta: **R\$ XX.XXX.XXX,XX**

(, xxxxxxxxxxxx mil, xxxxxxxxxxxx reais e xxxxxxxxxxxx centavos)

CNPJ:

E-mail:

Razão Social:

Endereço:

Telefone(s): ()

Fax: ()

Banco:

Agência:

C/C:

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

1. Declaro que minha proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento aos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, nas leis trabalhistas e nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes, bem como compreende todos os impostos, taxas, inclusive frete e quaisquer outras despesas.

TERMO DE COMPROMISSO DE REGULARIZAÇÃO JUNTO AO CADIN

2. Comprometo-me, para fins de assinatura do contrato e durante toda a vigência contratual, a regularizar e manter regular a situação da empresa, CNPJ junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal – CADIN, conforme estabelecido no edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

DECLARAÇÃO DE NÃO-PARESTESCO

3. Declaro, com fulcro no Art. 4º da Resolução nº 1º/2005 do CNMP, sob as penas da lei e para fins de contratação com o Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Geral do Trabalho, que nos quadros da empresa, CNPJ....., inexistente sócio, gerente ou diretor que seja membro ou servidor em exercício no Ministério Público do Trabalho, ocupante de cargo de direção no Ministério Público da União, servidor cedido ou colocado à disposição deste Ministério por Órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do Ministério Público do Trabalho, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e Órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal.

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

4. Declaro, para os devidos fins, que a empresa _____ - CNPJ: _____, caso seja declarada vencedora do certame, compromete-se a comprovar, 5 dias úteis após a assinatura do contrato, o atendimento integral às exigências relativas à qualificação e formação profissional dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços, conforme disposto nos tópicos 22.1 e 23.1 do Termo de Referência, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento dessas condições, ciente de que o não atendimento poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis e a convocação dos licitantes remanescentes, nos termos da legislação vigente.

Local e data

Assinatura
(representante legal da empresa)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

**ANEXO III DO EDITAL
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90002/2026/PGT/MPT
Processo nº 20.02.0001.0006778/2024-30**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS
COM SERVIÇOS ASSOCIADOS QUE, ENTRE SI
FAZEM, DE UM LADO, A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO / PROCURADORIA GERAL, E, DE
OUTRO, A EMPRESA XXXXXXXX, NA FORMA
ABAIXO:**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/ PROCURADORIA-GERAL – PGT**, CNPJ 26.989.715/0055-03, situada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Torre A, Centro Empresarial CNC, CEP: 70.040.250, Brasília/DF, neste ato representada pelo(a) Diretor(a) de Administração, o(a) Senhor(a), CPF, RG, designado(a) pela Portaria, no uso da competência prevista no art. 270, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público do Trabalho instituído pela Portaria nº 1.162, de 7 de agosto de 2025, do Senhor Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa, CNPJ, estabelecida no endereço, CEP, cidade/UF, telefone(s):, e-mails:, neste ato representada pelo(a) Senhor(a), CPF, RG, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem, de comum acordo, por força do presente instrumento e em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais que regem a matéria, celebrar este contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de bibliotecas de fitas (*tape libraries*) e de fitas LTO para a solução de backup corporativo do Ministério Público do Trabalho, com prestação de serviços associados de garantia e suporte técnico, de acordo com as especificações, condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e nos documentos constantes no processo PGEA em epígrafe.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O regime de execução será por empreitada por preço unitário, compreendendo o fornecimento dos bens por valor certo e total, conforme definido no TR.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Vinculam esta contratação às disposições estabelecidas neste contrato, no Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2026/PGT/MPT, no Termo de Referência e seus anexos, nas obrigações assumidas pela CONTRATADA em sua proposta comercial, que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As especificações técnicas detalhadas do objeto desta contratação estão estabelecidas nos capítulos 3, 8, 14 e 18 do Termo de Referência, bem como da proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA 2ª - DA SUBCONTRATAÇÃO

Conforme tópico 27.2.7 do Termo de Referência, a subcontratação do objeto, no todo ou em parte, será VEDADA, exceto quando for previamente autorizado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA 3ª - DA ENTREGA DO OBJETO

O regramento acerca da forma e dos prazos de entrega dos equipamentos e da prestação dos serviços a eles associados estão estabelecidos nos capítulos 15 e 20 e tópico 28.1 do Termo de Referência.

CLÁUSULA 4ª - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Com fundamento no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto será recebido:

I. **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação detalhada da conformidade do objeto recebido com o especificado, imediatamente após a conclusão da instalação e do recebimento do relatório de instalação emitido pela CONTRATADA;

II. **Definitivamente**, no prazo de **10 (dez) dias corridos** após a emissão do recebimento provisório por servidor e, ainda, após a verificação da qualidade e quantidade dos equipamentos recebidos em total consonância com os requisitos e especificações do Termo de Referência e aprovação nos testes de aceitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto bem como a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO TERCEIRO. Caso os bens sejam fornecidos em desconformidade com as especificações solicitadas, a CONTRATADA deverá proceder a regularização no prazo estabelecido no tópico 21.11 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO QUARTO. Ensaaios, testes e demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO. Após o recebimento definitivo **correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação contábil da despesa**, prorrogável por igual período mediante justificativa, nos termos do §3º, do art. 7º, da IN SEGES/ME nº 77/2022.

PARÁGRAFO SEXTO. A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica ou Fatura, devidamente discriminada, em nome da Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho, CNPJ nº 26.989.715/0055-03, e **protocolá-la em um processo distinto da contratação**, exclusivamente por meio do Protocolo Administrativo Eletrônico do MPT, disponível no endereço eletrônico <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>. Não será recebida NFE ou Fatura por meio de outros canais.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A fiscalização verificará a regularidade dos seguintes elementos essenciais no documento fiscal:

- I. prazo de validade do documento;
- II. data de emissão;
- III. dados da contratada e da contratante;
- IV. período de execução do contrato a que se refere;
- V. valor devido;
- VI. destaque de retenções legais, se aplicável.

PARÁGRAFO OITAVO. Sobrestar-se-á o pagamento da despesa em caso de erro ou irregularidade no documento fiscal, ou outra circunstância que impeça sua liquidação, até que a CONTRATADA promova a devida correção, reiniciando-se a contagem do prazo a partir da regularização, sem ônus à Administração.

PARÁGRAFO NONO. A CONTRATADA deverá protocolar, junto com a nota fiscal/fatura, os seguintes documentos:

- I. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- II. Certidão específica quanto à inexistência de débito de Contribuições Sociais;
- III. Certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, conforme Portaria n.º 358, de 5 de setembro de 2014, do Ministério da Fazenda.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

- IV. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- VI. Declaração de Opção pelo SIMPLES, quando lhe couber, obedecendo ao disposto nas Instruções Normativas SRF nº 480/2004, 1.234/2012 e 1540/2015, devidamente assinada pelo Representante Legal da empresa;

PARÁGRAFO DÉCIMO. Deixar de apresentar a Declaração de Opção pelo SIMPLES, quando exigível, ocasionará o desconto, no pagamento, do valor referente ao encargo previsto na Lei nº 9.430/1996.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A liquidação da despesa ocorrerá após a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso, por meio dos documentos previstos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Qualquer atraso ocorrido, por parte da CONTRATADA, na apresentação da fatura, ou da nota fiscal ou dos documentos acima exigidos, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

CLÁUSULA 5ª - DA GARANTIA TÉCNICA DOS PRODUTOS

Conforme estabelecido no tópico 21.3 do Termo de Referência e seu Anexo I, os bens fornecidos devem possuir, no mínimo, os prazos de garantia conforme sintetizados na tabela a seguir contra defeitos de fabricação, a contar da data de recebimento definitivo.

Item	Descrição	Prazo de Garantia
1	Tape library com capacidade mínima de 380 slots para fitas LTO e 14 drives LTO9	60 meses
2	Cartucho de Fita LTO9	12 meses
3	Cartucho de Fita de limpeza	12 meses

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A sistemática quanto ao reparo e à substituição dos equipamentos defeituosos estão estabelecidos no **capítulo 21 do Termo de Referência**.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os custos referentes ao recolhimento e transporte dos bens substituídos e à entrega e transportes dos substituintes são exclusivos da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A CONTRATANTE, a seu critério, poderá propor a destruição, a doação ou a incorporação ao seu acervo patrimonial dos bens defeituosos ou não aprovados, não recolhidos no prazo de 30 **dias úteis**, contado da notificação pela CONTRATANTE, conforme a legislação vigente.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

CLÁUSULA 6ª - DA SEGURANÇA E DO SIGILO

A sistemática da aplicabilidade da segurança e sigilo de dados relacionados a esta contratação está disciplinada no **capítulo 16 do Termo de Referência**.

CLÁUSULA 7ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

As obrigações do órgão CONTRATANTE estão estabelecidas no **capítulo 26 do Termo de Referência**.

CLÁUSULA 8ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A sistemática das obrigações e vedação da CONTRATADA estão estabelecidas no **capítulo 27 do Termo de Referência**.

CLÁUSULA 9ª - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O regramento acerca da gestão e da fiscalização contratual está estabelecido nas Portarias PGT nº 1.019/2024 e 1.208/2024.

CLÁUSULA 10ª - DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

A comunicação dos atos relacionados à gestão e execução contratual se dará por meio eletrônico/telemático, de acordo com o disposto na Portaria PGR/MPU nº 99/2024.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA deverá indicar expressamente endereços de e-mail, telefones e, caso houver, contatos disponíveis para comunicação via aplicativo de mensagem (como *Whatsapp*, *Zoom*, *Telegram* ou assemelhados).

PARÁGRAFO SEGUNDO. A CONTRATADA deverá manter os endereços de domicílio, de e-mail, telefones e contatos atualizados durante toda a vigência contratual e comunicar imediatamente qualquer alteração desses dados à fiscalização e ao Departamento de Licitações e Contratos, sob pena de apuração de responsabilidade por descumprimento da obrigação.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Para fins de comunicação, a CONTRATADA deverá encaminhar correspondência eletrônica para:

- a) Os endereços eletrônicos dos fiscais e gestores do contrato, para as questões relacionadas à execução contratual;
- b) O endereço eletrônico pgt.dlc@mpt.mp.br, para questões relativas à gestão contratual, relacionadas as tratativas de contratos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

CLÁUSULA 11ª - DO VALOR

O **valor total contratual** é de R\$ (.....), conforme tabela a seguir.

Item	Descrição	Qtd	Prç Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
1	Tape Library com capacidade mínima de 380 slots para fitas LTO e 14 drives LTO9, conforme descritivo do Termo de Referência	3		
2	Cartucho de Fita LTO9, conforme descritivo do Termo de Referência	1200		
3	Cartucho de Fita de Limpeza	60		

PARÁGRAFO PRIMEIRO. No valor acima estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

CLÁUSULA 12ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário, nos elementos de despesa 44.90.52-43 - Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação e 33.90.30-17 Material de Tecnologia da Informação e Comunicação, dos recursos específicos consignados no orçamento do Ministério Público do Trabalho/PGT para o exercício de 2026.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho 20.....NE....., de/...../....., no valor de R\$ (.....).

CLÁUSULA 13ª - DO REAJUSTE DE PREÇOS

Com fundamento nos §§ 7º e 8º, do art. 25, da Lei 14.133/2021, os preços avençados somente poderão ser reajustados após o interregno de um ano cuja data-base é a do orçamento estimado pela Administração em/...../....., pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado pelo ICTI.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do último reajuste correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO SEGUNDO. O índice acima indicado deverá ser aplicado com base na Emenda Constitucional Nº 95/2016, que modificou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 107, § 1º, inciso II.

PARÁGRAFO TERCEIRO. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

PARÁGRAFO QUARTO. A CONTRATADA está obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO QUINTO. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão) obrigatoriamente o(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO SEXTO. Caso o índice estabelecido para o reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajuste do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO. O reajuste de preços poderá ser formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO NONO. O pedido de reajuste deverá ser solicitado pela CONTRATADA antes da formalização da prorrogação do contrato, caso houver, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO. O reajuste, quando requerido pela CONTRATADA, deverá ser instruído estritamente nos termos do art. 25, §7º e §8º, I, e do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de reajuste de preços em até **60 dias corridos**, contado da data da apresentação, pela Contratada, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem reajustados.

CLÁUSULA 14ª - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

No interesse da Administração Pública, o contrato poderá ser alterado qualitativamente e quantitativamente na forma do disposta nos arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA 15ª - DA GARANTIA FINANCEIRA

Com fundamento nos artigos 96 a 102 da Lei 14.133/2021, será exigida da CONTRATADA a constituição de garantia financeiro-contratual em favor do CONTRATANTE, correspondente a 5%



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

(cinco por cento) **do valor total contratado**, visando assegurar o pleno cumprimento das obrigações desta contratação, em uma das seguintes modalidades, conforme sua opção:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Contado da data de assinatura do contrato, o prazo para apresentar documento que comprove a garantia é **de 10 (dez) dias corridos**, prorrogável por igual período à critério da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor da Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Quando optar por seguro-garantia, o prazo para a prestação da garantia será **de 1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme § 3º do art. 96 da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO QUARTO. Caso a CONTRATADA opte por apresentar títulos da dívida pública, estes deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aqueles previstos no artigo 2º da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001.

PARÁGRAFO QUINTO. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, utilizando-se o **valor total contratado atualizado** para definição e aplicação dos percentuais de garantia previstos nesta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida:

I. O pagamento de multas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

II. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE durante a execução pela inexecução do contrato decorrentes de culpa ou dolo DA CONTRATADA;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

III. O fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA perante à Administração, inclusive ao pagamento de multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas a legislação em vigor.

PARÁGRAFO OITAVO. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 desta Lei.

PARÁGRAFO NONO. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de penalidades, conforme previsto neste instrumento.

PARÁGRAFO DÉCIMO. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias corridos** autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia, o que não gera à CONTRATADA o direito a nenhum tipo de compensação financeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a mencionada retenção por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. É integral e exclusiva a responsabilidade da CONTRATADA pela renovação da garantia prestada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. O valor da multa moratória decorrente do atraso na constituição da garantia poderá ser glosado dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. A Seguradora e/ou Fiadora será comunicada do sinistro quando concluído o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) que eventualmente culmine na aplicação de penalidade pecuniária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Administração com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. Será considerada extinta a garantia:

- I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- II. Com a extinção do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. A Administração não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- I. Caso fortuito ou força maior;
- II. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- III. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista no parágrafo anterior, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, nos termos da legislação vigente.

- I. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que A CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- II. Também poderá haver liberação da garantia se A CONTRATADA comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- III. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:
 - a) do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou
 - b) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO. Para a execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à instituição garantidora, após a conclusão dos Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade (PAAR).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO. A garantia prestada deverá estar válida durante toda a execução do contrato acrescida de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e permanecer em vigor mesmo que A CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, A CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

CLÁUSULA 16ª - DO PAGAMENTO

Assim que o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) for emitido pelo órgão CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá emitir a nota fiscal correspondente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os pagamentos serão realizados por Ordem de Fornecimento/Serviço concluída, vinculada à respectiva assinatura do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

PARÁGRAFO SEGUNDO. A Nota Fiscal Eletrônica deverá estar devidamente discriminada e em nome da Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho, CNPJ nº 26.989.715/0055-03.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A Nota Fiscal deverá ser protocolada em um processo distinto da contratação, exclusivamente por meio do Protocolo Administrativo Eletrônico do MPT, disponível no endereço eletrônico <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>. Não será recebida NFE ou Fatura por meio de outros canais.

PARÁGRAFO QUARTO. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, **no prazo de 10 (dez) dias úteis** a contar da data de protocolização da Nota Fiscal no sistema de protocolo eletrônico, desde que cumpridas as disposições desta Cláusula, sendo considerada a data da ordem como a data do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO. A fiscalização verificará a regularidade dos seguintes elementos essenciais no documento fiscal:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

- I. prazo de validade do documento;
- II. data de emissão;
- III. dados da contratada e da contratante;
- IV. período de execução do contrato a que se refere;
- V. valor devido;
- VI. destaque de retenções legais, se aplicável.

PARÁGRAFO SEXTO. Havendo erro, ou irregularidade no documento fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será sobrestada até que a CONTRATADA promova a devida correção, reiniciando-se a contagem do prazo a partir da regularização, sem ônus à Administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A CONTRATADA deverá protocolar, junto com a nota fiscal, os seguintes documentos:

- I. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- II. Certidão específica quanto à inexistência de débito de Contribuições Sociais;
- III. Certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, conforme Portaria n.º 358, de 5 de setembro de 2014, do Ministério da Fazenda.
- IV. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- VI. Declaração de Opção pelo SIMPLES, quando lhe couber, obedecendo ao disposto nas Instruções Normativas SRF n.º 480/2004, 1.234/2012 e 1540/2015, devidamente assinada pelo Representante Legal da empresa;

PARÁGRAFO OITAVO. Deixar de apresentar a Declaração de Opção pelo SIMPLES, quando exigível, ocasionará o desconto, no pagamento, do valor referente ao encargo previsto na Lei n.º 9.430/1996.

PARÁGRAFO NONO. A liquidação da despesa ocorrerá após a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso, por meio dos documentos previstos no art. 68 da Lei n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO. A não apresentação da documentação exigida como condição para o pagamento, nos prazos especificados, ou o não atendimento de regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. Qualquer atraso ocorrido, por parte da CONTRATADA, na apresentação da fatura, ou da nota fiscal ou dos documentos acima exigidos, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. O pagamento não será efetuado à CONTRATADA, sem que isso gere direito a compensações/indenizações de qualquer natureza, se:

- I. No ato da entrega ou na aceitação do objeto contratado, este não estiver de acordo com as especificações técnicas e quantidades estipuladas;
- II. Houver pendência de obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. No caso de não manutenção das condições de habilitação estabelecidas no edital, mas constatada a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados regularmente até que haja decisão quanto à manutenção ou rescisão do contrato, nos termos do parágrafo único, do art. 147, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. A CONTRATADA tem direito a receber o valor reajustado do serviço integralmente cumprido e entregue após a data do aniversário do reajuste ainda que a ordem de serviço tenha sido emitida anterior àquela data.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. Desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para os casos de eventuais atrasos de pagamento, a taxa de compensação financeira devida pelo MPT/PGT será calculada mediante a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira (percentual anual) assim apurado:

$$I = (6 \div 100) \div 365 \rightarrow I = 0,00016438$$

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto Federal nº 93.872/1986.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, ao CONTRATANTE poderá deduzir (glosar), cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidas, nos termos deste contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com os motivos e as justificativas e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. Prevalecem as disposições desta Cláusula sobre aquelas de mesma temática contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 17ª - DAS SANÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

O regramento acerca das sanções e dos recursos administrativos relacionados a esta contratação estão estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe.

CLÁUSULA 18ª - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Conforme estabelecido no capítulo 37 do Termo de Referência, o **prazo de vigência deste contrato é de 12 meses**, a contar da sua assinatura, prorrogável na forma da lei, respeitada a vigência máxima decenal.

CLÁUSULA 19ª - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

A prorrogação do contrato é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com A CONTRATADA, atentando-se, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- I. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- II. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- III. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- IV. Haja manifestação expressa DA CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- V. Seja comprovado que A CONTRATADA mantém as condições participação e de habilitação no certame licitatório

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO TERCEIRO. O contrato não poderá ser prorrogado quando A CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação, ou ainda se estiver inscrita no CADIN.

PARÁGRAFO QUARTO. Constatada a não manutenção das condições de habilitação, será concedido prazo de **5 (cinco) dias úteis** para que a CONTRATADA promova a regularização ou apresente justificativa, prorrogável uma única vez, a critério da Administração.

PARÁGRAFO QUINTO. Persistindo a não manutenção das condições de habilitação ou sendo a justificativa considerada insuficiente ou improcedente, o processo será submetido à autoridade competente que poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA 20ª - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

As hipóteses, procedimentos e formas de extinção contratual estão estabelecidos nos artigos de 137 a 139 da Lei/14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO. Além das hipóteses de extinção elencadas nos dispositivos acima, constituem motivos para extinção do contrato:

- I. A existência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil da CONTRATADA com dirigente do órgão CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- II. A existência de registro no CADIN, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º, constitui fator impeditivo para a realização de qualquer dos atos previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 6º (art. 6º-A, da Lei 10.522/2002);
- III. Outras hipóteses previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA 21ª - DA PUBLICAÇÃO

A divulgação do presente instrumento e de seus aditamentos deverá ocorrer no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, contados da data de sua assinatura, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250

Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

CLÁUSULA 22ª - DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

A sistemática acerca dos requisitos de sustentabilidade ambiental está estabelecida no capítulo 17 do Termo de Referência.

CLÁUSULA 23ª - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, nas demais normas federais e princípios gerais dos contratos e, subsidiariamente, nas disposições da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA 24ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, os representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA assinam o presente Termo para que produza os seus devidos efeitos legais.

Brasília, de de

.....
Diretora de Administração

.....
Representante da Contratada



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

ANEXO IV DO EDITAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2026/PGT/MPT

PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 90002/2026/PGT/MPT

PGEA 20.02.0001.0006778/2024-30

A **PROCURADORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, representada nesta ato pela Diretor(a) de Administração, o(a) Senhor(a), CPF, RG, designado(a) pela Portaria nº 103, de 26 de janeiro de 2018, no uso da competência prevista no art. 270, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público do Trabalho instituído pela Portaria nº 1.162, de 7 de agosto de 2025, do Senhor Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, e com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023 e nas demais normas legais aplicáveis, **RESOLVE** registrar os preços ofertados na proposta da(s) licitante(s) adjudicatária(s) dos itens 1, 2 e 3 do **Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços nº 90002/2026/PGT/MPT**, conforme a classificação final da fase de lances, a ata eletrônica da sessão pública e o termo de adjudicação e homologação publicado no Diário Oficial da União sob o doc. nº, de acordo com as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

Registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de bibliotecas de fitas (tapes libraries) e de fitas LTO para a solução de backup corporativo do Ministério Público do Trabalho, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência, no edital e neste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As tabelas abaixo apresentam o número do item, a descrição do item, a quantidade do item registrada para o órgão gerenciador, a quantidade do item registrada para os órgãos participantes, o valor unitário registrado para o item e o valor total registrado para o órgão gerenciador.

Tabela dos quantitativos totais registrados (tabela 1) – órgão gerenciador

Item	Descrição	Quant. p/ órgão gerenciador	Valor Unitário	Valor Total p/ órgão gerenciador
01	Tape library com capacidade mínima de 380 slots para fitas LTO e 14 drives LTO9, conforme especificações do TR.	3	R\$	R\$.....
02	Cartucho de fita LTO9, conforme especificações do TR.	1200		
03	Cartucho de Fita de limpeza, conforme especificações do TR.	60		



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO SEGUNDO. O(s) quantitativo(s) total(is) desta ata poderá(ão) ser utilizado(s) gradativamente, de acordo com a demanda e a disponibilidade dos recursos orçamentários do órgão.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Com fundamento no art. 23 do Decreto nº 11.462/2023, é vedado efetuar acréscimos aos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

CLÁUSULA 2ª – DO GERENCIAMENTO E DA UTILIZAÇÃO DA ARP

A Procuradoria Geral do Trabalho (PGT) é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos deste registro de preço. Sua sede situa-se no Setor de Autarquias Norte – SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, Centro Empresarial CNC, Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70.040-250.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os possíveis órgãos participantes desta ata de registro de preços, caso hajam, as respectivas quantidades registradas a cada um deles estão discriminados no Anexo III desta ARP.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As localidades de entrega e instalação dos itens do objeto do edital serão definidas no momento que for emitida a ordem de fornecimento, podendo ocorrer em quaisquer das localidades descritas no quadro abaixo (p/ o órgão gerenciador):

Órgão	CNPJ	Unidade	Endereço
PGT	26.989.715/0055-03	Datacenter PGT - Brasília - DF	SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília - DF, CEP 70040-250
		Datacenter Primário – São Paulo (Lapa) – SP	Rua Aldo de Azevedo, 200 – Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05453-030

Localidades de entrega e instalação

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os quantitativos do órgão gerenciador referentes aos itens 1, 2 e 3 do tópico 3 do TR podem ser divididos entre as duas unidades indicadas na tabela acima.

PARÁGRAFO QUARTO. Após o encerramento do prazo para divulgação da Intenção de Registro de Preços, esta Procuradoria Geral do Trabalho permitirá a participação de outros órgãos na fase contratual, somente na condição de aderentes (órgãos não-participantes).

CLÁUSULA 3ª – DOS CADASTROS DE RESERVA

Nas contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços, será respeitada a ordem de classificação dos fornecedores registrados na ata.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As licitantes que manifestaram interesse em compor o cadastro de reserva **com o preço igual ao da adjudicatária**, observada a classificação na licitação, serão relacionadas no **Anexo I desta Ata**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO SEGUNDO. As licitantes que não manifestaram interesse em igualar seu preço ao do vencedor, mantendo, portanto, o valor final ofertado na fase de disputa, **integram automaticamente a listagem de cadastro de reserva** constantes no **Anexo II desta Ata**.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Com fundamento no §2º do art. 18, do Decreto nº 11.462/2023, o cadastro reserva do **Anexo I desta SRP** antecede o cadastro de reserva do **Anexo II desta ARP**.

PARÁGRAFO QUARTO. As licitantes que **não desejarem compor a lista de cadastro de reserva em hipótese alguma**, deverão se manifestar por e-mail nesse sentido, no prazo e condições dispostos no tópico 19.5.4 do edital (24 horas a contar da data de encerramento da sessão).

PARÁGRAFO QUINTO. Com fundamento no §3º do art. 18, do Decreto nº 11.462/2023, a habilitação de licitante que compõe algum **dos cadastros de reserva acima** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação de licitante remanescente, nas seguintes hipóteses:

- I. Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- II. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29, do Decreto 11.462/2023.

CLÁUSULA 4ª – DA EFICÁCIA JURÍDICA E VIGÊNCIA DA ARP

Esta ata de registro de preço, com a indicação dos fornecedores, será divulgada no PNCP e disponibilizada durante a vigência da ata de registro de preços e implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Com fundamento no art. 22, do Decreto 11.462/2023, **o prazo de vigência da ata de registro de preços é de um ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que os preços permaneçam vantajosos.

CLÁUSULA 5ª – DA CONTRATAÇÃO POR TERMO DE CONTRATO

A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por termo de contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Em cada fornecimento decorrente desta ata serão observadas todas as cláusulas e condições constantes do edital do pregão eletrônico, especialmente as de habilitação, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O contrato somente poderá ser assinado durante o prazo de vigência desta Ata.

- I. A assinatura do termo de contrato deverá ser realizada pelo representante legal da CONTRATADA, por meio da apresentação de documento de procuração pública ou particular com firma reconhecida que comprove necessários poderes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

II. Caso a assinatura do termo de contrato seja realizada por sócio, proprietário, dirigente ou administrador da empresa, deverá ser apresentada cópia do Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As disposições da formalização da contratação estão estabelecidas na minuta do Termo de Contrato (Anexo III do Edital).

CLÁUSULA 6ª – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Com fundamento no art. 25, do Decreto 11.462/2023, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- I.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d”, do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- II.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- III.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 7ª – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Com fundamento no art. 26, do Decreto nº 11.462/2023, na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Na hipótese prevista no parágrafo anterior ou na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29, e adotará as medidas para a obtenção de contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO QUARTO. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.

PARÁGRAFO QUINTO. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, observadas as seguintes disposições estabelecidas no art. 27 do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA 8ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

- I. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no §2º, do art. 27, do Decreto nº 11.462/2023;
- IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput, do art. 156, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Na hipótese prevista no inciso IV acima, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA 9ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Com fundamento no art. 29, do Decreto nº 11.462/2023, o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

- I. Por razão de interesse público;
- II. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no §3º, do art. 26 e no §4º do art. 27, do Decreto nº 11.462/2023.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, é facultado à Administração iniciar outro processo licitatório específico para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Esta ata de registro de preços será extinta automaticamente:

- I. Por decurso de prazo de vigência;
- II. Quando não restarem fornecedores registrados.
- III. Pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

CLÁUSULA 10ª – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Com fundamento no art. 31, do Decreto nº 11.462/2023, durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão solicitar adesão a esta ata de registro de preços, **na condição de não-participantes**, desde que sejam observados ainda os seguintes requisitos:

- I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II. Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23, da Lei nº 14.133/2021; e
- III. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada no **prazo de 90 (noventa) dias**, observada a vigência da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O prazo acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do **órgão ou da entidade não-participante** aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO QUARTO. Órgão ou entidade poderá aderir, na qualidade de **não-participante**, a item para os quais não tenha quantitativo registrado nesta ata de registro de preços, observados os requisitos previstos nesta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO. Serão observados os limites e vedações às adesões estabelecidos nos art. 32 e 33 do Decreto 11.462/2023.

CLÁUSULA 11ª – DAS SANÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

O regramento acerca das sanções e dos recursos administrativos no âmbito das contratações decorrentes desta ARP está estabelecido no edital do Pregão Eletrônico 90002/2026/PGT/MPT.

CLÁUSULA 12ª – DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA, no que couber, deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na prestação dos serviços, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e portaria nº 564, de 02 de dezembro de 2010, da Procuradoria Geral do Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CONTRATADA deverá apresentar, quando aplicável, comprovação de enquadramento ao disposto no art. 5º, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CLÁUSULA 13ª – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram o presente instrumento: os anexos I e II, o edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026/PGT/MPT e seus anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) adjudicatárias no certame licitatório.

- I.** Razão Social da empresa 1, CNPJ, adjudicatária do item 1 ...;
- II.** Razão Social da empresa 2, CNPJ, adjudicatária do item 2 ...;
- III.** Razão Social da empresa 3 CNPJ, adjudicatária do item 3 ...;

CLÁUSULA 14ª – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ata.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – *e-mail*: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO ÚNICO. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023 e demais normas aplicáveis.

Brasília-DF, de de 20XX

Diretora de Administração

Representante da Empresa



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – *e-mail*: pgt.pregao@mpt.mp.br

ANEXO I da ARP

(Relação de Licitantes que manifestaram interesse em compor o cadastro de reserva **com o preço igual ao da adjudicatária**)

Licitante	CNPJ	Valor



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

ANEXO II da ARP

(Relação de licitantes que não manifestaram interesse em igualar seu preço ao do vencedor, mantendo, portanto, o valor final ofertado na fase de disputa)

Licitante	CNPJ	Valor



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Geral do Trabalho

Diretoria-Geral

SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70040-250

Tel. (61) 3314-8500 - portal.mpt.mp.br - pgd.dg@mpt.mp.br



#Chega de Trabalho Infantil

INSTRUÇÃO NORMATIVA DG Nº 2.2024

Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, normas complementares para assegurar a aplicação da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, fixando a dosimetria nos procedimentos de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de Impedimento de Licitar e Contratar com a União e a Declaração de Inidoneidade.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo artigo 92 da Portaria PGT/MPT nº 1.314, de 22 de agosto de 2017, consolidada pela Portaria PGT/MPT nº 1.304, de 31 de agosto de 2020, publicada no BS-Especial 9-B, de 01 de setembro de 2020, e alterações posteriores; e considerando o disposto no art. 84 da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, que estabelece que os ramos do MPU e a ESMPU devem editar normas complementares para assegurar a sua aplicação, fixando a dosimetria para aplicação das penalidades de Impedimento de Licitar e Contratar com a União e a Declaração de Inidoneidade, **RESOLVE**:

Art. 1º A dosimetria das sanções deve observar as diretrizes gerais estabelecidas nos arts. 25 e seguintes da Portaria PGR nº 178, de 2023, e art. 156, §1º, da Lei 14.133, de 2021, devendo os editais, avisos de contratações diretas e os contratos do Ministério Público do Trabalho delimitarem percentuais de multa, critérios de aferição temporal para inexecução e mora de acordo com a especificidade do objeto e com o estabelecido pela área demandante no termo de referência.

Parágrafo único. A análise de riscos de cada contratação deverá ser considerada para a inclusão de cláusulas que agravam a penalidade, nos editais e nos contratos, quando o risco decorrer de possível conduta do infrator, mantendo a proporcionalidade entre o nível de gravidade e a probabilidade do risco e o agravamento da sanção proposta.

Art. 2º A sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União deve ser aplicada de acordo com os prazos a seguir estabelecidos, quando não se justificar a imposição da declaração de inidoneidade ao licitante ou contratado que praticar as condutas lesivas na forma abaixo:

Inciso	Conduta Lesiva	Prazo do Impedimento de licitar e contratar com a União (Pena Base)
I	dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	12 meses
II	der causa à inexecução total do contrato	18 meses
III	deixar de entregar a documentação exigida para o certame	4 meses
IV	não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	12 meses
V	não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	12 meses
VI	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	6 meses

§ 1º Considera-se dar causa à inexecução, além da conduta dolosa, o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, total ou parcial.

§ 2º Considera-se não manutenção da proposta:

- I - a ausência do envio da documentação solicitada pelo condutor do certame, via anexo do sistema eletrônico ou qualquer outro meio;
- II - recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível;
- III - deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital;
- IV - deixar de entregar o pedido da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.
- V – Outras situações que possam ser equiparadas às condutas acima mencionadas.

§3º O contrato não é celebrado quando o fornecedor desiste de assinar o contrato, o termo aditivo, a ata de registro de preços ou de retirar a nota de empenho quando notificado pela administração, salvo em situações que a legislação autorize.

§4º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

§5º A sanção prevista neste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.

Art. 3º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impede o responsável pelas infrações administrativas de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:

Inciso	Conduta Lesiva	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (Pena base)
I	apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	48 meses
II	fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	54 meses
III	comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	54 meses
IV	praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	54 meses
V	praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	60 meses

§1º Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º Consideram-se inidôneas as condutas descritas nos arts. 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º A sanção estabelecida neste artigo será precedida de análise jurídica.

§4º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos.

§5º A sanção disposta neste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos I, II, III, IV e V](#), bem como pelas infrações administrativas constantes nos incisos II, III, IV, V e VI do art. 3º, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no art. 3º, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme previsto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 4º As circunstâncias agravantes são, além daquelas previstas no edital ou no contrato, outras que ensejam maior reprovação da conduta, especialmente aquelas que:

- I – causam atrasos, interrupções ou prejuízos à eficiente prestação do serviço de algum setor ou unidade do MPT;
- II – redundam em necessidade de refazer procedimento licitatório ou atrasá-lo;
- III – possam causar riscos à saúde e à vida dos membros, servidores, terceirizados ou estagiários do MPT;
- IV – coloquem em risco o sigilo das informações e dos dados do MPT;
- V – prejudiquem, atrasem ou interrompam o exercício da atividade finalística dos membros do MPU;
- VI – envolvam licitações ou contratos cujos custos, em termos financeiros ou materiais ou de logística e tempo, para a substituição do fornecedor, sejam de considerável monta;
- VII – envolvam licitações ou contratos que, pela natureza do objeto, não podem ser facilmente substituídos por outros fornecedores;
- VIII – envolvam licitações ou contratos que atendam diretamente a atividade de apoio material e segurança do MPT;
- IX – envolvam licitações ou contratos com valores relevantes, assim considerados os superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com agravamento progressivo a cada duplicação do valor;
- X - restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital quando manifesta a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- XI - o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;
- XII - restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; e
- XIII - a contratada não agir conforme a boa-fé contratual, furtando-se a receber comunicações e notificações.

Art. 5º São circunstâncias que atenuam a sanção todas aquelas de natureza relevante, que indicam redução da culpabilidade, dos danos ou da lesão aos princípios da licitação, especialmente:

- I – a primariedade, assim entendida como ausência de imposição de sanção por infrações às leis de licitações e contratos, por qualquer ente público ou da Administração Indireta, de qualquer ente federado;
- II - o comportamento do infrator no sentido de evitar a infração ou minorar suas consequências;

- III - a contribuição com a Administração no esclarecimento da verdade;
- IV - a busca por reparar os danos de forma espontânea;
- V - a existência de fatos fortuitos ou de força maior, ou comportamentos de terceiros, que contribuíram para a infração;
- VI – a existência de atos de terceiros que levaram a erro o agente ou diminuíram seu espectro de possibilidade de ação conforme a lei;
- VII – a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade; e
- VIII - a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído ou que não sejam de fácil identificação.

Parágrafo único. As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas exclusivamente nesta Instrução Normativa não poderão redundar, individualmente consideradas, em acréscimo ou redução da sanção estabelecida na primeira fase em percentuais inferiores a 1/10 (um décimo) e nem superiores a 1/3 (um terço).

Art. 6º A penalidade prevista no inciso III do art 3º poderá ser afastada quando tenha ocorrido a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente:

- I - a ausência de dolo na conduta;
- II - que a documentação entregue esteja correta e adequada ao que foi solicitado;
- III - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
- IV - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;
- V - que a penalidade esteja estabelecida em prazo não superior a 3 (tres) meses; e
- VI - que o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou contratações ocorridos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 7º Aplica-se aos casos omissos o disposto na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 2/2019, que dispõe sobre a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, no âmbito da

Procuradoria-Geral do Trabalho, os procedimentos licitatórios e de contratação realizados sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002.

(assinatura digital)

GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Subprocurador-Geral do Trabalho

Diretor Geral do MPT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 178, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023

Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023](#)

Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 26, inciso XIII, da [Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993](#), tendo em vista o disposto na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa 1.00.000.025874/2022-38, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União - MPU e da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU.

Art. 2º Aplicam-se os princípios do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da culpabilidade, da legalidade, da proporcionalidade e da motivação aos procedimentos e processos regidos por esta Portaria, sem prejuízo dos princípios gerais de Direito Administrativo Sancionador que não forem incompatíveis com o presente regramento.

Art. 3º As infrações administrativas apuradas pelo processo definido na presente Portaria são exclusivamente aquelas definidas no art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, considera-se:

I – acusado: o licitante ou contratado no âmbito do processo sumário ou de responsabilização;

II – infrator: licitante ou contratado quando pratica infração administrativa prevista na [Lei nº 14.133, de 2021](#);

III – contrato: para os fins deste regulamento inclui carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço;

IV – servidor responsável: servidor designado para conduzir apuração no caso exclusivo de pena de advertência ou multa;

V – processo sumário: processo para aplicação exclusiva da sanção de advertência ou multa sancionatória;

VI – processo de responsabilização: processo de apuração de responsabilidade para a qual se comina sanção de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

VII – procedimento preliminar: formalização de atos encadeados, para a coleta de indícios e formação de juízo de instauração do processo ou arquivamento;

VIII - reincidência genérica: a prática de infração administrativa do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), após a imposição de sanção por infração administrativa de qualquer lei de licitação ou contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação; e

IX - reincidência específica: a prática de infração administrativa do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), após a imposição de sanção por igual infração administrativa, ainda que prevista em outras leis de licitação ou contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação.

Art. 4º A infração administrativa exige conduta voluntária, dolosa ou culposa.

§ 1º Do licitante ou contratado é exigido dever de cuidado e atenção acima da média comum, em razão da decisão voluntária de aderir ao certame e celebrar contrato administrativo.

§ 2º O infrator que demonstrar que adotou todas as cautelas para certificar-se que sua conduta era lícita, tendo agido em erro escusável, por circunstâncias excepcionais e alheias a sua vontade, não responde por infração administrativa da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 3º O dolo ou culpa da pessoa jurídica se manifesta através da conduta de seus administradores, sócios, empregados ou prepostos.

§ 4º Quando impossível identificar a pessoa física responsável pela deliberação e determinação da prática da conduta ilícita, a culpabilidade da pessoa jurídica decorre da análise do conjunto de condutas concatenadas e voltadas à prática da infração, que almeja seu benefício, direto ou indireto, ou de terceiro.

Art. 5º A competência para imposição das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública serão das autoridades definidas nos regimentos internos dos ramos do MPU e da ESMPU.

Parágrafo único. A competência para impor a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será do Secretário-Geral, no âmbito do Ministério Público Federal - MPF, dos Procuradores-Gerais, no âmbito dos demais ramos do MPU, e do Diretor-Geral, no caso da ESMPU.

Art. 6º Os instrumentos convocatórios e contratos deverão fazer menção a esta Portaria e seus critérios de dosimetria da sanção.

Art. 7º Os contratos deverão estabelecer os direitos, as responsabilidades das partes, as infrações administrativas e suas sanções, bem como os critérios para sua dosimetria, além das penalidades contratuais cabíveis, com seus percentuais e base de cálculo.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 8º As infrações administrativas estão taxativamente elencadas no art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Art. 9º Quando a mesma conduta resultar em infração à [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), e à [Lei nº 14.133, de 2021](#), as sanções serão impostas de forma independente e cumulada, na forma do art. 30, II, da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

Art. 10. As infrações administrativas somente são punidas quando consumadas.

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I

Da Advertência

Art. 11. A advertência deverá ser aplicada somente na hipótese de inexecução contratual parcial injustificada, quando não couber imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único. As determinações do fiscal do contrato previstas no exercício das atribuições do art. 117, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), não configuram a sanção de advertência.

Seção II

Da Multa Sancionatória

Art. 12. A multa decorrente das infrações administrativas previstas no art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), é denominada multa sancionatória e poderá ser aplicada ao infrator de forma isolada ou cumulativamente com as demais espécies de sanções da lei.

Art. 13. O edital e o contrato deverão prever que as multas sancionatórias serão graduadas conforme os critérios previstos nesta Portaria, sem prejuízo da indicação de valores ou percentuais no instrumento convocatório ou contratual.

Parágrafo único. O limite mínimo da multa sancionatória é de 0,5% (cinco décimos por cento) e o máximo é de 30% (trinta por cento), cuja base de cálculo consiste:

I - no valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, para os contratados; e

II - no orçamento estimado da licitação, para os licitantes.

~~Art. 14. No caso das infrações previstas no art. 155, I, II e III, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contrato deverá estabelecer qualquer um dos seguintes critérios para a quantificação da multa sancionatória, que incidirão sobre o valor do contrato:~~

Art. 14. No caso das infrações previstas no art. 155, I, II, III e VII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contrato deverá estabelecer qualquer um dos seguintes critérios para a quantificação da multa sancionatória, que incidirão sobre o valor do contrato: [\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023\)](#)

I - percentual fixo;

II - percentual variável, dentro do parâmetro no qual definido um limite mínimo e máximo de percentual; e

III – percentual fixo, com a possibilidade de majoração até um limite, a depender de circunstâncias agravantes previstas no contrato.

§ 1º A escolha dos critérios deverá considerar a proteção do interesse público e as práticas de mercado do respectivo setor de contratação.

§ 2º O critério de fixação da multa prevista para a infração do art. 155, II e III, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), deverá permitir sanção superior à fixada para o caso de simples inexecução parcial.

Art. 15. A indicação de valores ou percentuais de multas sancionatórias para as demais infrações administrativas do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), deverá ser motivada.

~~Art. 16. No caso das infrações do art. 155, I, II e III, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), os limites definidos no instrumento convocatório e no contrato não poderão ser ultrapassados na dosimetria da sanção.~~

Art. 16. No caso das infrações do art. 155, I, II, III e VII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), os limites definidos no instrumento convocatório e no contrato não poderão ser ultrapassados na dosimetria da sanção. [\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023\)](#)

§ 1º No caso das demais infrações do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o instrumento convocatório e o contrato deverão indicar expressamente se os limites mínimos ou máximos estabelecidos poderão ser ultrapassados em face dos demais critérios de dosimetria da sanção previstos nesta Portaria.

§ 2º Havendo necessidade de adequar a sanção de multa à culpabilidade, ao dano, à gravidade concreta da infração e a outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, para respeitar a regra do caput e garantir a proporcionalidade, a autoridade deverá:

I – majorar ou reduzir o prazo de impedimento para licitar ou contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicado em conjunto com a multa sancionatória; e

II – motivar a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar quando for o caso de decidir entre essa sanção e o impedimento de licitar e contratar.

Seção III

Do impedimento de licitar e contratar

Art. 17. A sanção de impedimento de licitar e contratar deverá ser aplicada na forma do art. 156, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Art. 18. A dosimetria do prazo de impedimento de licitar e contratar será feita na forma desta Portaria.

Seção IV

Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Art. 19. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas na forma do art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Art. 20. Na dosimetria do prazo de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão considerados os elementos desta Portaria.

CAPÍTULO IV

DAS DEMAIS PENALIDADES CONTRATUAIS

Art. 21. O atraso injustificado na execução contratual sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato, e corresponderá ao percentual a ser estabelecido nos referidos instrumentos, podendo variar entre de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento).

§ 1º Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente comprovado pelo contratado, a incidência das seguintes situações:

I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela [Lei nº 14.133, de 2021](#);

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil em razão da demora, segundo parecer da área técnica interessada, restará configurada inexecução contratual.

~~§ 3º O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias no cumprimento das obrigações assumidas passa a ser considerado inexecução parcial do contrato.~~

§ 3º O contrato definirá o prazo a partir do qual a mora das obrigações secundárias assumidas passa a ser considerado inexecução parcial do contrato. [\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023\)](#)

§ 4º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração promova a extinção unilateral do contrato e aplique outras sanções contratuais e legais.

§ 5º No caso do parágrafo anterior, a multa de mora será convertida em multa compensatória e descontada do valor da indenização devida à Administração, se houver.

§ 6º O contrato deve estabelecer o prazo a partir do qual a mora da obrigação principal configura a infração do art. 155, VII, da [Lei 14.133, de 2021](#). [\(Incluído pela Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023\)](#)

Art. 22. O contrato de serviços com regime de dedicação de mão de obra deverá prever multa para o descumprimento do dever de comprovação do cumprimento das obrigações

trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, na forma do art. 50 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 1º A multa será graduada em percentual sobre o valor do salário dos empregados cujas comprovações não foram feitas, incidindo em cada mês de referência, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) e nem superior a 20% (vinte por cento).

§ 2º O valor total das multas aplicadas neste artigo não podem ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

Art. 23. O estabelecimento de quaisquer outras multas contratuais deverá ser sempre em valor fixo ou percentual fixo, previsto no edital e no contrato.

~~Parágrafo único. O descumprimento das obrigações contratuais apenadas com multas não afasta a possibilidade da consumação das infrações do art. 155, I, II e III, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).~~

Parágrafo único. O descumprimento das obrigações contratuais apenadas com multas não afasta a possibilidade da consumação das infrações do art. 155, I, II, III e VII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#). (Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023)

Art. 24. A aplicação de qualquer multa contratual será precedida de devido processo legal, por meio de procedimento sumário a ser decidido em cada ramo do MPU e da ESMPU, quando não for processada e aplicada em conjunto com infrações do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

CAPÍTULO V

DA DOSIMETRIA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 25. Verificada a infração administrativa, a autoridade é obrigada a apurar e, caso comprovada a responsabilidade em devido processo legal, aplicar a sanção cominada em lei.

Parágrafo único. Na aplicação das sanções administrativas a autoridade deverá se pautar pela proporcionalidade e pela vedação do excesso.

Art. 26. São critérios para a dosimetria da penalidade os elencados no art. 156, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e estabelecidos nesta Portaria.

Art. 27. No caso de concurso de infrações aplicam-se as sanções de forma cumulada, sendo vedado o uso de institutos penais de concurso de crimes e continuação delitiva.

§ 1º É vedada a remissão a agravantes, atenuantes, causas de aumento e de diminuição da pena criminal na dosimetria administrativa da sanção.

§ 2º A vedação de aplicação dos institutos penais não impede que a autoridade fundamente a dosimetria em critérios iguais ou semelhantes a agravantes ou atenuantes penais,

quando cabíveis ao caso concreto.

Art. 28. Cada edital ou contrato poderá prever circunstâncias que denotam maior reprovabilidade da conduta, considerando a natureza do objeto da licitação ou do contrato, sua essencialidade às atividades do MPU e da ESMPU e os riscos à saúde, segurança e à vida envolvidos.

Parágrafo único. A análise de riscos de cada contratação deverá ser considerada para a inclusão de cláusulas que agravam a penalidade, nos editais e nos contratos, quando o risco decorrer de possível conduta do infrator, mantendo a proporcionalidade entre o nível de gravidade e a probabilidade do risco e o agravamento da sanção proposto.

Art. 29. Os editais ou contratos cujo objeto atenda diretamente a atividade finalística do MPU e da ESMPU deverão prever sanções mais graves, especialmente para casos de inexecução parcial ou total.

Art. 30. Os contratos cujo o objeto tenha alto custo de desmobilização, tanto no aspecto financeiro quanto no aspecto de tempo, logística, impacto em outros contratos conexos e trabalho, para fins de alteração do fornecedor, terão previsão de agravamento das sanções.

Art. 31. A imposição de sanção por infração administrativa de qualquer lei de licitação ou contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação, antes da prática da conduta, deverá ser considerado reincidência, aplicável na segunda fase.

§ 1º Considera-se antecedente a sanção imposta por infração administrativa de qualquer lei de licitação ou contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação, que não configure reincidência.

§ 2º Punições extintas há mais de 5 (cinco) anos da prática do ato sob julgamento não poderão ser consideradas agravantes.

§ 3º A reincidência específica é agravante com maior peso do que a reincidência genérica.

§ 4º No caso de culpa, seja na sanção antecedente ou no caso em julgamento, a imposição de penalidade anterior poderá agravar a pena.

Art. 32. A dosimetria da sanção será feita em três fases, de forma devidamente motivada.

Art. 33. Na primeira fase de dosimetria, serão considerados a natureza e gravidade da infração e a culpabilidade do infrator.

§ 1º A natureza e gravidade da infração têm relação direta com a conduta ilícita praticada, considerando a graduação progressiva de lesividade aquela utilizada pela [Lei nº 14.133](#),

[de 2021](#), tendo no grau mínimo a infração do art. 155, I, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no grau máximo a prática de ato lesivo previsto na [Lei nº 12.846, de 2013](#).

§ 2º A culpabilidade é avaliada considerando os seguintes aspectos:

I – se conduta foi dolosa, culposa ou decorrente de erro inescusável;

II - as condições que o infrator tinha de conhecer o ilícito; e

III – as condições que o infrator tinha de comportar-se conforme a lei.

§ 3º Quanto maior a capacidade econômica do infrator, maior a capacidade de agir conforme a lei, salvo prova em contrário do caso concreto.

§ 4º Quanto maior o número de contratos celebrados com a Administração Pública de quaisquer entes federados, maior as condições do infrator de conhecer o ilícito e evitar erros, salvo prova em contrário.

§ 5º Os critérios da primeira fase devem resultar em uma sanção preliminar entre os seguintes parâmetros:

I – no caso de multa, entre 3% (três por cento) e 15% (quinze por cento) do valor do contrato ou do orçamento estimado;

II – no caso de impedimento de licitar e contratar, entre 3 (três) e 18 (dezoito) meses; e

III – no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, entre 42 (quarenta e dois) e 60 (sessenta) meses.

§ 6º No caso de multa com previsão de limites próprios no contrato, eles devem ser observados para a fixação da pena preliminar, mantendo a proporção do inciso I.

Art. 34. Na segunda fase serão considerados:

I – peculiaridades do caso concreto;

II – circunstâncias agravantes;

III – circunstâncias atenuantes; e

IV – danos causados ao MPU e à ESMPU.

§ 1º Na segunda fase haverá acréscimos ou decréscimos, em termos fracionários, sobre a sanção preliminar da primeira fase.

§ 2º Nenhuma circunstância pode ser avaliada em duplicidade, em mais de uma fase ou na mesma fase.

Art. 35. As circunstâncias agravantes são, além daquelas previstas no edital ou no contrato, outras que ensejam maior reprovação da conduta, especialmente aquelas que:

I – causam atrasos, interrupções ou prejuízos à eficiente prestação do serviço de algum setor ou unidade do MPU ou da ESMPU;

II – redundam em necessidade de refazer procedimento licitatório ou atrasá-lo;

III – possam causar riscos à saúde e à vida dos membros, servidores, terceirizados ou estagiários do MPU ou da ESMPU;

IV – coloquem em risco o sigilo das informações e dos dados do MPU ou da ESMPU;

V – prejudiquem, atrasem ou interrompam o exercício da atividade finalística dos membros do MPU;

VI – envolvam licitações ou contratos cujos custos, em termos financeiros ou materiais ou de logística e tempo, para a substituição do fornecedor, sejam de considerável monta;

VII – envolvam licitações ou contratos que, pela natureza do objeto, não podem ser facilmente substituídos por outros fornecedores;

VIII – envolvam licitações ou contratos que atendam diretamente a atividade de apoio material e segurança dos Procuradores-Gerais dos ramos do MPU;

IX – envolvam licitações ou contratos com valores relevantes, assim considerados os superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com agravamento progressivo a cada duplicação do valor;

X - restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital quando manifesta a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

XI - o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;

XII - restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; e

XIII - a contratada não agir conforme a boa-fé contratual, furtando-se a receber comunicações e notificações.

Art. 36. São circunstâncias que atenuam a sanção todas aquelas de natureza relevante, que indicam redução da culpabilidade, dos danos ou da lesão aos princípios da licitação, especialmente:

I – a primariedade, assim entendida como ausência de imposição de sanção por infrações às leis de licitações e contratos, por qualquer ente público ou da Administração Indireta, de qualquer ente federado;

II - o comportamento do infrator no sentido de evitar a infração ou minorar suas consequências;

III - a contribuição com a Administração no esclarecimento da verdade;

IV - a busca por reparar os danos de forma espontânea;

V - a existência de fatos fortuitos ou de força maior, ou comportamentos de terceiros, que contribuíram para a infração;

VI – a existência de atos de terceiros que levaram a erro o agente ou diminuíram seu espectro de possibilidade de ação conforme a lei;

VII – a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade; e

VIII - a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído ou que não sejam de fácil identificação.

Art. 37. A autoridade competente deverá considerar a relevância de cada circunstância dentro do contexto da licitação ou do contrato, para graduar o quanto deve ser acrescida ou reduzida a sanção estabelecida na primeira fase.

§ 1º As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas na licitação ou no contrato podem determinar percentuais específicos de acréscimo ou decréscimo sobre a sanção estabelecida na primeira fase.

§ 2º As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas exclusivamente nesta Portaria não poderão redundar, individualmente consideradas, em acréscimo ou redução da sanção estabelecida na primeira fase em percentuais inferiores a 1/10 (um décimo) e nem superiores a 1/3 (um terço).

Art. 38. A terceira fase de aplicação da pena visa fazer a adequação da sanção, estabelecida segundo o procedimento das duas fases anteriores, aos limites estabelecidos no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Parágrafo único. Na terceira fase a sanção pode ser adequada à proporcionalidade, com acréscimo ou decréscimo, considerando o impacto de outras sanções aplicadas conjuntamente.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS E PROCESSOS

Seção I

~~Da Instauração~~

Do Procedimento Preliminar [\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023\)](#)

Art. 39. Constatada ocorrência passível de responsabilização por infração administrativa, no âmbito do processo licitatório ou do contrato, o agente de contratação, a comissão de contratação, o pregoeiro ou fiscal do contrato deverá notificar o licitante ou contratado

do ocorrido e requerer providências e justificativas para o saneamento prévio à solicitação de instauração do procedimento preliminar visando a imposição de sanções.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento pela natureza da infração ou circunstâncias do caso, a instauração poderá ser solicitada ao setor competente independentemente de notificação prévia.

Art. 40. Ao solicitar a instauração de procedimento preliminar, o agente de contratação, a comissão de contratação, o pregoeiro ou fiscal do contrato deverá relatar detalhadamente o ocorrido ao setor competente, com a indicação das comunicações e cobranças efetuadas ao licitante ou contratado e as circunstâncias, a menção às respostas e providências adotadas, e demais documentos comprobatórios.

§ 1º O relatório de que trata o caput deste artigo, sempre que possível, deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

I - identificação dos autos do processo administrativo de licitação, de dispensa ou inexigibilidade de licitação;

II - cópia:

a) do edital de licitação e seus anexos, do contrato ou de outro instrumento que confirme a relação com o licitante ou contratado;

b) da nota de empenho e da confirmação de sua entrega à contratada quando o prazo para cumprimento da obrigação contar do seu recebimento;

c) das manifestações expedidas pelos servidores e unidades administrativas responsáveis pelo acompanhamento, pela condução e pela fiscalização da licitação ou do objeto contratado;

d) dos termos de recebimento do objeto e dos comprovantes da entrega e laudo técnico de avaliação do produto;

e) de eventuais pedidos de prorrogação de prazo solicitados pela contratada e dos respectivos despachos de deferimento ou de indeferimento dos pedidos formulados;

f) dos comunicados emitidos pelo gestor do contrato;

g) do expediente emitido pela unidade administrativa responsável pela execução orçamentária e financeira do contrato que informa a realização de glosas nos pagamentos efetuados;

h) dos ofícios e e-mails de comunicação ou notificação ao licitante e contratado acerca do descumprimento contratual, das cláusulas contratuais infringidas e da abertura de prazo para apresentação de defesa prévia ou recurso; e

i) apólice ou garantia contratual, se for o caso

III – todos os indícios disponíveis sobre a infração; e

IV - valor das parcelas inadimplidas, quando for o caso.

Art. 41. Quando a infração administrativa chegar ao conhecimento dos servidores públicos do MPU ou da ESMPU por meio de representação, denúncia anônima ou comunicação oficial de investigação de outro órgão público, ela será direcionada ao setor competente para análise e elaboração do relatório, na forma do art. 42.

Seção II

Da instauração

Art. 42. Ao receber a notificação da ocorrência passível de responsabilização, o setor competente analisará o procedimento preliminar e seus elementos, elaborando relatório, com sugestão de instauração de processo sumário ou de apuração de responsabilidade ou o arquivamento da notificação.

§ 1º Caso seja observada a ausência de informação ou indício relevante, o setor competente avaliará a pertinência de devolver o procedimento preliminar à área responsável para saneamento, antes de formular o relatório.

§ 2º No caso de representação ou denúncia anônima que não contenham elementos suficientes para avaliação, será realizado procedimento prévio de investigação para obter indícios aptos a embasar o relatório.

Art. 43. A autoridade competente receberá o procedimento preliminar e decidirá, a partir do relatório de que trata o art. 42, pela abertura de processo sumário ou de responsabilização ou arquivamento da notificação.

§ 1º O arquivamento da notificação somente será possível em caso de inexistência de indícios mínimos da infração legal ou contratual ou de inexistência de indícios de autoria e participação na infração.

§ 2º A decisão de abertura do processo sumário ou de responsabilização deverá apresentar relatório indicando os fatos e os indícios que fundamentam a decisão, bem como classificando a conduta em uma das infrações do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 3º Caso a autoridade competente verifique que a classificação da infração se enquadra no art. 155, XII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), encaminhará os autos à autoridade competente prevista na [Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023](#), para proceder ao processo administrativo de apuração de responsabilidade na forma da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

Art. 44. Determinada a abertura de processo pela autoridade competente, o acusado deverá ser notificado, por meio de ofício, para apresentação de defesa preliminar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

§ 1º Previamente à notificação, o servidor responsável ou a comissão poderá providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução de processo de responsabilização.

§ 2º A notificação do caput deverá conter:

I - identificação do acusado e da autoridade competente que instaurou o processo;

II - finalidade da notificação, abertura de prazo para defesa preliminar e dispositivos legais que a fundamentem;

III – cópia da decisão de instauração do processo;

IV - informação da continuidade do processo independentemente da manifestação do acusado;

V - informação sobre o acesso aos autos e sobre o local ou meio para protocolo de defesa ou manifestação; e

VI - outras informações consideradas pertinentes.

§ 3º A notificação deverá indicar que o processo tramitará de forma eletrônica e seguirá os trâmites desta Portaria.

§ 4º As notificações expedidas deverão ser enviadas preferencialmente eletrônicas, por meio do e-mail informado pelo acusado quando do ingresso no certame ou a contratação.

§ 5º Não havendo resposta em até 2 (dois) dias úteis, ou na impossibilidade de confirmação da ciência do e-mail, a notificação deverá ser encaminhada pelos Correios com aviso de recebimento (AR).

§ 6º Caso frustrada a tentativa de notificação na forma dos parágrafos anteriores, deverá se proceder à publicação por meio de edital publicado no Diário Oficial uma vez e no sítio eletrônico do ramo do MPU e da ESMPU, por 3 (três) vezes, com intervalo mínimo de 7 (sete) dias entre as publicações, hipótese em que o prazo para apresentação de defesa preliminar será contado a partir da última data de publicação do edital.

§ 7º Os comprovantes de notificação deverão ser anexados ao processo de responsabilização, com a devida certificação de juntada.

§ 8º A defesa apresentada deverá ser juntada ao processo de responsabilização, seguida de certidão referente à tempestividade.

§ 9º A empresa prestadora de garantia contratual deverá ser notificada da abertura do processo administrativo e da possibilidade de ser acionada em eventual aplicação de penalidade de multa.

Art. 45. Na defesa preliminar o acusado deverá apresentar toda a defesa de fato e de direito a seu favor, analisando os indícios que constam dos autos e requerer a produção de provas que entender necessárias.

Seção III

Do Procedimento Sumário

Art. 46. Quando for o caso de aplicação exclusiva de pena de advertência ou multa, não havendo produção de provas, após a defesa preliminar, o processo seguirá conforme art. 57 e seguintes.

Art. 47. Tendo havido a produção de provas requeridas pelo acusado, ou produzidas de ofício, o servidor responsável pela condução do processo sumário intimará o acusado para apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 1º Apresentada a defesa ou decorrido o prazo, o processo seguirá conforme art. 57 e seguintes.

§ 2º Em qualquer caso, o servidor responsável pode sugerir classificação da conduta diversa, cabendo a decisão à autoridade competente.

§ 3º Quando a produção de provas consistir em juntada de documentos exclusivamente pelo acusado não cabe a apresentação de alegações finais.

Seção IV

Do Processo de Responsabilização

Art. 48. Nas hipóteses em que seja possível a aplicação das sanções previstas no art. 156, III e IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores estáveis.

§ 1º Dentre os integrantes da comissão um será designado presidente e outro fará a função de secretariado da comissão.

§ 2º Todos participarão dos atos instrutórios e decisórios, podendo registrar voto divergente quando for vencido.

Art. 49. Encerrada a instrução do processo de responsabilização nas hipóteses do art. 155, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a comissão:

I - intimará o acusado para apresentação de alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ou

II - quando considerar possível a alteração da classificação da infração em decorrência de fatos provados no curso da instrução, intimará o acusado para, querendo, requerer a produção de prova complementar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, que será decidida pela comissão sob o aspecto de sua pertinência e necessidade.

§ 1º Produzida a prova complementar, a comissão declarará encerrada a instrução complementar e intimará o acusado para apresentação de alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º Apresentadas as alegações finais, ou decorrido o prazo para apresentá-las, a comissão elaborará relatório conclusivo, podendo manter ou alterar a classificação da infração.

§ 3º A comissão pode sugerir classificação da conduta diversa, cabendo a decisão à autoridade competente.

Seção V

Da Instrução

Art. 50. Na defesa, e até o fim da instrução, o acusado pode juntar quaisquer documentos que sirvam a provar os fatos que alega.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de provas, sua realização será feita com plena participação do acusado, salvo na hipótese que o sigilo é essencial à eficácia da medida.

§ 2º Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada do servidor responsável ou da comissão, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A produção das provas far-se-á na forma da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, com uso subsidiário das formas do Código de Processo Penal.

Art. 51. Quando a prova de elemento essencial à tipificação da infração, materialidade, autoria ou elemento circunstancial relevante para a dosimetria da sanção houver sido produzida perante juízo criminal, cível ou em ação de improbidade administrativa, o servidor responsável ou a comissão solicitará o seu compartilhamento.

§ 1º Nos casos de inquérito policial ou de ação penal perante a Justiça Federal, o pedido de compartilhamento será dirigido ao membro do MPF para o qual distribuído o processo ou a investigação.

§ 2º Nos casos de ação civil, tanto para imposição de penalidades da [Lei nº 12.846, de 2013](#), quanto nos casos de improbidade administrativa, promovida pelo MPF, o pedido de compartilhamento será dirigido ao membro titular da ação.

§ 3º Em todos os demais casos, o pedido será dirigido à Advocacia-Geral da União, para requerer o compartilhamento perante o juízo onde produzida a prova.

Art. 52. A prova compartilhada será juntada aos autos durante a instrução, para submissão ao contraditório, ainda que no processo judicial onde produzida o acusado seja parte.

Art. 53. Quando a prova de elemento essencial à tipificação da infração, materialidade ou autoria somente for possível de ser produzida com autorização judicial, o servidor responsável ou a comissão solicitará à Advocacia-Geral da União que requeira sua produção em juízo.

§ 1º Em nenhuma hipótese se aplicará o disposto neste artigo para fins de obtenção de prova acerca de circunstâncias relevantes somente para a dosimetria da sanção.

§ 2º Se a prova a ser produzida na forma do caput for essencial à própria decisão de instauração do processo administrativo, ela será solicitada pela autoridade competente ainda na fase do procedimento.

Art. 54. O pedido de prova do artigo anterior tem natureza cautelar e poderá ser feito em processo sigiloso, quando a publicidade ou ciência do licitante ou contratado possam prejudicar a eficácia da medida.

Parágrafo único. O sigilo do processo cautelar visa assegurar sua eficácia, razão pela qual não deve tramitar em apenso ao procedimento ou processo principal e nem a ele ser feita qualquer referência nos autos principais até a sua conclusão e juntada.

Art. 55. Quando a infração administrativa puder configurar crime, improbidade administrativa ou ilícito da [Lei nº 12.846, de 2013](#), antes da instauração do processo, ou durante sua instrução, poderá ser encaminhada representação para o Ofício do MPF competente para tomar ciência dos fatos e decidir sobre a instauração de investigação, criminal ou civil, ou propositura de ação, civil ou penal.

§ 1º No caso do caput, o procedimento ou processo poderá ser suspenso para aguardar a produção de provas, na investigação ou na ação, que possam ser úteis ou imprescindíveis à demonstração de elemento essencial à configuração da infração.

§ 2º A suspensão será revogada tão logo a prova que interessa à elucidação dos fatos seja produzida e juntada aos autos, independente do juízo sobre tipicidade, improbidade ou legalidade a ser exercido pelo membro do MPF no respectivo feito.

§ 3º Produzida a prova, será solicitado o seu compartilhamento, na forma definida no art. 51.

Art. 56. A juntada de documentos é lícita a qualquer momento até o encerramento da instrução.

Parágrafo único. A instrução se encerra quando o último ato de produção de prova é realizado e o servidor responsável ou a comissão declara-a encerrada.

Seção VI

Da conclusão e julgamento

Art. 57. O relatório conclusivo do servidor responsável ou da comissão deverá conter:

I - relatório dos fatos e incidentes;

II – análise das provas produzidas e dos argumentos da defesa do acusado, quando houver;

III – fundamentação das conclusões sobre a tipicidade, responsabilidade e autoria;

IV – classificação das infrações cometidas pelo interessado e as sanções sugeridas, com os fundamentos de sua dosimetria;

V - no caso de aplicação de multa de mora ou qualquer outra multa contratual, o valor em percentual e em pecúnia com a memória de cálculo; e

VI – as condições para reabilitação, se for o caso.

§ 1º Nos casos em que a conduta do acusado se enquadrar em infrações administrativas distintas, aplicar-se-ão os critérios da especialidade, da subsidiariedade ou da consunção para a solução do aparente conflito.

§ 2º Caso o servidor responsável ou a comissão entendam que a conduta pode se enquadrar na infração do art. 155, XII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), apresentará relatório conclusivo sucinto, indicando as provas e fundamentos para respaldar a classificação na referida infração e encaminhará para a autoridade competente com sugestão de apuração na forma da [Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023](#).

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o relatório conclusivo não emitirá juízo sobre eventuais infrações administrativas do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que sejam conexas às da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

Art. 58. A autoridade competente decidirá por ato fundamentado, acolhendo ou rejeitando a conclusão do relatório produzido na forma do artigo anterior.

§ 1º No caso de aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, antes de decidir a autoridade competente encaminhará à assessoria jurídica para elaboração de parecer.

§ 2º Caso o processo tenha sido conduzido por servidor responsável e a autoridade competente desclassifique a infração para outra cuja sanção cominada seja penalidade de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, ela anulará os atos decisórios posteriores ao deferimento da instauração do processo e determinará a instauração de processo de responsabilização, nomeando a comissão, que avaliará o aproveitamento dos atos instrutórios antes de intimar o interessado para a defesa preliminar.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o acusado será notificado para defesa preliminar e o processo de responsabilização seguirá o trâmite do artigo 45 e seguintes.

§ 4º Caso a autoridade competente aceite a classificação proposta no relatório conclusivo sobre a infração ao art. 155, XII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), fará análise superficial das provas e encaminhará para a autoridade administrativa competente para processar e julgar conforme a [Lei nº 12.846, de 2013](#).

§ 5º No caso do parágrafo anterior, a autoridade competente somente poderá rejeitar a sugestão quando manifestamente ausente elementos mínimos de materialidade e tipicidade.

§ 6º No caso do § 4º, havendo infrações conexas com a infração do art. 155, XII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a autoridade competente sobre elas não se manifestará, cabendo seu processo e julgamento na forma da Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023.

§ 7º Caso a autoridade competente rejeite a classificação proposta no relatório conclusivo sobre o enquadramento da infração no art. 155, XII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), fundamentará sua decisão e devolverá ao servidor responsável para elaboração do relatório conclusivo vinculado à classificação que definir.

CAPÍTULO VII DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 59. A autoridade competente poderá, mediante despacho fundamentado, a partir de pedido do responsável ou da comissão, suspender o procedimento ou o processo quando:

- I – solicitar o compartilhamento de provas na forma do art. 51;
- II – for necessário aguardar a produção da prova judicial, na forma do art. 53; e
- III – representar ao MPF, na forma do art. 55;

Art. 60. A autoridade competente poderá também, mediante despacho fundamentado, suspender o processo de responsabilização, antes de aplicar a sanção, para que se proceda à análise da qualidade e eficácia das medidas de aprimoramento ou implantação do programa de integridade do licitante ou contratado.

Art. 61. A autoridade competente poderá suspender o processo ou a execução quando for instaurado o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.

Art. 62. A suspensão do processo e da execução será revogada quando atingido o prazo de 2 (dois) anos para a consumação da prescrição.

§ 1º A suspensão do procedimento antes da decisão de instauração será revogada quando atingido o prazo de 2 (dois) anos para a consumação da prescrição, no caso de processo sumário, e de 1 (um) ano, no caso de processo de responsabilização.

§ 2º No caso do artigo anterior, a revogação da suspensão não prejudicará a continuidade e conclusão do incidente.

§ 3º Revogada a suspensão, os atos de instauração, instrução ou julgamento, conforme o caso, deverão ser feitos com os indícios disponíveis e provas produzidas no próprio processo administrativo.

§ 4º No caso da suspensão para verificação do programa de integridade, o processo de responsabilização deve ser concluído e não será aplicada a atenuante respectiva.

Art. 63. Nos casos de suspensão do processo previstos neste capítulo não haverá a suspensão da prescrição.

§ 1º O servidor responsável ou o presidente da comissão serão os responsáveis por acompanhar as diligências que deram causa à suspensão, solicitando informações e adotando medidas para imprimir maior agilidade a sua conclusão na esfera competente.

§ 2º O responsável ou o presidente da comissão serão responsáveis por zelar pelo respeito aos prazos máximos de suspensão e comunicar a autoridade competente da necessidade de sua revogação.

§ 3º A depender da importância da prova e do estado do processo, se não houver riscos maiores à prescrição, a autoridade competente poderá mantê-lo suspenso para além dos prazos indicados no art. 62, por decisão fundamentada.

CAPÍTULO VIII

DA RECONSIDERAÇÃO E DO RECURSO

Art. 64. Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções do art. 156, I, II e III, da [Lei nº 14.133, de 2021](#) caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do acusado.

§ 1º A intimação deverá conter cópias do relatório conclusivo e da decisão da autoridade competente e será feita na forma do art. 44, §§ 4º, 5º e 6º.

§ 2º O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará motivadamente à autoridade superior para apreciá-lo e proferir a decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

§ 3º No caso de aplicação de multa, sua cobrança deverá ser feita em conjunto com a intimação e constar todos os dados necessários para o devido pagamento.

Art. 65. Da aplicação da sanção administrativa prevista no art. 156, IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Art. 66. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único. No caso de haver interposição de recurso contra aplicação de multa, a cobrança será suspensa e deverá ocorrer, se for o caso, em conjunto com a intimação sobre o indeferimento do recurso, mediante o encaminhamento da Guia de Recolhimento da União – GRU.

Art. 67. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser submetidos ao órgão de assessoramento jurídico para emissão de parecer, antes da decisão.

Art. 68. Deverá ser promovida a intimação do acusado da decisão final, com cópias do parecer e da decisão, na forma do art. 64, § 1º.

CAPÍTULO IX

DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 69. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial.

Parágrafo único. Todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 70. A desconsideração da personalidade jurídica será feita em processo próprio e incidental, que tramitará vinculado ao processo de responsabilidade, ainda que instaurado após a decisão definitiva deste.

§ 1º O processo de desconsideração será instaurado e julgado pela autoridade responsável pela instauração do processo de responsabilidade e conduzido pelo mesmo servidor responsável ou comissão.

§ 2º A instauração depende de indícios mínimos de autoria e materialidade de algum dos fundamentos que ensejam a desconsideração da personalidade jurídica, com indicação das pessoas, físicas e jurídicas, que possam ser atingidas com a decisão.

Art. 71. Instaurado o processo para apurar fatos que ensejam a desconsideração da personalidade jurídica, o servidor responsável ou a comissão determinará a intimação das pessoas,

físicas e jurídicas, que possam ser atingidas pela punição ou execução, para acompanhar as diligências necessárias à elucidação, bem como requerer provas.

§ 1º A apuração é ampla e não está vinculada aos indícios mínimos que ensejaram a instauração do processo de desconconsideração da personalidade jurídica.

§ 2º As pessoas físicas e jurídicas que podem ser atingidas pelo ato de desconconsideração serão intimadas de todo o ato de produção de prova, salvo aqueles para os quais o sigilo é imprescindível a sua eficácia probatória.

§ 3º Após a produção das provas que a comissão entender necessárias, incluídas as requeridas e deferidas pelas pessoas físicas ou jurídicas, a comissão elaborará relatório conclusivo e fixará prazo de 10 (dez) dias úteis para que as pessoas apresentem defesa final.

§ 4º O relatório indicará os fundamentos fáticos e jurídicos para a desconconsideração da personalidade jurídica, bem como as pessoas, físicas ou jurídicas, que serão atingidas pela extensão dos efeitos da decisão.

§ 5º Decorrido o prazo para todas as defesas, cuja contagem será feita de forma individual pela ordem de intimação, a autoridade encaminhará o processo para a unidade de assessoramento jurídico e, após o parecer, decidirá apontando os atos concretos e as pessoas incluídas no espectro de responsabilização pelas infrações administrativas da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 6º Aplicam-se ao processo de desconconsideração da personalidade jurídica os prazos e efeitos do pedido de reconsideração e recurso, conforme a natureza da sanção, na forma do capítulo anterior.

Art. 72. A instauração do processo de desconconsideração da personalidade jurídica poderá suspender o processo de responsabilização, quando conveniente a sua instrução.

§ 1º Quando o processo estiver em fase de execução, poderão ser sobrestadas medidas executivas enquanto não concluído o processo de desconconsideração da personalidade jurídica.

§ 2º A decisão do processo de desconconsideração será juntada ao processo para que contra as pessoas físicas e jurídicas abrangidas pela extensão da desconconsideração tenham prosseguimento as sanções aplicadas.

CAPÍTULO X

DA REABILITAÇÃO

Art. 73. Será admitida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

§ 1º A sanção pelas infrações previstas no art. 155, VIII a XII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 2º Após decisão da autoridade competente, deverão ser tomadas todas as providências para retirada da pessoa jurídica dos cadastros restritivos de licitar e contratar.

CAPÍTULO XI DA EXECUÇÃO DAS SANÇÕES

Art. 74. No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da decisão definitiva de aplicação da penalidade, as sanções aplicadas devem ser informadas, para fins de publicidade, conforme o caso:

I - no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

II - no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP; e

III - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Art. 75. A GRU deverá ser paga no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento pelo licitante ou contratado sancionado, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

Parágrafo único. Caso o licitante ou contratado requeira o parcelamento, proceder-se-á aos descontos do artigo seguinte, antes de consolidar a dívida residual a ser parcelada.

Art. 76. Caso o infrator sancionado não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:

I - desconto dos créditos que a contratada tiver direito, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora do MPU ou da ESMPU; e

II - desconto da garantia.

§ 1º Caso não seja possível o desconto nas formas previstas no caput deste artigo, a unidade sancionadora deverá providenciar a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e encaminhar cópia do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

§ 2º Cada ramo do MPU e da ESMPU deverá manter cadastro informatizado das multas inadimplidas, de modo que os créditos decorrentes das multas inferiores ao valor mínimo, estabelecido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para encaminhar solicitação de inscrição em dívida ativa da União, possam ser consolidados para viabilizar a sua inscrição.

§ 3º O valor das multas será atualizado individualmente, por meio da incidência de juros, correção monetária e demais penalidades incidentes, garantindo a atualidade do valor global.

CAPÍTULO XII

DO PARCELAMENTO DO DÉBITO

Art. 77. O débito resultante de multa aplicada em decorrência de infração administrativa de que trata esta Portaria poderá ser parcelado, total ou parcialmente, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, mediante requerimento formal do devedor à Administração, justificando a razão do pedido e aceitando expressamente as condições para o parcelamento previstas nesta Portaria.

§ 1º O requerimento do devedor deverá conter comprovante de que recolheu à Administração a quantia correspondente a uma parcela, calculada pela divisão do valor do débito que pretende parcelar dividido pelo número de prestações pretendido, sob pena de indeferimento sumário do pleito.

§ 2º Caberá à autoridade que aplicou a sanção de multa decidir, motivadamente, sobre o deferimento do pedido de parcelamento, bem como o número de parcelas, analisando os riscos do inadimplemento, a situação econômica do devedor e a vantagem ao interesse público.

§ 3º Enquanto não houver decisão da Administração, o devedor deverá recolher mensalmente, a título de antecipação, a quantia calculada nos termos do § 1º.

§ 4º No caso de os débitos se encontrarem sob discussão administrativa ou judicial, submetidos ou não à causa legal de suspensão de exigibilidade, o devedor deverá comprovar que desistiu expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial, e, cumulativamente, renunciou a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem a ação judicial e o recurso administrativo.

§ 5º O pedido de parcelamento somente será deferido com cláusula penal de 20% (vinte por cento) para o caso de inadimplência, incidente sobre o saldo do débito.

§ 6º O pedido de parcelamento constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito.

§ 7º Somente se procederá ao parcelamento do valor residual da dívida, após o desconto do valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado e da garantia prestada.

Art. 78. O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão entre o valor do débito que se pretende parcelar e o número de prestações.

§ 1º O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do limite mínimo definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial.

§ 2º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, contados do vencimento da obrigação de recolhimento.

§ 3º A mora implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela.

Art. 79. A inadimplência no pagamento ensejará o cancelamento automático do parcelamento concedido e a imediata exigibilidade do débito não quitado, aditado do valor da cláusula penal.

Parágrafo único. Considera-se inadimplência:

I - a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou intercaladas; e

II - a mora superior a 30 (trinta) dias, na quitação da parcela, ainda que venha a ser adimplida.

Art. 80. O cancelamento do parcelamento antecipa o vencimento de todas as parcelas, constituindo dívida única e exigível, acrescida da cláusula penal, da multa de mora e dos juros e correções.

Parágrafo único. Apurado o saldo devedor, será providenciado, conforme o caso, o encaminhamento do débito para o prosseguimento da cobrança ou inscrição em dívida ativa.

Art. 81. O parcelamento deferido na forma deste capítulo não implica novação.

Parágrafo único. É vedado novo parcelamento relativo ao mesmo débito, seja do valor total seja do valor parcial.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 82. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados

como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei e em regulamento do MPU e da ESMPU.

Art. 83. As penalidades exclusivamente contratuais, assim consideradas as que não integram o rol do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), serão cobradas por meio de processo sumário específico, definido em norma complementar.

§ 1º Cada ramo do MPU e da ESMPU, por meio de sua Secretaria Geral ou Diretoria Geral, estabelecerá o procedimento para aplicação e cobrança das penalidades contratuais, devendo haver previsão de prazo razoável para a defesa, motivação da decisão e possibilidade de pedido de reconsideração e recurso.

§ 2º Quando a multa de mora e outras penalidades contratuais forem conexas com infração administrativa, poderá seu processo e aplicação ser feita no mesmo processo, salvo quando inconveniente em razão da demora ou da sua complexidade.

§ 3º No ato de instauração do processo, a autoridade competente deverá decidir sobre o trâmite conjunto da aplicação das penalidades contratuais com o processo sumário ou de responsabilização.

Art. 84. Os ramos do MPU e a ESMPU devem editar normas complementares a esta Portaria para assegurar a sua aplicação, fixando as autoridades e setores competentes para conduzir o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Geral do MPU, em conjunto com a Auditoria Interna do Ministério Público da União - AUDIN/MPU, definir os critérios para implantação, avaliação e aperfeiçoamento de programa de integridade para os fins desta Portaria.

Art. 85. Compete ao Secretário-Geral do MPU dirimir as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Portaria, sendo os casos omissos decididos pelo Procurador-Geral da República.

Art. 86. No prazo de 30 (trinta) dias os regimentos internos dos ramos do MPU e da ESMPU devem ser adequados para atenderem às competências previstas nesta Portaria.

Art. 87. Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Este texto não substitui o [publicado no DOU, Brasília, DF, 15 set. 2023. Seção 1, p. 204-208.](#)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO | PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, 6º Andar, Brasília/DF- CEP: 70.040-250
Telefone: (61) 3314-8579 — e-mail: pgt.setic@mpt.mp.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ANEXO VI do Edital

Aquisição AT.54/2025

Expansão da infraestrutura de backup

PGEA 20.02.0001.0006778/2024-30

Brasília, maio de 2026



Sumário

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	1
SUMÁRIO	2
TABELAS	4
FIGURAS	4
1. INTRODUÇÃO	5
1.1. Definição e especificação das necessidades e requisitos	5
1.2. Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual	7
1.3. Índices de reajuste	7
1.4. Margens de preferência na licitação.....	7
1.5. Parcelamento ou não da contratação.....	7
1.6. Contratações correlatas e/ou interdependentes	7
2. IDENTIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	8
2.1. Dos requisitos do negócio.....	8
2.2. Dos requisitos legais	8
2.3. Dos requisitos temporais	8
2.4. Dos requisitos de segurança e privacidade.....	9
2.5. Dos requisitos sociais, ambientais, culturais e de sustentabilidade	9
2.6. Dos requisitos de arquitetura tecnológica.....	9
2.7. Das necessidades tecnológicas	9
2.8. Dos requisitos de projeto e implementação.....	10
2.9. Dos requisitos de implantação.....	10
2.10. Dos requisitos de garantia tecnológica	10
2.11. Dos requisitos de manutenção tecnológica	11
2.12. Dos requisitos de capacitação técnica	11
2.13. Dos requisitos de experiência profissional	11
2.14. Dos requisitos de formação da equipe	11
2.15. Dos requisitos de metodologia de trabalho.....	11
2.16. Dos requisitos de segurança dos ativos de tecnologia da informação	12
2.17. Dos requisitos de previsão da exigência para realização de prova de conceito	12
2.18. Dos demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TI.....	12
3. ESTIMATIVA DA DEMANDA	12
3.1. Do Datacenter Primário:	12
3.2. Do Datacenter PGT	15
4. ANÁLISE DE SOLUÇÕES POSSÍVEIS	17
4.1. Identificação das soluções	17
4.2. Análise comparativa de soluções	19
4.3. Registro de soluções consideradas inviáveis	21
4.4. Pesquisa inicial de preços de mercado	21
4.5. Mapa comparativo dos cálculos totais de propriedade.....	25
4.6. Descrição da solução de TI a ser contratada.....	25
4.7. Justificativa para a solução escolhida	25
4.8. Estimativa de custo total da contratação	26
5. PLANO DE SUSTENTAÇÃO E TRANSIÇÃO CONTRATUAL	26



5.1.	Recursos necessários à continuidade do negócio durante e após a execução do contrato	26
5.2.	Estratégia de transição contratual	26
5.3.	Estratégia de independência.....	27
6.	DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	27
7.	APROVAÇÃO E ASSINATURA.....	28



Tabelas

Tabela 1 – Ocupação das bibliotecas de fitas nos Datacenters Primário e PGT	6
Tabela 2 – Cronograma de contratação	8
Tabela 3 – Níveis de serviço	11
Tabela 4 – Necessidade de aquisição de capacidade de armazenamento para os Datacenters Primário e PGT	17
Tabela 5 - Atendimento das soluções aos principais requisitos	20
Tabela 6 – Estimativa de preço total - Solução 1	22
Tabela 7 – Estimativa de preço unitário de equipamento Exagrid	23
Tabela 8 – Estimativa de preço total – Solução 2	23
Tabela 9 - Estimativa de preço – Solução 3	24
Tabela 10 - Consolidação da pesquisa inicial de preços	25
Tabela 11 – Necessidade da contratação	25

Figuras

Figura 1 - Crescimento do volume de dados armazenado para cópias primárias (TB)	13
Figura 2 – Capacidade estimada de necessidade de armazenamento em fitas no Datacenter Primário	15
Figura 3 – Capacidade estimada de necessidade de armazenamento em fitas no Datacenter PGT	16



1. Introdução

1.1. Definição e especificação das necessidades e requisitos

As unidades do Ministério Público do Trabalho (MPT) demandam, há vários anos, infraestrutura tecnológica para a salvaguarda dos dados de seus sistemas e aplicações. As soluções contratadas pelo órgão sempre buscaram atender requisitos de alta disponibilidade, confiabilidade e desempenho. Para tal, avaliações na infraestrutura de TI do órgão são efetuadas constantemente no intuito de mitigar riscos à degradação dos ambientes, entre eles o de backup de dados.

Desde a implantação da solução de backup atual, o Comitê estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) tem decidido pela migração da maioria dos serviços do Datacenter PGT, localizado em Brasília, para o Datacenter Primário, localizado em São Paulo. Similarmente, devido a incidentes de infraestrutura em algumas unidades regionais, o CETI também decidiu que todas as máquinas virtuais relacionadas ao serviço finalístico do MPT (MPTDigital) deveriam ser transferidas das Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) para o Datacenter Primário.

Essas decisões estratégicas trouxeram benefícios imediatos de disponibilidade e continuidade aos serviços finalísticos e administrativos do MPT. Porém, aumentaram consideravelmente os esforços para manutenção da ferramenta de backup no Datacenter Primário do MPT.

Além disso, a criação de novos serviços como o MPT Cosmos, MPU Cosmos, MPT Digital Administrativo e serviços de Big Data ligados à Secretaria de Pesquisa e Análise de Informações (SPAI) trouxeram um aumento substancial no volume de dados hospedadas no Datacenter Primário. Por conseguinte, o espaço para armazenamento dos backups chegou ao seu limite.

Em complemento às demandas já existentes, o CETI decidiu modernizar a infraestrutura de armazenamento dos file servers das PRTs e das Procuradorias do Trabalho Municipais (PTMs). Como consequência, deve haver previsão de acréscimos na alocação de espaço no Datacenter Primário para exercícios de 2025 e 2026, de modo a assegurar a continuidade da proteção dos dados e a conformidade com os padrões de disponibilidade e desempenho exigidos pelo MPT.

Outro fator importante é que, com o objetivo de aumentar a resiliência dos serviços suportados pelo Datacenter Primário, foi recentemente implementada a replicação dos backups dos sistemas críticos entre esse Datacenter SP e o Datacenter da PGT. Com essa medida, o aumento no volume de dados protegidos no Datacenter Primário é percebido também no Datacenter PGT.



A capacidade de armazenamento dos Datacenters é determinada por equipamentos especializados, como os arrays de discos, mais conhecidos como storages e bibliotecas de fitas LTO (tape libraries).

A arquitetura atual de backup é desenhada para que a primeira gravação dos dados seja feita em um espaço dedicado no storage e cópias adicionais dos dados sejam feitas em bibliotecas de fitas locais (tape libraries). Essa forma de gravação dos dados proporciona o melhor equilíbrio entre desempenho da solução e custo de armazenamento, uma vez que as cópias primárias são armazenadas em mídias de maior performance (discos) e as cópias de longa duração são armazenadas em mídias mais baratas (fitas). No que tange à infraestrutura de armazenamento em fita nos Datacenters Primário e PGT, temos:

Tabela 1 – Ocupação das bibliotecas de fitas nos Datacenters Primário e PGT

Equipamento	Aquisição	Capacidade (TB)	Utilização %	Capacidade utilizada (TB)	Datacenter
Tape Library TS4300 - SP	2019	3084	97,3%	3000	Datacenter MPT
Tape Library TS4300 - DF	2019	1824	98,7%	1800	Datacenter PGT

O cenário de armazenamento de backup em fita é de saturação da capacidade de armazenamento das bibliotecas de fita em ambos os Datacenters.

Para garantir a continuidade das cópias de segurança, a equipe responsável pela solução tem adotado a estratégia de reduzir os prazos de retenção dos dados em fita. Essa medida visa liberar espaço, mantendo apenas uma margem mínima de capacidade disponível para a realização de novos backups, conforme demonstrado na Tabela Tabela 1 – Ocupação das bibliotecas de fitas nos Datacenters Primário e PGT.

Outra ação implementada, essa com o objetivo de mitigar riscos de falhas adicionais que impactassem as rotinas de backup e restauração dos dados protegidos pela infraestrutura de backup, foi a redução da carga de trabalho das bibliotecas de fitas, priorizando rotinas críticas e redirecionando parte dos dados para armazenamento em disco.



Paralelamente, com o objetivo de possibilitar as manutenções necessárias nas bibliotecas de fitas, foi realizada a renovação do suporte dos equipamentos utilizados pela infraestrutura de backup, que estavam descobertos pela garantia dos fabricantes.

Ocorre que o volume de dados que necessita de proteção vem crescendo substancialmente nos últimos anos. As ações de manutenção na atual infraestrutura são necessárias, mas não são suficientes para garantir que o ambiente de backup faça a proteção de dados com a retenção necessária e possa suportar novas demandas. Para tanto, faz-se necessária a aquisição de novos equipamentos para ampliação da capacidade disponível de armazenamento.

Em resumo, conforme demonstrado nas análises das capacidades instaladas e utilizadas para armazenamento de backups no Datacenter Primário e no Datacenter PGT, ambos os sites necessitam de ampliações urgentes para suportarem a operação atual e a crescente demanda do ambiente de backup.

1.2. Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual

A presente contratação tem previsão (código AT.54/2025) e é priorizada no item 41755 do Plano Anual de Contratações do MPT – PDNTI 2024-2025, parte integrante do Plano Diretor Nacional de Tecnologia da Informação Ministério Público do Trabalho.

1.3. Índices de reajuste

Após o interregno de um ano a contar da data do orçamento estimado elaborado pela PGT, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação pela CONTRATANTE do índice IPEA- ICTI (Índice de Custo de Tecnologia da Informação), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos previstos no art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Margens de preferência na licitação

Em observância ao art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto nº 11.890/2024, não será aplicada margem de preferência para a presente contratação, pois não foi instituída até a presente data qualquer Resolução da Comissão Interministerial de contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

1.5. Parcelamento ou não da contratação



Os bens serão licitados por item, que é a regra a ser adotada sob a sistemática imposta pelo art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

1.6. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes, pois não há necessidade de aquisições ou contratações anteriores ou posteriores para que a solução aqui proposta funcione adequadamente.

2. Identificação dos requisitos da contratação

A seguir, delimitam-se os principais requisitos da contratação:

2.1. Dos requisitos do negócio

Garantir a salvaguarda dos dados dos sistemas e aplicações do MPT.

Garantir a continuidade dos serviços e disponibilidade das informações dos sistemas e aplicações do MPT.

2.2. Dos requisitos legais

A contratação deve ocorrer em consonância com os seguintes dispositivos legais:

- Lei n. 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);
- Plano Diretor Nacional de Tecnologia da Informação Ministério Público do Trabalho – PDNTI 2024-2025;
- Resolução CNMP 283/2024 - Disciplina, no âmbito do Ministério Público, os procedimentos relativos à contratação de Soluções de Tecnologia da Informação.

2.3. Dos requisitos temporais

Dado que os equipamentos listados no item 1.1 estão com saturação nas capacidades de armazenamento, faz-se necessário que a contratação seja realizada de forma célere, conforme cronograma a seguir:

Tabela 2 – Cronograma de contratação

Fase	Tempo estimado	Início	Fim
Planejamento da contratação	6 meses	jul/25	dez/25
Contratação	4 meses	dez/25	mar/26



Entrega da solução pela contratada	2 meses	abr/26	mai/26
------------------------------------	---------	--------	--------

Adicionalmente, é requisito que a solução permaneça disponível pelo período mínimo de 60 meses a partir de sua implantação.

2.4. Dos requisitos de segurança e privacidade

É vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal durante a execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Deve-se manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

2.5. Dos requisitos sociais, ambientais, culturais e de sustentabilidade

A empresa contratada, no que couber, deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Considerando o ciclo de vida do objeto, os bens definidos no objeto deverão estar em conformidade com a diretiva Rohs (Restriction of Hazardous Substances – Restrição de Substâncias Perigosas), que restringe o uso de certas substâncias perigosas, como chumbo, mercúrio, cádmio, cromo hexavalente e certos retardadores de chama, na fabricação de equipamentos elétricos e eletrônicos.

2.6. Dos requisitos de arquitetura tecnológica

Dado que há estudos para modernização do ambiente computacional das unidades do MPT em andamento, com possibilidade de mudanças significativas na infraestrutura dos datacenters, a presente contratação não deve trazer alterações na arquitetura atual da infraestrutura de backup.

Nesse sentido, os seguintes requisitos de arquitetura tecnológica devem ser observados:

- Os dados e informações atualmente armazenados nos equipamentos citados no item 1.1 devem continuar armazenados em equipamentos semelhantes;



- A solução deve manter os dados nos datacenters do MPT, ou seja, não deve contemplar eventual migração de dados para outras estruturas fora da rede do MPT.

2.7. Das necessidades tecnológicas

Uma vez que nos requisitos de arquitetura tecnológica foi definido que a solução não deve trazer alterações na arquitetura atual da infraestrutura de TI do MPT, a contratação deve contemplar equipamentos tipo biblioteca de fitas ou equivalentes.

Caso a solução contratada seja de equipamentos do tipo biblioteca de fitas, os drives devem ser compatíveis com mídias LTO8 e LTO9.

2.8. Dos requisitos de projeto e implementação

Após a definição e contratação da solução, deve ser atualizado o levantamento da situação dos equipamentos no Datacenter Primário e no Datacenter PGT.

A partir desse diagnóstico, a depender da situação dos equipamentos atuais, deverá ser definido junto aos responsáveis pela infraestrutura de TI, o cronograma de instalação dos novos equipamentos e eventual substituição dos equipamentos atuais com migração dos dados.

A gestão do contrato deverá ser realizada de forma centralizada, pela equipe do departamento de infraestrutura de TI nacional.

2.9. Dos requisitos de implantação

As intervenções para implantação devem ser realizadas de forma a manter a continuidade e disponibilidade dos serviços de TI.

Em caso de necessidade de migração de dados entre equipamentos em que haja indisponibilidade, deve haver um planejamento de forma a diminuir os impactos para os usuários dos sistemas.

2.10. Dos requisitos de garantia tecnológica

Nas aquisições de equipamentos novos, os fabricantes devem fornecer garantia mínima de 60 meses.

A solução adotada deve permitir abertura de chamados sempre que for gerado alerta nos equipamentos, minimizando o tempo de falhas e o eventual impacto na operação dos equipamentos.



Tais chamados, independentemente da quantidade, poderão ser abertos através de contato telefônico ou por sistema acessível através da Internet.

Para garantia da continuidade dos serviços, a contratada deverá atender aos chamados técnicos conforme prazos máximos estipulados abaixo:

Tabela 3 – Níveis de serviço

SLA	Tempo de Atendimento	Tempo de Solução
	6 (seis) horas úteis*	Próximo dia útil - NBD

O tempo de solução de NBD é suficiente para as bibliotecas de fitas, que armazenam dados de backup.

2.11. Dos requisitos de manutenção tecnológica

Para atendimento das demandas de manutenção, deverá ser prestado o serviço na modalidade corretiva e preventiva.

2.12. Dos requisitos de capacitação técnica

Não se aplica.

2.13. Dos requisitos de experiência profissional

A capacidade técnico-operacional deverá ser comprovada por meio de atestado ou conjunto de atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, os quais demonstrem que a empresa contratada tenha prestado ou esteja prestando, a contento, o serviço de suporte técnico especializado e manutenção em equipamentos do tipo biblioteca de fitas.

2.14. Dos requisitos de formação da equipe

Os profissionais da empresa contratada que forem realizar ações corretivas nos equipamentos devem possuir certificação do fabricante para o equipamento. Essa certificação deverá ser comprovada após a assinatura do contrato em até 5 dias úteis.

2.15. Dos requisitos de metodologia de trabalho



A empresa contratada deve monitorar continuamente os equipamentos por meio de recebimento de alertas. Em caso de detecção de falhas, a equipe responsável pela infraestrutura de TI do MPT deve ser imediatamente notificada.

A empresa contratada deve fornecer, sob demanda do MPT, relatórios com o histórico das falhas dos equipamentos e soluções dadas em atendimento aos chamados.

2.16. Dos requisitos de segurança dos ativos de tecnologia da informação

Os acessos físicos às salas dos datacenters onde os equipamentos estão instalados apenas ocorrerão supervisionados pela equipe responsável pela infraestrutura de TI local do MPT.

Os acessos lógicos aos equipamentos ocorrerão somente mediante solicitação do MPT via chamado de suporte técnico e serão realizados com acompanhamento da equipe responsável pela infraestrutura de TI do órgão.

No caso de substituição de partes de equipamento que possuam informações sensíveis, deverá ser realizado procedimento de sanitização dos dados para posterior descarte.

Os profissionais da empresa contratada que tenham necessidade de acesso a informações sensíveis do MPT na prestação dos serviços devem assinar termo de sigilo e confidencialidade.

2.17. Dos requisitos de previsão da exigência para realização de prova de conceito

Não se aplica.

2.18. Dos demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TI

Não se aplica.

3. Estimativa da demanda

Para manter a infraestrutura de TI compatível com a necessidade do MPT são realizados ajustes constantes, com atualizações tecnológicas, ampliações e manutenção dos equipamentos utilizados.

Assim, com base no cenário apresentado no tópico 1 deste ETP, torna-se imprescindível prover a melhoria da solução de backup do MPT por meio da ampliação de sua capacidade de armazenamento, sob pena de ocorrerem prejuízos severos no ambiente de salvaguarda de dados do órgão.

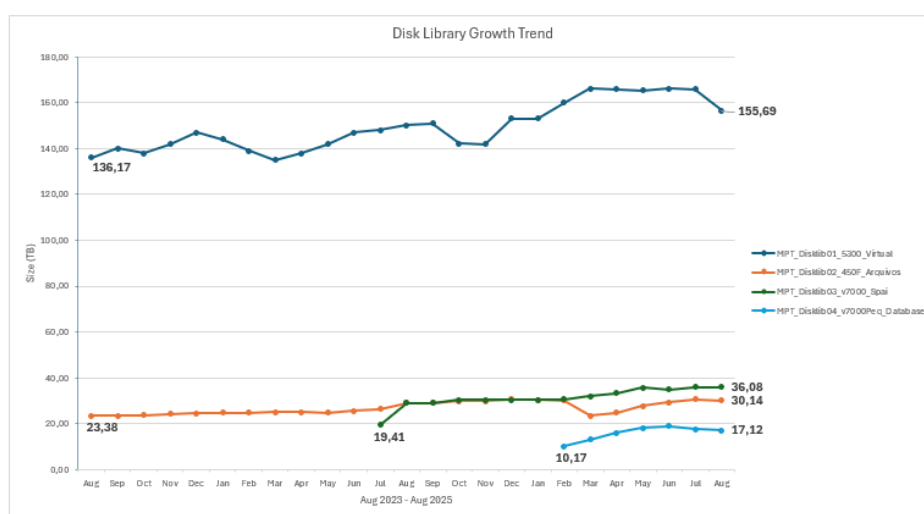


Dado que as necessidades do Datacenter Primário e Datacenter PGT são distintas, a seguir será apresentada uma análise individual para cada site.

3.1. Do Datacenter Primário:

Conforme demonstrado no relatório abaixo, extraído da ferramenta de gerenciamento do ambiente de backup, o volume de dados protegidos — observado a partir do volume armazenado em disco para as cópias primárias — apresenta um crescimento médio anual de 22,4%¹.

Figura 1 - Crescimento do volume de dados armazenado para cópias primárias (TB)



Para estimativa de crescimento das cópias em fita, adotou-se a mesma taxa de 22,4% ao ano obtida na avaliação de crescimento das cópias em disco. Isso porque um aumento no volume de dados nas cópias primárias (em disco) acarretarão, necessariamente, um aumento no volume de dados nas cópias secundárias (em fitas) em taxas iguais ou superiores, uma vez que eventuais economias de espaço com deduplicação em disco não serão percebidos nas cópias em fita.

Outro fator importante a ser considerado no planejamento da solução é o percentual de utilização máxima desejado para o sistema de armazenamento. Para garantia de um desempenho adequado dos equipamentos e levando em consideração uma margem para crescimento não programado no volume de dados, por exemplo, com a criação de novos sistemas, deve-se considerar

¹ O relatório refere-se ao crescimento do volume de dados (em disco) extraído da ferramenta de backup referente ao período de agosto/2023 a agosto/2025.



um percentual máximo de alocação da capacidade instalada, inferior a 100%, sendo tipicamente de 80%.

Para o presente estudo, foi também considerada a necessidade de alocação adicional² de espaço de armazenamento no Datacenter Primário em decorrência da modernização da infraestrutura de armazenamento dos file servers das PRTs e PTMs. Essa medida se justifica pela centralização dos backups, que deixarão de ser armazenados nos datacenters regionais e passarão a ser feitos no Datacenter Primário.

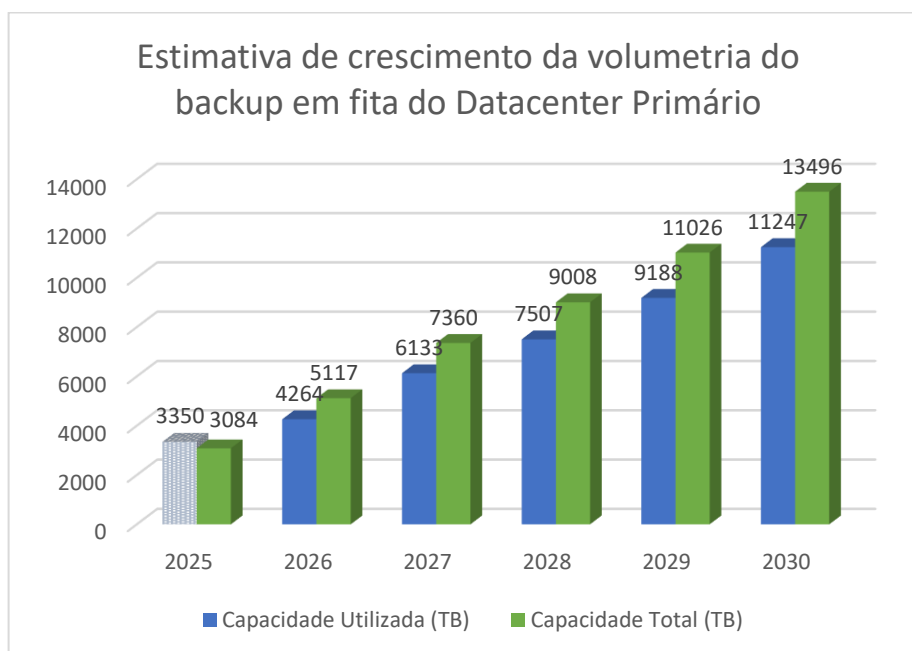
A infraestrutura de backup em fita (cópias adicionais) do Datacenter Primário possui capacidade instalada de 3.084 TB, atualmente com mais de 97% de utilização (aproximadamente 3.000 TB). Entretanto, há uma demanda reprimida de cerca de 350TB para garantir períodos de retenções adequados nos backups de máquinas virtuais, cuja retenção média na ferramenta de gerenciamento foi reduzida de 90 para 50 dias devido à limitação de espaço. Diante desse cenário, para as estimativas de crescimento, considerou-se uma capacidade inicial de 3.350TB, suficiente para atender às necessidades mínimas de retenção de backups de máquinas virtuais por 90 dias.

A projeção de utilização das bibliotecas de fitas de backup para os próximos cinco anos, realizada a partir dos parâmetros supracitados, está detalhada na figura a seguir:

² Estima-se um incremento adicional de 4% na capacidade estimada de armazenamento no ano de 2025 e 17,5% no ano de 2026.



Figura 2 – Capacidade estimada de necessidade de armazenamento em fitas no Datacenter Primário



Assim, a necessidade de aquisição para o Datacenter Primário é de 13.496TB em biblioteca de fitas com drives e fitas LTO-9. Essa volumetria será suficiente para substituição do equipamento utilizado no Datacenter Primário, que está próximo à obsolescência decorrente do tempo de uso, além de estar com sua capacidade de armazenamento esgotada, e atenderá as estimativas de crescimento e necessidade de performance em relação à biblioteca de fitas atual.

3.2. Do Datacenter PGT

A capacidade atualmente instalada na infraestrutura de armazenamento em fita no Datacenter PGT também está no limite de utilização, com mais de 98% de ocupação.

Conforme detalhado anteriormente, a arquitetura de backup do MPT foi desenhada para que as cópias sejam inicialmente feitas em disco, com retenção curta, e posteriormente transferidas para fitas, com períodos de retenção mais longos. Apenas após a conclusão da transferência dos dados para fita (cópia secundária), a ferramenta de backup permite a exclusão das tarefas mais antigas em disco e a liberação do espaço para novas tarefas. Ou seja, caso não haja espaço para transferência dos dados para fita, novas tarefas de cópias em disco também não serão executadas.

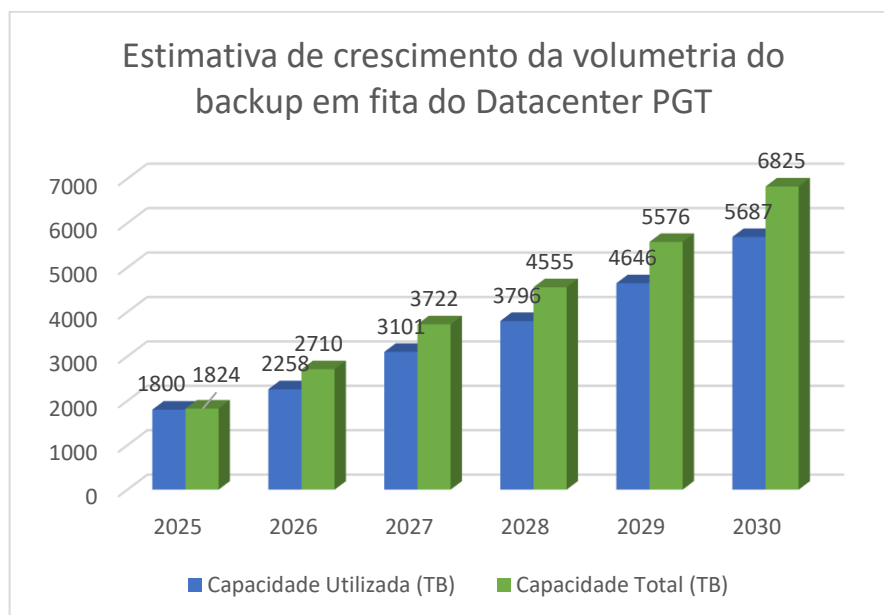
Portanto, de forma a garantir a continuidade da execução das tarefas de backup no Datacenter PGT, é urgente a ampliação da capacidade de armazenamento das cópias secundárias em fita.



Para estimativa de crescimento, adotou-se os mesmos parâmetros utilizados para o Datacenter Primário. Isso porque a maior parte dos dados armazenados nessa biblioteca de fitas são provenientes de replicação dos backups dos sistemas críticos entre esse Datacenter e o Datacenter da PGT.

Projetando-se percentuais de crescimento semelhantes aos do Datacenter Primário³ para os próximos cinco anos e 80% como percentual máximo de alocação da capacidade instalada, a necessidade de armazenamento em fita para o Datacenter PGT será de 6.825TB ao final do período de cinco anos:

Figura 3 – Capacidade estimada de necessidade de armazenamento em fitas no Datacenter PGT



Assim, a necessidade de aquisição para o Datacenter PGT é de 6.825TB em biblioteca de fitas com drives e fitas LTO-9. Essa volumetria será suficiente para substituição do equipamento utilizado no Datacenter PGT, que está próximo à obsolescência decorrente do tempo de uso, além de estar com sua capacidade de armazenamento esgotada, e atenderá as estimativas de crescimento e necessidade de performance em relação à biblioteca de fitas atual.

A tabela a seguir resume a necessidade de aquisição de capacidade de armazenamento para a infraestrutura de backup no Datacenter Primário e Datacenter PGT.

³ Taxa de 22,4% ao ano, com incrementos adicionais de 4% para o ano de 2025 e 17,5% para o ano de 2026.



Tabela 4 – Necessidade de aquisição de capacidade de armazenamento para os Datacenters Primário e PGT

Datacenter	Capacidade Necessária (TB)
Datacenter Primário	13.496
Datacenter PGT	6.825

Portanto, torna-se imperativo que o MPT tome medidas para mitigar os riscos de degradação de sua infraestrutura de backup, promovendo a substituição das bibliotecas de fitas atuais - que já apresentam muitas falhas decorrentes do tempo de uso - e ampliação de sua capacidade de armazenamento.

4. Análise de soluções possíveis

Conforme supramencionado, para manter os padrões mínimos de qualidade na infraestrutura nos datacenters, mitigar riscos de degradação e garantir a sustentação do ambiente atual, faz-se necessário adquirir novos equipamentos de armazenamento para o ambiente de backup do MPT.

A partir do cenário apresentado, para identificação da melhor opção para as necessidades do órgão serão apresentadas três alternativas, sendo duas para cenários que contemplam a aquisição de novos equipamentos e uma solução alternativa com armazenamento em nuvem.

4.1. Identificação das soluções

4.1.1. Solução 1: Aquisição de biblioteca de fitas

A aquisição de bibliotecas de fita novas, com garantia, é uma das opções para a substituição dos equipamentos atualmente utilizados pelo MPT. A aquisição desses equipamentos implicará nos seguintes pontos:

Vantagens:

- Utilização de equipamentos novos, com garantia e suporte técnico do fabricante;
- Modernização do parque de equipamentos de armazenamento do MPT;
- É uma das formas de armazenamento com menor custo proporcional por byte.



Desvantagens:

- Manutenção de uma infraestrutura dependente do ambiente físico das unidades do MPT;
- Equipamentos de armazenamento *on-premise* são menos flexíveis e escaláveis que áreas de armazenamento na nuvem;
- A substituição dos equipamentos necessita de agenda de migração e planejamento detalhado.

4.1.2. Solução 2: Aquisição de appliance de backup

Um appliance de backup é um dispositivo dedicado que combina hardware e software para realizar, gerenciar e armazenar cópias de segurança de dados de forma integrada, podendo incluir recursos de deduplicação, compressão, replicação e recuperação rápida. Essa solução representa uma alternativa para a substituição dos equipamentos atualmente utilizados pelo MPT, podendo substituir storages e bibliotecas de fitas.

A opção por essa alternativa implica nos seguintes pontos:

Vantagens:

- Equipamentos novos, com garantia e suporte técnico especializado;
- Maior desempenho e confiabilidade nas rotinas de backup e recuperação;
- Possibilidade de replicação para nuvem ou outros ambientes externos;
- Redução da complexidade operacional em relação à combinação de bibliotecas de fita e storages.

Desvantagens:

- Investimento mais elevado em comparação com soluções baseadas em fita;
- Necessidade de planejamento para migração dos dados e adaptação dos processos internos, com possibilidade de indisponibilidade de serviços;
- Integração à infraestrutura atual de backup mais complexa em comparação às bibliotecas de fitas;
- Necessidade de capacitação da equipe do MPT para operação e gerenciamento do appliance.



4.1.3. Solução 3: Contratação de espaço de armazenamento em nuvem pública

Esta solução envolve o provimento de recursos de armazenamento em nuvem pública, onde a capacidade pode ser adicionada sob demanda e paga conforme o uso, reduzindo assim a necessidade da aquisição de novos equipamentos.

Vantagens:

- Escalabilidade. As nuvens públicas oferecem maior escalabilidade;
- Eficiência de custos. As nuvens públicas operam em um modelo de pagamento conforme o uso;
- Confiabilidade. As nuvens públicas possuem grande resiliência a falhas e maior redundância de equipamentos.

Desvantagens:

- Complexidade de migração dos dados para a nuvem;
- Necessidade de treinamento das equipes para operação da nova infraestrutura;
- Necessidade de ampliação das velocidades dos links, para comunicação entre os datacenters e a nuvem pública;
- Custo proporcional por byte mais caro do que no armazenamento *on-premise*;
- Soluções que envolvam mudanças significativas na infraestrutura dos datacenters não devem ser contratadas até que estudos detalhados sejam concluídos.

4.2. Análise comparativa de soluções

A tabela a seguir demonstra o atendimento aos principais requisitos da contratação para cada solução identificada:



Tabela 5 - Atendimento das soluções aos principais requisitos

Requisito		Solução 1	Solução 2	Solução 3
Negócio	Garantir a salvaguarda dos dados do MPT	Atende	Atende	Atende
	Garantir a continuidade dos serviços e disponibilidade das informações	Atende	Atende	Atende
Legal	Conformidade com o PDNTI – MPT - 2024-2025	Atende	Atende	Atende
	Conformidade com a LGPD	Atende	Atende	Atende
Temporal	A solução deve permanecer disponível pelo período mínimo de 60 meses	Atende	Atende	Atende
Arquitetura tecnológica	Não deve trazer alterações significativas na arquitetura atual da infraestrutura de TI do MPT	Atende	Atende	Não atende

Da análise da tabela acima, verifica-se que a **Solução 3 (Contratação de espaço de armazenamento em nuvem pública)** não atende ao requisito de arquitetura tecnológica, por trazer alterações significativas na arquitetura atual da infraestrutura de TI do MPT.

A **solução 2 (Aquisição de appliance de backup)** representa uma alternativa para a substituição dos equipamentos atualmente utilizados pelo MPT, podendo substituir storages e bibliotecas de fitas, além de propiciar ganhos de desempenho e confiabilidade nas rotinas de backup e recuperação.

Entretanto, a inserção de appliances à infraestrutura de backup atual do MPT é complexa em comparação às bibliotecas de fitas. Sua adoção exige um planejamento mais elaborado para migração dos dados e adaptação dos processos internos.

Outro fato que merece destaque é que a equipe do MPT não possui experiência prévia na operação e gerenciamento de appliances de backup, o que torna necessário investir em capacitação e considerar um período de adaptação para aquisição do conhecimento técnico necessário.

Ademais, essa solução exige um investimento mais elevado em comparação às soluções baseadas em fita LTO.

Pelo exposto, essa alternativa não se mostra a mais vantajosa.

Outra opção considerada nesse planejamento é a **aquisição de biblioteca de fitas (Solução 1)** para a substituição dos equipamentos atualmente utilizados pelo MPT.



Como vantagens, destaca-se a preservação da infraestrutura atual, com a aquisição de equipamentos similares aos já utilizados, além do aproveitamento da experiência técnica da equipe de TI no manuseio e operação desses recursos.

Essa opção também apresenta como ponto positivo o menor custo proporcional por byte de armazenamento entre as soluções avaliadas.

Diante das alternativas expostas, esta última apresenta maior vantagem para a Administração, qual seja, a **Solução 1 (Aquisição de biblioteca de fitas)**.

4.3. Registro de soluções consideradas inviáveis

Na fase de análise das alternativas para atendimento da necessidade do presente estudo foi descartada uma solução por ter sido considerada inviável, conforme detalhado a seguir:

4.3.1. Solução 3: Contratação de espaço de armazenamento em nuvem pública

Essa solução não atende ao requisito de arquitetura tecnológica, uma vez que envolveria uma contratação de serviços e traria mudanças significativas na infraestrutura dos datacenters.

Além disso, esta solução foi considerada inviável pelos motivos a seguir:

- Complexidade de migração dos dados para a nuvem;
- Complexidade de migração dos dados para nova solução em caso de encerramento do contrato de nuvem pública;
- Necessidade de treinamento das equipes para operação da nova infraestrutura;
- Velocidade dos links de comunicação entre os datacenters e a nuvem pública;
- Necessidade de estudos aprofundados que englobem a infraestrutura dos Datacenters da PGT e MPT.

4.4. Pesquisa inicial de preços de mercado

4.4.1. Solução 1: Aquisição de biblioteca de fitas

Os volumes de armazenamento necessários para os Datacenters Primário e PGT são de, respectivamente, 13.496 TB e 6.825 TB, conforme demonstrado nos itens 3.1 e 3.2. Essas capacidades



podem ser atingidas com equipamentos que possuam ao menos 760 slots LTO9 para o Datacenter Primário e 380 slots LTO9 para o Datacenter PGT.

Dada a volumetria necessária para o Datacenter Primário, faz-se necessário o fracionamento da capacidade em duas bibliotecas de fitas. Essa medida permitirá que os equipamentos caibam nos racks disponíveis no Datacenter, além de dividir a carga de trabalho entre dois braços robóticos, aumentando a resiliência da infraestrutura de backup.

Para estimativa de preços para aquisição de biblioteca de fitas foi utilizada proposta encaminhada pelo fornecedor Lanlink⁴, uma vez que não foi encontrado registro de preço no Portal Nacional de Contratações Públicas de equipamento com características e capacidades compatíveis com as necessidades do MPT.

Para estimativa de preços de fitas de limpeza e fitas de gravação de dados LTO9 foram utilizados valores do Portal Nacional de Contratações Públicas⁵.

Os quantitativos de fitas de limpeza e fitas de gravação de dados foram definidos a partir do número de slots das bibliotecas de fitas e drives de gravação. A esses quantitativos foi adicionada uma margem para reposição para fitas danificadas ao longo do período de utilização, totalizando 1.200 fitas LTO9 e 60 fitas de limpeza.

Com base nos valores da pesquisa de preços e considerando a estimativa de demanda identificada no item 3, temos:

Tabela 6 – Estimativa de preço total - Solução 1

Item	Quantidade	Datacenter	Valor Estimado
Tape library com capacidade mínima de 380 slots para fitas LTO e 14 drives LTO9	2	Primário (SP)	R\$ 2.846.430,48
Tape library com capacidade mínima de 380 slots para fitas LTO e 14 drives LTO9	1	PGT (DF)	R\$ 1.423.215,24
Cartucho de Fita LTO9	1.200	Primário (SP) e PGT (DF)	R\$ 738.000,00
Cartucho de Fita de limpeza	60	Primário (SP) e PGT (DF)	R\$15.600,00

⁴ Proposta nº 32169-5/2025 da Lanlink, de 09 de outubro de 2025.

⁵ Valores das Atas nº 32002/2024 e 32003/2024 da PNCP: 42414284000102-1-000214/2024, com vigências até 23/12/2025.



O valor estimado para aquisição dos equipamentos para os dois Datacenters é de R\$ 5.023.245,72 (cinco milhões, vinte e três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos).

4.4.2. Solução 2: Aquisição de appliance de backup

Por ser uma solução que utiliza um equipamento especializado, que integra hardware e software para gerenciar os backups, oferecendo funcionalidades como deduplicação e compressão, foram realizados estudos junto à fabricante Exagrid para dimensionamento da necessidade do MPT.

Desses estudos chegou-se ao quantitativo de 1.406 TB para o ano de 2026. Com um crescimento conservador de 10% ao ano, a estimativa de uso em 5 anos é de 2.059 TB.

A partir desse dimensionamento foi utilizado valores de registro de preço no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Tabela 7 – Estimativa de preço unitário de equipamento Exagrid

Registro	Equipamento	Quantidade	Valor Unitário
UNIFESP UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO UASG: 153053 Pregão: 90134/2024 Validade: Abril de 2026	EXAGRID MODELO – EX84-SEC 168 TB Tiered Backup Storage Software	1	R\$ 1.850.433,00

A tabela a seguir demonstra os quantitativos de equipamentos a serem adquiridos anualmente, resultantes da estimativa de utilização, combinados com os valores unitários retirados do registro de preços:

Tabela 8 – Estimativa de preço total – Solução 2

Equipamento	Quantidade de equipamentos	Ano	Valor anual
EXAGRID MODELO – EX84-SEC 168 TB Tiered Backup Storage Software	8	2026	R\$ 14.803.464,00
	1	2027	R\$ 1.850.433,00
	1	2028	R\$ 1.850.433,00
	1	2029	R\$ 1.850.433,00
	1	2030	R\$ 1.850.433,00
Total	12	-	R\$ 22.205.196,00



O valor total estimado para a solução 2 para um período de 5 anos é, portanto, R\$ 22.205.196,00 (vinte e dois milhões, duzentos e cinco mil e cento e noventa e seis reais).

4.4.3. Solução 3: Contratação de espaço de armazenamento em nuvem pública

Foram realizadas pesquisas de preços para armazenamento na nuvem pública AWS, da Amazon, de capacidades equivalentes à infraestrutura atual de equipamentos de armazenamento do MPT identificados no item 3.1.

Os valores apresentados na tabela a seguir contemplam a solução de armazenamento para 80% do volume em dados frios e arquivamento (S3 Glacier Deep Archive) e 20% do volume em dados acessados ocasionalmente (S3 Infrequent Access). A pesquisa de preços foi realizada no site do fabricante em agosto de 2025, considerou crescimento linear de 22,4% do volume de dados para os próximos cinco anos e 100% como percentual máximo de alocação da capacidade instalada, uma vez que a nuvem é elástica e não há necessidade de manter capacidade ociosa contratada.

Tabela 9 - Estimativa de preço – Solução 3

Ano	Armazenamento Total (TB)	S3 Glacier Deep Archive (TB)	S3 Infrequent Access (TB)	Valor Anual Total
2026	4264	3412	853	R\$ 876.081,62
2027	6133	4906	1227	R\$ 1.259.980,59
2028	7507	6006	1501	R\$ 1.542.216,24
2029	9188	7351	1838	R\$ 1.887.672,68
2030	11247	8997	2249	R\$ 2.310.511,36
			Total	R\$ 7.876.462,50

O valor mensal estimado para essa alternativa é, portanto, R\$ 7.876.462,50 (sete milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).



4.5. Mapa comparativo dos cálculos totais de propriedade

Tabela 10 - Consolidação da pesquisa inicial de preços

N. Solução	Descrição da solução	Valor Total
1	Aquisição de biblioteca de fitas	R\$ 5.023.245,72
2	Aquisição de appliance de backup	R\$ 22.205.196,00
3	Contratação de espaço de armazenamento em nuvem pública	R\$ 7.876.462,50

4.6. Descrição da solução de TI a ser contratada

Diante das alternativas expostas, opta-se por aquela que apresenta maior vantagem para a Administração, qual seja, a **aquisição de bibliotecas de fitas**.

Os quantitativos de equipamentos são detalhados na tabela a seguir:

Tabela 11 – Necessidade da contratação

Item	Descrição	Quantidade	Datacenter ⁶
1	Tape library com capacidade mínima de 380 slots para fitas LTO e 14 drives LTO9	3	Primário (SP) e PGT (DF)
2	Cartucho de Fita LTO9	1200	Primário (SP) e PGT (DF)
3	Cartucho de Fita de limpeza	60	Primário (SP) e PGT (DF)

4.7. Justificativa para a solução escolhida

A alternativa **aquisição de bibliotecas de fitas** mostra-se a mais vantajosa para garantia da disponibilidade dos dados nas unidades do MPT, com custos inferiores aos das demais alternativas e com maior facilidade de integração da solução à atual infraestrutura de TI do MPT.

Essa solução possui ainda as seguintes vantagens:

- Suporte técnico e manutenção por 60 meses, incluindo toda e qualquer substituição de peça;
- Maior facilidade na migração dos dados dos equipamentos atuais para os novos equipamentos;

⁶ Os quantitativos serão divididos entre os dois Datacenters indicados na tabela acima.



- Preservar os investimentos já realizados nos equipamentos utilizados para as cópias primárias dos dados - storages;
- Aproveita-se o conhecimento adquirido pelas equipes do MPT nos treinamentos e na operação dos equipamentos;
- Concede prazo suficiente para a conclusão dos estudos sobre modernização da infraestrutura dos datacenters das unidades do MPT, permitindo que investimentos em soluções mais disruptivas sejam feitos de forma mais assertiva.

4.8. Estimativa de custo total da contratação

A alternativa escolhida, **aquisição de bibliotecas de fitas**, possui estimativa de custo total de **R\$ 5.023.245,72 (cinco milhões, vinte e três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos)**.

5. Plano de sustentação e transição contratual

5.1. Recursos necessários à continuidade do negócio durante e após a execução do contrato

5.1.1. Recursos Materiais

Dado que a solução a ser adotada mantém a infraestrutura atual dos datacenters das unidades do MPT, além dos recursos orçamentários necessários para que as contratações possam ser celebradas, haverá apenas a necessidade de provisionamento de espaço em racks e destinação de pontos de rede.

5.1.2. Recursos Humanos

As equipes do MPT que fazem a gestão do ambiente de backup e infraestrutura de TI estão capacitadas para a utilização dos equipamentos. Entretanto, para casos específicos ou de grande complexidade será possível acionar o suporte técnico da solução.

5.2. Estratégia de transição contratual

Considerando a criticidade da solução, a disponibilidade orçamentária e o modelo de contratação, faltando 6 (seis) meses para o final da vigência do contrato, a equipe técnica do MPT deverá iniciar os trabalhos para promover a renovação do suporte e realização de estudos para avaliação da continuidade do funcionamento dos equipamentos.



5.2.1. Ações de transição contratual

A equipe técnica deve conduzir análise de custo/benefício entre a contratação de novo período de suporte técnico dos equipamentos e a aquisição de novos produtos levando em consideração a evolução tecnológica, condições ambientais e demandas do MPT.

Tal análise é relevante para novas soluções a serem adquiridas pois, dependendo das condições de uso e evolução tecnológica, frequentemente o custo de expansão no suporte técnico pode ser superior ao custo da nova solução, com características superiores. Por outro lado, conforme o tipo de utilização do equipamento e índice de falhas, frequentemente é possível continuar sua utilização, desde que com suporte técnico vigente.

No caso de necessidade de substituição da solução atual, deverá ser realizado o planejamento para a migração da solução em funcionamento para o novo ambiente.

5.3. Estratégia de independência

Devido à complexidade técnica envolvida, não há como a equipe técnica do MPT assumir integralmente os serviços de manutenção e suporte técnico da solução, devendo sempre contar com serviços técnicos especializados, contratados exclusivamente para este fim.

5.3.1. Transferência de conhecimento

Embora a equipe técnica do MPT tenha conhecimento na operação de bibliotecas de fitas, há necessidade de transferência de conhecimento para entendimento de características específicas do modelo de equipamento a ser fornecido.

5.3.2. Direitos de propriedade intelectual

Não se aplica.

6. Declaração de viabilidade da contratação

A **aquisição de bibliotecas de fitas** para o Datacenter PGT, localizado em Brasília, e para o Datacenter Primário, localizado em São Paulo, é necessária para garantia da continuidade dos serviços e salvaguarda dos dados das unidades do MPT.

Dentre as vantagens da solução, pode-se destacar ainda:

- Suporte técnico e manutenção por 60 meses, incluindo toda e qualquer substituição de peça;



- Maior facilidade na migração dos dados dos equipamentos atuais para os novos equipamentos;
- Preservar os investimentos já realizados nos equipamentos utilizados para as cópias primárias dos dados - storages;
- Aproveita-se o conhecimento adquirido pelas equipes do MPT nos treinamentos e na operação dos equipamentos;
- Concede prazo suficiente para a conclusão dos estudos sobre modernização da infraestrutura dos datacenters das unidades do MPT, permitindo que investimentos em soluções mais disruptivas sejam feitos de forma mais assertiva.

Portanto, a contratação mostra-se viável por trazer os benefícios supracitados para o MPT e atender aos princípios eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.

7. Aprovação e assinatura

A Equipe de Planejamento da Contratação AT.54 foi instituída pela Portaria SE/SETIC nº 1045, de 21 de junho de 2025.

Breno de Souza Oliveira
Integrante Requisitante

Janison Rezende Faria
Integrante Técnico

Frederico Augusto Ribeiro
Integrante Administrativo